


Fundação Joaquim Nabuco 

Oswal Torres Galindo Filho

O DESENVOLVIMENTO DESIGUAL DA ECONOMIA
NO ESPAÇO BRASILEIRO

Equipe: Ana Eliza M. V. Lima
Constance J. Clark
Leonardo Guimarães Neto
Magda Caldas Galindo
Oswal Torres Galindo Filho
Renato Santos Duarte
Tania Bacelar de Araújo

RECIFE/1992

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	4
1. OS PROCESSOS ECONÔMICOS NACIONAIS E AS REGIÕES NOS ANOS 70 E 80	5
1.1. OS PRINCIPAIS PROCESSOS ECONÔMICOS NACIONAIS	5
1.2. OS IMPACTOS NA DINÂMICA E NAS ESTRUTURAS REGIONAIS: O AVANÇO DA INTEGRAÇÃO INTER-REGIONAL	7
1.3. A QUESTÃO SOCIAL: ELEMENTOS DIFERENCIADORES E DIFERENCIADOS	8
2. A DINÂMICA ECONÔMICA DAS MACROREGIÕES NA DÉCADA DE 70 E NOS ANOS 80	11
2.1. REGIÃO NORTE	11
2.1.1. AS FONTES DE DINAMISMO	11
2.1.2. AS PRINCIPAIS TRANSFORMAÇÕES	12
2.1.3. OS IMPACTOS SOCIAIS	13
2.1.4. AS POTENCIALIDADES E OS DESAFIOS	15
2.2. REGIÃO NORDESTE	16
2.2.1. AS FONTES DE DINAMISMO	16
2.2.2. AS PRINCIPAIS TRANSFORMAÇÕES	17
2.2.3. A EVOLUÇÃO DOS INDICADORES SOCIAIS	19
2.2.4. AS POTENCIALIDADES E OS DESAFIOS	20
2.3. REGIÃO SUDESTE	21
2.3.1. AS FONTES DE DINAMISMO	21
2.3.2. AS PRINCIPAIS TRANSFORMAÇÕES	22
2.3.3. A EVOLUÇÃO DOS INDICADORES SOCIAIS	23
2.3.4. AS POTENCIALIDADES E OS DESAFIOS	24
2.4. REGIÃO SUL	25
2.4.1. AS FONTES DE DINAMISMO	25
2.4.2. AS PRINCIPAIS TRANSFORMAÇÕES	26
2.4.3. A EVOLUÇÃO DOS INDICADORES SOCIAIS	29
2.4.4. AS POTENCIALIDADES E OS DESAFIOS	29
2.5. REGIÃO CENTRO-OESTE	32
2.5.1. AS FONTES DE DINAMISMO	30
2.5.2. AS PRINCIPAIS TRANSFORMAÇÕES	32
2.5.3. A EVOLUÇÃO DOS INDICADORES SOCIAIS	34
2.5.4. AS POTENCIALIDADES E OS DESAFIOS	35
3. AS TENDÊNCIAS NOS ANOS NOVENTA E A NOVA PAUTA DO DEBATE SOBRE O DESEQUELIERIO ECONÔMICO INTER-REGIONAL BRASILEIRO	36

ANEXO I - DADOS ESTADÍSTICOS

ANEXO II - BIBLIOGRAFIA BÁSICA

APRESENTAÇÃO

O desenvolvimento sustentável e equilibrado deve constituir preocupação básica e ter tratamento especial em estratégias e planos de médio e longo prazos para o desenvolvimento nacional. Consciente disso, o Congresso Nacional constituiu e instalou a COMISSÃO ESPECIAL MISTA PARA O ESTUDO DO DESEQUILÍBRIO ECONÔMICO INTER-REGIONAL BRASILEIRO. Durante seu funcionamento, essa Comissão, entre outras tarefas, deverá: i) elaborar análise do desenvolvimento brasileiro, com ênfase na abordagem espacial; ii) desenvolver e sugerir políticas de longo prazo que busquem um desenvolvimento nacional sustentável e equilibrado do ponto de vista regional, levando em conta as vantagens comparativas e as diferenciações ecológicas das várias regiões do país.

As atividades realizadas para cumprir seus objetivos incluem a organização de palestras e mesas-redondas, a realização de audiências públicas e a elaboração de monografias e relatórios.

A FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO, através do DEPARTAMENTO DE ECONOMIA ligado ao seu INSTITUTO DE PESQUISAS SOCIAIS, havia concluído, em 1990, um estudo em profundidade sobre "Desigualdades regionais no desenvolvimento brasileiro", abrangendo os anos 70 e 80, realizado com o apoio financeiro do antigo Ministério do Interior, hoje Secretaria Nacional do Desenvolvimento Regional (SDR).

Tal estudo foi considerado por membros da Comissão Mista supra referida e da SDR como importante elemento de subsídio aos trabalhos que o Congresso Nacional desenvolve atualmente sobre o assunto.

O presente documento nos seus dois capítulos iniciais apresenta um resumo do estudo acima mencionado. No primeiro, são identificados os principais processos econômicos nacionais ocorridos no período da análise e cujos reflexos na organização das regiões brasileiras foram relevantes. Inclui também considerações sobre a questão social vista sob o enfoque regional, buscando ressaltar os elementos unificadores e diferenciadores.

No segundo capítulo é procedida uma avaliação da dinâmica econômica de cada uma das cinco macrorregiões brasileiras, nos anos setenta e oitenta. Buscamos mencionar, em cada caso, os focos de dinamismo econômico, as principais transformações operadas nas respectivas bases produtivas, a evolução dos indicadores sociais, além de sintetizar os grandes desafios e potencialidades de cada macrorregião. Cabe ressaltar que alguns dados regionais, sobretudo os das regiões Nordeste e Norte, têm por base metodologias próprias, e por isso não coincidem necessariamente com informações elaboradas por órgãos nacionais.

O terceiro capítulo apresenta as principais tendências dos anos noventa e a partir delas procura indicar os itens que não podem estar ausentes de uma nova pauta do debate nacional sobre o desenvolvimento equilibrado, justificando cada indicação.

Apesar do texto seguirem um conjunto de tabelas que constituem um elenco atualizado de informações sobre as diversas regiões brasileiras (Anexo I) e uma lista extensa de referências bibliográficas sobre o assunto abordado (Anexo II).

1. OS PROCESSOS ECONÔMICOS NACIONAIS E AS REGIÕES NOS ANOS 70 E 80

As considerações que seque[m] examinar, em suas linhas gerais, os processos econômicos mais relevantes ocorridos nas duas últimas décadas no país, em particular o avanço da integração das regiões brasileiras e seu impacto sobre as estruturas econômicas regionais. Além disso, analisam a questão social a partir de indicadores selecionados, identificando, no tocante às regiões, os elementos unificadores e diferenciadores.

É importante levar em conta, inicialmente, que de 1970 a 1990 a economia brasileira passou por várias fases cíclicas, registrando um grande dinamismo até 1973, seguido de uma desaceleração que, no entanto, possibilitou entre 1974 e 1980 uma expansão média de 7,1% do PIB. Nos anos 80 (1980-90) a economia praticamente estagna, com o produto expandido a apenas 1,5% (Tabela 1.1). O que vai ser examinado a seguir abrange o auge do ciclo expansivo que ficou conhecido como o "milagre econômico", a fase de desaceleração (1974-80) e a crise e estagnação dos anos 80 (1980-90).

1.1. OS PRINCIPAIS PROCESSOS ECONÔMICOS NACIONAIS

A história econômica recente das regiões brasileiras se confunde com a história da industrialização do país e a de constituição e consolidação do mercado interno brasileiro. Nestes processos, foi tomando forma uma divisão inter-regional de trabalho e, em consequência, foram se definindo estruturas produtivas e papéis diferenciados para cada região no interior da economia nacional, com repercussões sobre o desenvolvimento econômico e as condições de vida nas distintas regiões.

Os ajustamentos que as regiões tiveram que promover à medida que avançava a industrialização e se consolidava o mercado nacional, constituíram objeto de investigação de vários autores (ARAÚJO, 1979; DINIZ, 1987; LANO, 1985; GUIMARÃES NETO, 1989; OLIVEIRA, 1977; FUNDAI, 1990). Neste particular é importante destacar o avanço que teve a indústria de São Paulo sobre os mercados regionais, os momentos críticos pelos quais passaram as indústrias das regiões menos desenvolvidas, face ao acirramento da concorrência, e a reação das lideranças regionais e nacionais ao agravamento das "desigualdades regionais" no Nordeste, na Amazônia e no Sul do país (PIRES, 1984; FONSECA, 1983; BRASIL-BTON, 1987; OLIVEIRA, 1977).

Os processos que tiveram repercussões importantes sobre as economias regionais - tanto as mais industrializadas quanto as demais - é importante referir-se a três principais: (i) o processo de articulação comercial inter-regional; (ii) o de integração produtiva; e (iii) as formas mais recentes de inserção do país na economia mundial e os rebatimentos regionais daí decorrentes.

A articulação comercial. Esta foi a forma preva[le]cente de vinculação entre as regiões - anteriormente isoladas, constituindo o que se denominou de "arquipélago regional brasileiro" - que se delineia com a concentração industrial em São Paulo e no Sudeste, e se intensifica a partir da implantação da indústria pesada na segunda metade dos anos 50. Sua base foi a compra e venda de mercadorias e de produtos regionais, com as regiões buscando, com maior ou menor sucesso, colocar seus excedentes exportáveis ou seus produtos industrializados no mercado interno brasileiro em formação (ARAÚJO, 1979; LANO, 1985; GUIMARÃES NETO, 1989).

As regiões menos industrializadas, como o Nordeste e a Amazônia, perderam mercado para a indústria que se consolidava no Sudeste e em São Paulo, e os desequilíbrios regionais, já presentes há décadas na economia a partir das diferentes dinâmicas dos setores exportadores regionais, ampliaram-se e passaram a constituir, no final dos anos 50 e no início dos anos 60, um tema de grande apelo político e significativas repercussões sociais.

A integração produtiva. Com início nos anos 60, decorreu da própria continuidade do processo de industrialização e em parte associada às novas formas de atuação do Estado brasileiro no enfrentamento da questão regional, à **articulação comercial**, anteriormente referida, se superpõe um processo de **integração produtiva** que tem por base a transferência de capitais produtivos para as regiões menos industrializadas, com a presença da grande empresa e dos grupos oligopolistas em todas as regiões brasileiras. Isto se dá, em grande parte, com base nos incentivos fiscais e financeiros que as políticas regionais e setoriais ofereciam aos empreendimentos que se dirigiam para as regiões menos industrializadas. Esta transferência de recursos produtivos ampliou os estreitos limites de acumulação de capitais e de crescimento das regiões menos industrializadas e, alterou, em alguns casos, a base econômica de Unidades da Federação destas regiões, inclusive do Nordeste.

As formas de inserção do país. A abertura do sistema produtivo brasileiro para o exterior teve um impulso significativo quando se percebeu a premente necessidade de geração de divisas para o equilíbrio do balanço de pagamentos, totalmente com a dimensão que na segunda metade dos anos 70 alcançaram os serviços da dívida externa. A política de estímulos às exportações e os acordos econômicos internacionais realizados promoveram significativas transformações na economia brasileira, concentradas em algumas regiões. Os exemplos são os mais diferentes, cabendo ressaltar o papel relevante que a maior abertura do país às correntes comerciais internacionais desempenhou para a modernização e expansão da agricultura do Sul, Sudeste e Centro-Oeste, e a exploração de reservas minerais do país, sobretudo na Amazônia e, em particular, no estado do Pará.

A presença das grandes frações do capital produtivo em algumas regiões menos industrializadas, estimulada pelos

incentivos fiscais e financeiros, somar-se a presença motivada ou pelos investimentos diretos do Estado ou pelos seus estímulos visando a exportação e a geração de divisas.

Destas mudanças resulta, nos anos 70, um grande dinamismo das economias regionais, com diminuição das taxas de crescimento na segunda metade, sobretudo nas regiões mais industrializadas. Nos anos 80, o recrudescimento do processo inflacionário e a crise fiscal e financeira do Estado deram lugar à estagnação da economia brasileira, que repercutiu de modo diferenciado nas regiões.

1.2. OS IMPACTOS NA DINÂMICA E NAS ESTRUTURAS REGIONAIS: O AVANÇO DA INTEGRAÇÃO INTER-REGIONAL

Dos processos antes referidos ocorreram impactos significativos sobre as economias regionais brasileiras, sobretudo aquelas compostas por Unidades da Federação menos industrializadas ou as que, em decorrência de sua maior disponibilidade de recursos naturais ou matérias-primas estratégicas para o desenvolvimento econômico do país, foram atreladas aos centros, então dinâmicos, da economia nacional (FUNDAJ, 1990; CANO, 1985).

O que os dados das contas regionais recentemente produzidos pelo IBGE para os estados brasileiros, referentes aos anos 70 e 80, mostram é, além do fato de que **todas** as regiões cresceram com o país em seu conjunto e desaceleraram suas economias com a desaceleração do Brasil, um **esboço** de desconcentração espacial da atividade econômica que comporta três aspectos. Um primeiro é a desconcentração em favor das regiões menos industrializadas, sobretudo as regiões Norte e Centro-Oeste, inclusive o Nordeste a partir de 1975. Em segundo, a descentralização no Sudeste, favorecendo Minas Gerais e o Espírito Santo em detrimento do Rio e São Paulo. E, finalmente, uma descentralização assinalada por alguns estudos (NEBRI, 1980) no interior de São Paulo, em detrimento da sua região metropolitana que perde posição no total da atividade econômica e em particular com relação à indústria. Nesta desconcentração entre os estados que aumentaram sua participação relativa cabe fazer referência ao Pará e Amazonas, na região Norte; à Bahia, no Nordeste; a Minas e Espírito Santo, no Sudeste; e ao Paraná e Santa Catarina, no Sul. No Centro-Oeste todas as unidades federadas tiveram ganho de participação no produto interno do país (Ver Tabela 1.2).

Esta "reversão da polarização" foi mais expressiva no setor industrial uma vez que o Sudeste perde em pontos percentuais na participação do produto gerado pela indústria, e as regiões mais atrasadas (Norte e Nordeste, em particular) ganham posição relativa (Ver Tabela 1.3).

Existem duas razões básicas que explicam este processo de desconcentração espacial. Uma primeira, nos anos 70, está associada à capacidade das regiões e de alguns estados menos industrializados, por conta de incentivos fiscais e financeiros e

disponibilidade de recursos naturais e matérias-primas em geral, de atrair investimentos, sobretudo industriais. Em segundo lugar, nos anos 80, ao fato de que o processo da crise ao concentrar-se em alguns segmentos produtivos (indústria de bens de capital ou de bens duráveis de consumo) alcançou em particular alguns estados do Sudeste, onde estava concentrada a quase totalidade da produção dos referidos segmentos. Estes dois efeitos reunidos deram lugar à desconcentração espacial constatada pelos dados do produto interno.

Além dessas mudanças devem-se registrar, sobretudo nos anos 70 - com a perda da continuidade nos anos 80 -, as transformações verificadas na estrutura produtiva das regiões, com os setores produtivos predominantemente urbanos - industrial e serviços - ganhando posição relativa no total da economia; e, no setor industrial, com o esforço de complementação da estrutura industrial, o segmento produtor de **meios de produção** (bens intermediários e de capital) ganhando posição relativa no total da transformação industrial (Ver Tabela 1.4).

As mudanças verificadas, se do ponto de vista econômico foram importantes - notadamente quando examinadas as mudanças nos anos 70 -, não alteraram de modo significativo as desigualdades econômicas e as condições de vida da população das várias regiões. De fato, em 1985, último ano para o qual se têm estatísticas comparáveis a respeito, o produto **per capita** do Sudeste era quase três vezes (exatamente 2,8 vezes) o produto do Nordeste e 1,9 vezes a do habitante da região Norte. Em termos de Unidades da Federação, o produto interno **per capita** do paulista era, em 1985, aproximadamente seis (5,9) vezes maior que o do piauiense; o da população residente no Distrito Federal, o maior do país, era sete vezes maior que o do residente no Piauí, o menor do país (Ver Tabela 1.5). Desta perspectiva, as transformações ocorridas, inclusive o esboço de descentralização espacial antes referido, não se refletiram significativamente nas desigualdades entre regiões. Para ser mais exato, nem nas desigualdades regionais, nem nas desigualdades pessoais, como atestam os indicadores de distribuição da renda pessoal (ALBUQUERQUE & VILLELA, 1990).

1.3. A QUESTÃO SOCIAL: ELEMENTOS UNIFICADORES E DIFERENCIADORES

Se as transformações econômicas resultantes das políticas de desenvolvimento econômico não foram capazes de atenuar, significativamente, as desigualdades entre os habitantes das regiões, resta saber se as políticas e os programas sociais foram capazes de alterar esta diferença, permitindo às populações mais carentes alcançar patamares mais altos de condições de vida.

É importante ressaltar que ocorre em todas as regiões aumento relevante dos níveis do produto per habitante, sobretudo nos anos 70. Entre 1970 e 1980, enquanto o produto **per capita** do Brasil expandiu-se a 7,7% ao ano, de acordo com as estimativas recentes do IBGE, o da região Norte cresceu a 8,6%, o do Nordeste

a 8,2%, o do Sudeste a 7,12, o do Sul a 9,0% e o do Centro-Oeste a 10,5%. Nos anos 80, pelo menos entre 1980-85, verificou-se uma desaceleração significativa desse crescimento, a exemplo do país e de algumas regiões, como a Sudeste, registrando diminuição do produto por habitante: -0,8% no ano para o país e -2,2% para a região. Já as demais regiões registraram crescimento neste variável entre 1980-85: o Norte, 1,2%; o Nordeste, 1,7%, o Sul, 0,6% e o Centro-Oeste, 2,3% (Ver Tabela 1.5).

Os indicadores de condições de vida revelam que relativamente a alguns aspectos importantes, no maior crescimento econômico das regiões menos desenvolvidas não correspondeu um avanço mais intenso da redução dos **déficits sociais**. Assim, no que se refere a esgotamento sanitário (rede geral e fossa séptica) (Tabelas 1.6 e 1.7), a redução relativa verificada nos domicílios que não possuíam este serviço foi bem mais intensa no Sudeste e no Sul do que no Nordeste, Norte e Centro-Oeste. O mesmo se constata no que se refere ao abastecimento d'água (rede geral e poço ou nascente), uma vez que, segundo os dados do IBGE/PNAU, o avanço nas regiões de maior nível de renda foi significativamente maior, não obstante entre 1970 e 1980, e mesmo entre 1980-90, tenha havido uma melhora na disponibilidade destes serviços em todo o país (Tabelas 1.8, 1.8A e 1.9). Neste particular, as políticas de habitação popular e saneamento básico, dada a sua concepção e as exigências de retorno nos investimentos feitos, foram ser movida mais adequadas às regiões de maior nível de renda por habitante, e, portanto, com maior poder de pagamento dos serviços públicos implantados.

No que se refere aos níveis de instrução, os dados revelam uma clara melhora nos indicadores referentes ao Nordeste e uma bem mais intensa no tocante ao Sudeste, Sul e Centro-Oeste (Tabelas 1.10 e 1.11). A este respeito ainda, os **déficits de matrícula** nordestinos, referentes à população de 7 a 14 anos, correspondem a metade do conjunto do país (Tabela 1.12).

Comparando a evolução dos coeficientes de mortalidade infantil de 1960 a 1980, o que se constata é que sua redução em termos relativos, embora tenha sido mais acentuada no Nordeste nos anos 60, nas décadas seguintes foi bem maior nesta região, resultando em diferença relativa cada vez maior entre a situação do Nordeste e das demais regiões, e da esfera nacional. Em 1980, as estatísticas registram que o coeficiente de mortalidade infantil de 79,6 por 1000 nascidos vivos, no Nordeste, era bem maior que a média brasileira (47,5%) e 2,7 vezes maior que a menor do país, registrada para a região Sul, quando em 1970 era apenas 1,7 vezes maior (Tabelas 1.13 e 1.14).

Um balanço geral da evolução recente (1970-90) do desenvolvimento do país e das regiões brasileiras deve considerar as seguintes constatações:

- o país e as regiões sofreram avanços relevantes na sua estrutura produtiva, sobretudo nos anos 70, com um crescimento econômico significativo, inclusive das regiões menos desenvolvidas;

- desse crescimento e das transformações ocorridas resultaram melhorias das condições de vida de amplos segmentos da população nos anos 70; esses avanços nas condições de vida ocorrem de modo bem mais lento nas regiões menos desenvolvidas, as quais, no período considerado, registraram taxas maiores de crescimento econômico; para elas, a expansão econômica mais intensa não correspondeu um avanço mais rápido na melhoria das condições de vida da maior parte da população;

- nos anos 80, a quase estagnação da economia brasileira resultou em uma mudança nas tendências constatadas na década anterior de melhoria das condições de vida, embora alguns indicadores sociais (esperança de vida, mortalidade infantil, taxa de alfabetização) registrem pequenos avanços até 1980, pelo menos;

- em outras palavras, se os avanços sociais resultantes do crescimento econômico e das políticas sociais nos anos 70 não foram capazes de eliminar, sobretudo nas regiões menos desenvolvidas, os **déficits sociais e a situação de miséria** de parcela da população, nos anos 80 a desaceleração da economia e a crise fiscal e financeira do Estado reduziram significativamente as possibilidades de se incorporarem produtiva e socialmente parte da população marginalizada no período anterior e a população adicional que demanda emprego e serviços sociais;

- o agravamento da crise econômica, do processo inflacionário e da situação fiscal e financeira do Estado brasileiro deve, nesse início dos anos 90, ter piorado a situação do emprego e as condições de vida da população em todas as regiões ainda não suficientemente captadas pelas indicadores sociais;

- estudo recente (G. SOUZA RQUE & VILLELA, 1990) mostra que já em 1988 cerca de 26,7% dos domicílios brasileiros situavam-se abaixo do nível de pobreza em termos regionais, isto equivaleria a 51,7% dos domicílios nordestinos, 24,7% no Centro-Oeste, 14,8% no Sudeste e 20,6% no Sul. Por estes cálculos, para este ano poderia ser estimado um contingente de 80 milhões de pessoas vivendo em condições precárias no país.

2. A DINÂMICA ECONÔMICA DAS MACRORREGIÕES NA DÉCADA DE 70 E NOS ANOS 80

2.1. REGIÃO NORTE

2.1.1. AS FONTES DE DINAMISMO

A região Norte registrou um crescimento do Produto Interno Bruto mais intenso do que o país como um todo, na segunda metade da década de 70 e na primeira metade de 80, sendo que sua taxa de crescimento foi quase o dobro da do país no primeiro período, e cerca de cinco vezes a taxa nacional no segundo (Tabela 2.1.1). Em termos setoriais (Tabela 2.1.2), a indústria se apresentava como o setor mais dinâmico, registrando taxas anuais de crescimento de 19,8% no período 1970/1985, em comparação com taxas de 9,4% no setor primário e 9,5% no setor terciário. De 1970 a 1985 Rondônia se apresentou como a unidade federativa mais dinâmica da Região, com crescimento anual do produto de 19,9%, enquanto que os estados do Amazonas e do Pará apresentaram crescimento em torno da média regional.

No período compreendido entre 1960 e 1980, praticamente criou-se um segmento produtivo novo na região. O Valor da transformação industrial do cemento constituído pela indústria extrativa mineral e pela indústria de transformação aplicou-se quase 18 vezes, alcançando 25 vezes o valor antes registrado no estado do Amazonas. O crescimento industrial processou-se de forma desigual entre as diversas Unidades da Federação que compõem esta região. Os dois maiores estados, Amazonas e Pará, por exemplo, apresentavam um nível de produção industrial semelhante, em 1960. Em 1980, o Amazonas se distanciou significativamente do Pará.

A crescente concentração da propriedade rural, observada na década de 70, acelerou a penetração muito intensa das relações capitalistas no campo, sob a forma do grande processo de especulação, que teria se baseado na grande disponibilidade de crédito, subsídios e incentivos fiscais e financeiros, nos investimentos governamentais destinados à abertura dos eixos rodoviários também tiveram um papel importante neste processo, provocando a valorização das terras acorridadas nos estabelecimentos agrícolas.

O setor terciário evidenciou uma redução do seu peso relativo de quase 16 pontos percentuais entre 1950 e 1985 (Tabela 2.1.3). Este declínio não reflete uma queda absoluta do produto neste setor, diante das taxas anuais de crescimento de 9% entre 1960 e 1970 e 9,1% entre 1970 e 1985 (Tabela 2.1.2), mas resulta do maior crescimento da agricultura e da indústria. Além disso, se verifica no terciário uma transformação estrutural do perfil destes

serviços. Houve uma redução das atividades comerciais e governamentais; enquanto as atividades de transporte, de comunicação e de intermediação financeira cresceram.

2.1.2. AS PRINCIPAIS TRANSFORMAÇÕES

O padrão de crescimento da região resultou numa mudança gradativa do seu perfil produtivo. Em 1950, como se vê na Tabela 2.1.3, a agropecuária foi responsável por quase um terço do produto regional, diminuindo em importância relativa até 1985, quando produzia 16,3% do produto regional. Neste período a importância da indústria cresceu. Participou com apenas 11,3% da produção em 1950, chegando a 1985 com 46,7% do produto regional. O maior impulso nesta transformação ocorreu entre 1975 e 1980, quando a indústria passou de 30% do produto regional para 37,2%. A partir de 1950 os serviços mostram comportamento irregular apresentando uma queda acentuada no período entre 1970 e 1985, passando de 51% para 43% da participação no PIB regional.

O setor agropecuário manifesta uma ampliação significativa na ocupação do espaço regional. No período de 35 anos (de 1970 a 1985) a área dos estabelecimentos rurais passou de 26,2 milhões de hectares para 44,9 milhões, um acréscimo equivalente ao espaço físico de países como El Salvador e Israel. Essas transformações foram mais intensas em Rondônia e no Pará, que apresentaram taxas de ampliação da área de 7,2% e 5,4% ao ano, respectivamente, entre 1970 e 1985 (Tabela 2.1.4). Segundo dados dos Anuários Estatísticos do Brasil de 1975 e 1991, o tamanho médio do estabelecimento agrícola na região cresceu aproximadamente 30% no período 1970-1985, embora os dados preliminares do Censo Agropecuário de 1985 sugiram uma reversão desse processo no quadriênio 1980-1985. Esse processo de concentração está mais presente no Acre e no Pará.

A evolução do setor agropecuário caracterizou-se pelo elevado crescimento na área de lavoura permanente, enquanto que a lavoura temporária registra um aumento menos acentuado entre 1970 e 1985 (Tabela 2.1.5). O padrão tecnológico da agricultura do Norte também avançou, revertendo a tecnificação destas atividades e taxas superiores às observadas para o país como um todo, ainda que as diferenças absolutas entre o padrão tecnológico dessa região e o do Sudeste, do Sul e do Centro-Oeste sejam muito grandes (KAGEYAMA, 1982 e MULLINE, 1987). No resultado resultante destas transformações, as atividades de extrativismo vegetal e das culturas alimentares perderam espaço, enquanto o cultivo de produtos agrícolas para exportação cresceu.

O setor agropecuário beneficiou-se de várias políticas empreendidas pelo Governo Federal no sentido de estimular o desenvolvimento e o desenvolvimento da região. Um estudo dos resultados de cinco anos de incentivos fiscais na região beneficiária que os produtores agropecuários sofreram uma queda acentuada de rentabilidade depois dos primeiros anos, devido à falta de

tecnologia adequada ao meio ambiente amazônico. Entre 674 projetos agropecuários e agroindustriais aprovados pela SUDAM até setembro de 1985, 94 foram tidos como implantados. Verificou-se que apenas 17,6 destes 94 projetos tinham alguma rentabilidade no período, sendo que "um único aspecto da política de incentivos fiscais funciona como o previsto: a concessão de recursos oficiais" (SASQUES & YOKOMIZO, 1986).

No período 1970-1985 verificaram-se mudanças importantes na composição da produção da indústria de transformação (Tabela 2.1.6). Os dados indicam um padrão de desenvolvimento em que a região passa de uma indústria prevalentemente voltada à produção de bens de consumo não duráveis, direcionada para o mercado local, para uma indústria de bens duráveis, que gradativamente orienta sua produção para os mercados entre-regionais. Os bens de consumo duráveis e de capital passam de uma participação de apenas 6,1% do produto regional, em 1970, para 52,1% em 1985, mostrando uma taxa de crescimento anual de 10,3%.

O grande responsável por essa transformação de perspectiva setorial é o estado do Amazonas, onde se concentraram os resultados da política industrial coordenada pela SUFRAMA, complementada pela política industrial da SUDAM. O Amazonas, com a consolidação da Zona Franca, se constitui num pólo eletro-eletrônico e de material de transporte para o mercado nacional, e uma das portas de entrada de novos grupos empresariais multinacionais em busca do mercado brasileiro. O Pará, por sua vez, funciona como centro estratégico da produção de insumos, secretado da origem mineral, vinculado tanto à política nacional de exportação e de geração de divisas, como à de produção de insumos estratégicos para o desenvolvimento industrial do país.

A natureza heterogênea do setor terciário não permite conclusões definitivas quanto ao impacto das tendências observadas. É possível que tenha havido avanços no comércio (com a difusão dos supermercados ou dos estabelecimentos de autor-serviços), no sistema financeiro (com a informatização), no setor público e no subsetor de comunicações. Os segmentos modernos do setor consistem numa série de serviços em que prevalecem as relações informais de trabalho, tais como o pequeno comércio e a prestação de serviços.

No início dos anos noventa, o fato mais relevante é a diminuição notável no comércio da Zona Franca de Manaus, que ocorre simultaneamente à crise na produção industrial dessa Zona. A profundidade quantitativa do impacto dessa redução resta ser avaliada, mas a tendência ao declínio é evidente.

2.1.3. OS IMPACTOS SOCIAIS

A crescente concentração da posse da terra, efetuada no contexto de uma maior expansão demográfica estimulada pelos programas de colonização, pela construção de estradas e pela

publicidade maciça quanto às possibilidades abertas aos pequenos produtores, levou a uma situação explosiva na região. Mais de 350 áreas de conflito foram identificadas no estado do Pará, espalhadas por 14 microrregiões, no período entre 1976 e 1977, quando se registraram 370 mortes em conflitos de terra (CORISSÃO PASTORAL, 1988). Os dados para outros estados da região, a esse respeito, são fragmentados, impossibilitando uma análise exaustiva dos processos e condicionamentos sócio-econômicos subjacentes a estas manifestações de violência. Constatava-se também uma situação social explosiva na área dos garimpos, com uma desarticulação social que alcança todos os setores sociais da região.

As transformações industriais verificadas na região têm provocado um impacto ambiental quanto aos benefícios arrojados à população. De um lado, tem-se um aumento de emprego e crescimento urbano, com a inserção de uma população relativamente mais qualificada no setor de produção industrial. O emprego ampliou-se ligeiramente mais do que o crescimento populacional, mesmo dentro de um quadro de intensa migração. Os pequenos produtores atraídos à região por programas de colonização e construção de estradas eram mais capacitados para participar da implantação de estruturas capitalistas do que a população nativa. Por outro lado a concentração espacial da atividade industrial dentro da região, fundamentalmente em duas capitais de estado, Belém e Manaus, provoca os problemas de inchaço já conhecidos em outras cidades cujas populações tiveram crescimento através de padrões de desenvolvimento semelhantes aos presentes na região Norte (MELO & MOURA, Coordenadores), 1990).

A integração com a economia nacional e internacional ocorreu em várias frentes. O esforço para construir uma rede física de transportes abriu áreas até então dependentes de vias fluviais para escoamento de produtos e inserção no mercado. A busca por equilibrar o balanço de pagamentos diante da crescente necessidade de pagamento dos serviços da dívida externa incentivou a exploração mineral mais claramente caracterizada a partir do Projeto Grande Carajás. De novo, a ambigüidade dos resultados indica a necessidade de maior cautela com incentivos oferecidos nessa área, diante da fragilidade das indústrias assim incentivadas, vulneráveis a reflexos de caráter internacional, sem as ligações para frente e para trás, que poderiam reestruturar de forma duradoura a economia regional (ROSA, 1987; LOPEZ, 1988; MENDES, 1987; IDESP, 1989; BENCHIMOL, 1988; e COSTA, 1985).

A construção de grandes hidrelétricas como Tucuruí e Balbina fazem parte do cenário desses anos. Além de oferecer energia barata para os municípios da região, elas responderam ao déficit energético do Nordeste, consequência da implantação de seus grandes projetos de irrigação (BRASIL - MIN. MINAS E ENERGIA, 1987). Não têm sido feitos balanços sistemáticos dos efeitos destes incentivos, sabendo-se que, em contrapartida à geração de energia, estas hidrelétricas têm efeitos negativos quanto ao meio ambiente e à situação sócio-econômica das tribos indígenas e dos posseiros na área (IDESP, 1989; SANTOS & ANDRADE, 1988; e FERREZ & CASTRO, 1987).

Os indicadores sociais apontam uma melhoria na área urbana na década de 80. De 1980 a 1988, por exemplo, a taxa de mortalidade infantil caiu de 59,5 por 1.000 nascidos vivos para 47,8 em 1988. Da mesma forma, constata-se um crescimento na taxa de alfabetização de 78,0% em 1983 para 80,1% em 1989. Houve, também, um crescimento gradativo durante os anos 1983/1989 de mais de 11 pontos percentuais nos domicílios ligados à rede geral de abastecimento de água (Tabela 2.1.7). Não existem dados para a área rural nesta década, dificultando a comparação com a década de 70.

2.1.4. AS POTENCIALIDADES E OS DESAFIOS

A região Norte oferece potencialidades e desafios de magnitude semelhante com a amplitude de sua área geográfica. Esta região tem a maior reserva mineral inexplorada no planeta, possui uma riqueza potencial apontada nos códigos genéticos da flora e fauna da região, e uma vasta área esparsamente povoada. O dinamismo registrado na cover (cúria da Zona Franca de Manaus) e no crescimento industrial da região sugere uma capacidade empresarial e uma classe trabalhadora aptas para tornar investimentos cada vez mais lucrativos. O êxito na construção de estradas e de fontes de energia hidrelétrica deixo uma infra-estrutura adequada para realizações ambiciosas.

A região conta com uma riqueza florestal que serve como insumo para os ramos madeireiro, moveleiro, papel-celulose, químico e energético na ordem de 45 bilhões de metros cúbicos de madeira em pé. Verificam-se reservas minerais apreciáveis de ferro, bauxita, ouro e cassiterita e de minérios com novas aplicações tecnológicas (níquel, manganês, titânio). Um potencial hidrelétrico e de força inusitada existe na sua bacia hidrográfica de mais de 6 milhões de quilômetros quadrados.

O grande desafio da região é evoluir um padrão de desenvolvimento sustentável que respeite as reservas disponíveis, e favoreça o crescimento da economia dentro de um padrão que resulte na melhoria do bem-estar e da qualidade de vida das populações residentes. Isto exige uma profunda reorientação do modelo de desenvolvimento recentemente orientador das iniciativas e investimentos na região.

Reconhece-se o impacto ao nível local do desmatamento desordenado (MOLLO, 1980). Embora em desaceleração devido ao impacto da crise nacional nos investimentos na região e diante de pressões internacionais por parte de grupos preocupados com o impacto global desse procedimento, o desmatamento não deixará de ser um procedimento comum diante das pressões do mercado tais como a exaustão das florestas do Sudeste do país e a continuação da exploração mineral e os projetos hidrelétricos de grande porte (FEARNSIDE, 1988). Não se vê que se encontra um novo processo decisório que balance modelos de ocupação, produção e

desenvolvimento sustentável, que não conformação precisa às preocupações ecológicas, sociais e econômicas. Precisará encontrar um modo de aproveitar a base de recursos naturais e partir do desenvolvimento e da adaptação de tecnologias adequadas às especificidades da região.

A questão fundiária também apresenta desafios ao Estado, que não pode se negar a assumir uma postura diante dos colonos e posseiros tradicionais à região, frequentemente, a partir de incentivos provenientes dos cofres públicos. O abandono da Transamazônica tem que ser avaliado não só dentro de uma política de contenção de gastos públicos, mas também diante da dívida social para com as famílias que se defrontam com o dilema de ficar na terra que não as sustentam por falta de condições de escoamento do produto de seu trabalho, ou de se instalar na cidade que oferece uma vida de fome e insegurança diante das poucas perspectivas de emprego.

As estratégias de desenvolvimento industrial precisam ser reavaliadas diante dos critérios ecológicos e sociais já levantados em estudos regionais. Questiona-se a adequação dos sítios escolhidos para instalação dos centros de processamento dos minérios, da escolha de tecnologia para o processamento de ferro-gusa e da racionalidade, a longo prazo, de estimular as indústrias que exigem um alto coeficiente de insumo energia no processamento do produto (SANTOS & ANDRADE, 1980; MABALHÃES, 1986/87; BARROS, 1987; COSTA et alii, 1987; LARA, 1986/87; e VALVERDE, 1980). Percebe-se, também, que o desenvolvimento industrial do passado recente se sustenta numa frágil base em termos de continuidade e capacidade de resistir às recessões nacional e internacional, baseado em articulações produtivas nacionais e internacionais, para fortalecer as ligações para frente e para trás dentro da própria região (GAGLES & FORCUMIZO, 1986).

Há necessidade, para enfrentar os desafios e realizar as potencialidades desta região, de uma nova atitude e da constituição de um novo regime de relações interinstitucionais entre o poder central e o poder local, e de um diálogo com as populações indígenas e de trabalhadores rurais e urbanos.

2.2. REGIÃO NORDESTE

2.2.1. AS FONTES DE DINAMISMO

Um dos aspectos mais marcantes do comportamento da economia nordestina no período 1970-1990 é o do seu melhor desempenho - mensurado pelas taxas de crescimento do PIB - relativamente ao da economia brasileira como um todo. Isto demonstra que o Nordeste conta com fontes de dinamismo que lhe são peculiares, não obstante o intenso processo de interação da sua economia com as regiões mais dinâmicas do país. Esta interação tem-se dado através, principalmente, da dinamização de pólos

dinâmicos - em especial os pólos químico e petroquímico -, decorrentes da exploração das suas potencialidades econômicas em resposta às demandas dos centros dinâmicos da economia nacional. Uma consequência disso é que, apesar do impacto positivo nas taxas de crescimento da economia nordestina, o processo de integração inter-regional não tem apresentado fortes encaminhamentos intra-regionais que se manifestam sob a forma de estímulos a todos os setores e atividades econômicas do Nordeste.

Os impulsos ao crescimento da economia nordestina têm sido, direta ou indiretamente, induzidos pelo setor público. Considerando as taxas de crescimento do produto regional por atividade econômica no período 1970/1987, verificam-se que quatro subsetores apresentaram taxas de crescimento mais elevadas: atividades financeiras, bens imóveis e serviços às empresas; energia elétrica e abastecimento de água; serviços comunitários, sociais e pessoais; comércio (ver Tabela 2.2.1.).

Estes quatro subsetores respondiam, conjuntamente, em 1987, por aproximadamente 16,2% do PIB regional. Os investimentos para a produção e distribuição de energia elétrica e para abastecimento de água no Nordeste têm sido realizadas, na sua totalidade, pelo setor público. As atividades financeiras encontraram na economia nordestina um espaço privilegiado dentro do contexto que lhes vem sendo altamente favorável nas duas últimas décadas. Como a expansão do circuito financeiro é alimentada pelos setores produtivos, e como a economia nordestina cresceu mais do que a brasileira ao longo deste período, tem-se aí uma explicação das altas taxas de crescimento das atividades financeiras na região (MOTA GOMES, 1987, pp. 91-96), que se soma ao empolgamento do setor público, já expressivo na década de 70, mas que se acentua nos anos 80. Por sua vez, a contribuição do setor público para a FBR fixa do subsetor de serviços comunitários, sociais e pessoais do Nordeste tem sido superior a 80% dos investimentos. O comércio, como atividade subsidiária, acompanhou o desempenho dos setores mais dinâmicos. Sobre, ainda, o registro para a expressão da contribuição do setor público à formação bruta de capital fixo (FBR fixa) da região, a participação do setor público na FBR fixa do Nordeste nas duas últimas décadas foi superior à contribuição daquele setor para a FBR fixa do Brasil como um todo, sendo que em anos de seca, como em 1983, a diferença chegou a ser cinco vezes maior no Nordeste (DUARTE, 1989, p.354).

2.2.2. AS PRINCIPAIS TRANSFORMAÇÕES

Os dados mais ilustrativos das transformações ocorridas na economia nordestina a partir de 1970 são os que revelam uma redução persistente na participação da agropecuária na formação do PIB e na absorção de mão-de-obra. A esta redução têm correspondido um aumento na participação do setor terciário na composição do PIB e da PEA ocupada, e um crescimento muito lento da indústria na geração do produto e do emprego regionais (Tabela 2.2.2.). As

explicações para estes fenômenos se devem, com relação à agricultura, à persistência dos índices da produção física ao longo das duas últimas décadas, de um modo geral, e de transformações pontuais e localizadas no tocante a certos produtos e a determinados espaços geográficos. Enquanto se reduziu a área cultivada com algodão, mamona, mandioca e arroz, expandiu-se a área ocupada com arroz, cacau, cana-de-açúcar, feijão, laranja e milho (BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A, 1991, Tabelas 19 e 20). No entanto, os níveis de produtividade destas culturas mostraram-se estáticos no decorrer do período, não revelando uma tendência nítida em uma ou outra direção.

As transformações pontuais e localizadas deveram-se à expansão de algumas culturas não-tradicionais do Nordeste, que, pelo valor de mercado relativamente alto, passaram a ter participação crescente no valor da produção agrícola do Nordeste (Tabela 2.2.3). O aumento da produção de frutas (maçã, pêssego, melancia e uva) deveu-se à expansão de agricultura irrigada na área do submédio São Francisco; o incremento da produção de caju e abacaxi respondeu à expansão do cultivo em condições climáticas favoráveis do sertão e do agreste. O aumento da participação relativa do tomate, do café, da soja e da borracha deveu-se, igualmente, às condições ecológicas favoráveis e determinadas áreas e zonas fisiográficas nordestinas: o submédio São Francisco, o Agreste, o Cerrado e a Zona da Mata, respectivamente. Estes produtos, que conjuntamente representavam 3,1% do valor da produção agrícola do Nordeste em 1970, haviam aumentado a sua participação para 12,0% em 1987.

Depois de quase três décadas de implementação do programa de industrialização do Nordeste com recursos do 34/LD-FINOR, observa-se uma modificação no perfil industrial do Nordeste. A Tabela 2.2.4 mostra que vem ocorrendo uma continuada diminuição na participação dos bens duráveis no Valor da Transformação Industrial (VTI), concomitantemente com a diminuição da contribuição relativa dos bens intermediários e um pequeno aumento dos bens duráveis de consumo e dos bens de capital na composição do VTI nordestino. As transformações verificadas no perfil industrial do Nordeste no período 1970-1985 revelam, de pronto, a diminuição percentual dos produtos alimentares e têxteis no VTI e o aumento expressivo da indústria química. Considerados os anos extremos do período 1970-1985, observa-se também um crescimento considerável dos bens metalúrgico e mecânico na composição do VTI do Nordeste. Os dados disponíveis até 1985 mostravam que a indústria nordestina estava especializada na produção de bens intermediários e semi-duráveis, sendo visível, no entanto, a tendência para a redução destes e para o aumento daqueles na composição do VTI. Vale assinalar, também, que a indústria nordestina de bens intermediários, em especial o ramo químico, tem a sua produção orientada predominantemente para o mercado exterior regional, em especial o da região Sudeste. Neste aspecto, a indústria de bens intermediários tem tido importante papel na integração interregional do Nordeste. Este fenômeno chama a atenção para o fato de a localização da indústria química - concentrada predominantemente no litoral da Bahia - constituir um

mesmo tempo um fator positivo para a articulação econômica com a região Sudeste e negativo para a internalização regional do fluxo de renda gerada naquela pólo industrial. Essa é uma questão que tem profundas implicações para o desenvolvimento do Nordeste e que aponta para a necessidade de implementação de políticas que tenham em conta as desigualdades intra-regionais e a escassa integração observada na matriz de insumo-produto do Nordeste.

O Nordeste, sendo parte de um sistema econômico relativamente fechado ao exterior, apresenta coeficientes de exportação menores do que os do país como um todo. Enquanto as exportações totais representavam 8,5% do PIB brasileiro em 1997, as vendas do Nordeste ao exterior naquele ano corresponderam a 0,3% do PIB regional. No entanto, vem ocorrendo uma nítida transformação no perfil do comércio nordestino com o exterior. Enquanto os produtos manufaturados e semi-manufaturados participavam com 29,7% do valor das exportações externas em 1975, em 1985 o percentual havia subido para 66,4%. Já os produtos elaborados e semi-elaborados, que representavam 32,9% das importações nordestinas ao exterior em 1970, tiveram a sua participação reduzida para 34,2% em 1985 (tabela 2.2.5). As manifestações de diversificação da economia do Nordeste sobre o comércio exterior evidenciaram-se tanto através da redução dos produtos básicos na pauta de exportações, quanto pelo aumento deles no valor das importações. De fato, a parte de importações regional mostra que os produtos alimentícios, os combustíveis e os minerais em estado bruto representam cerca de metade do valor das compras no exterior; dentre os produtos semi-elaborados destacam-se os químicos e os farmacêuticos; na rubrica dos produtos elaborados, as máquinas industriais e os produtos minerais são os que têm maior peso relativo. No tocante à pauta de exportações, alumínio não-ligado, açúcar demerara e refinado, óleo combustível, cacau em amêndoas, manteiga de cacau e castanha de caju ocupam posição de destaque dentre os produtos básicos de exportação; a cocoa e a manteiga de cacau têm participação relativamente alta entre os produtos semi-manufaturados de exportação, e o óleo combustível, a gasolina e o açúcar refinado são os produtos manufaturados que mais contribuem para a receita de exportações do Nordeste. Lamentavelmente, a indisponibilidade de dados atualizados sobre o comércio nordestino por via interna não permite que se faça uma análise das transformações ocorridas no comércio interno local.

2.2.3. A EVOLUÇÃO DOS INDICADORES SOCIAIS

A evolução dos principais indicadores sociais do Nordeste no decorrer das duas últimas décadas (tabela 2.2.6) foi lenta e apesar da melhoria mais acentuada na década de 70 - não acompanhou o ritmo de expansão do produto regional. Esse fato sugere que, embora o crescimento econômico seja importante, no sentido em que implica maior volume de recursos que podem ser utilizados em investimentos sociais, não assegura a redução dos déficits históricos, a menos que exista vontade política para isso. Os três

indicadores sociais mais importantes - quando representam variáveis mensuráveis e são simplesmente investimentos de recursos incorridos - esperança de vida, taxa de mortalidade infantil e taxa de alfabetização do Nordeste em 1987 (1988), eram equivalentes, respectivamente, aos do Haiti, do Zaire e do Congo, países cujos produtos por habitante eram bem inferiores ao PIB per capita do Nordeste.

As estatísticas ocupacionais reforçam este quadro ressaltando as condições sociais prevalentes na região (tabela 2.2.7). Apesar de estar havendo uma diminuição nos percentuais de pessoas ocupadas que ganham até um salário mínimo por mês, ainda assim pouco menos da metade dos trabalhadores atuavam-se naquela faixa de rendimentos em 1989. Por outro lado, embora venham aumentando os percentuais de trabalhadores que contribuem para a Previdência Social, mesmo assim a proporção dos contribuintes não chega sequer a um terço da PEA ocupada. Os coeficientes de Gini sobre a distribuição salarial da PEA ocupada revelam um processo de concentração que se explica pelo fato de estarem aumentando os percentuais de trabalhadores nas faixas de rendimentos médios e altos. Vale ressaltar, por outro lado, que as chamadas atividades informais têm contribuído para amortecer a insuficiência de emprego no setor organizado da economia urbana do Nordeste, absorvendo, mesmo que precariamente, grandes contingentes de trabalhadores. Dependendo da definição que se adote de setor informal, as estimativas acerca da sua participação oscilam entre 40 e 60% da PEA urbana do Nordeste (FUNDAJ/DTAS/DINE-PE, 1986, pp. 11-15).

2.2.4. AS POTENCIALIDADES E OS GRANDES DESAFIOS

Existe uma ampla literatura sobre as potencialidades econômicas do Nordeste. Tendo em mente a necessidade de concisão e de definição de prioridades, o conteúdo do documento elaborado pela Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR), da Previdência da República, intitulado **Diretrizes da Ação Governamental para o Nordeste (1991-1995-2000)**, afundase satisfatório como síntese e como proposta. A ideia de dar prioridade ao desenvolvimento e à articulação dos Complexos Agroindustriais e dos Complexos de Indústrias Básicas mostra-se consistente com o objetivo de exploração das potencialidades econômicas da região. A consideração, neste documento, das necessidades de se fazerem investimentos em infraestrutura econômica e social, não só é consistente com a proposta de exploração das potencialidades da região, como reconhece as enormes carências de serviços sociais ali verificadas.

Os desafios com que se defronta a região Nordeste são, de um lado, os mesmos que enfrentam as outras regiões do país: como beneficiar-se - e, mais do que isso, como não se prejudicar - com os objetivos da política econômica de inspiração liberal que privilegia a redução do papel do Estado nas decisões e nos investimentos, e a abertura do mercado à concorrência externa. Em

termos específicos, cabe ao Nordeste reinvindicar medidas concretas que explorem de forma articulada as suas potencialidades econômicas e os investimentos compensatórios que atenuem as intoleráveis condições de trabalho e de vida da maioria da sua população.

2.3. REGIÃO SUDESTE

2.3.1. AS FONTES DE DINAMISMO

Dado o seu enorme peso na economia brasileira (38,2% do produto interno em 1985) e pelo fato de concentrar grande parte dos seus segmentos mais dinâmicos, a economia do Sudeste apresentou um movimento, ao longo das décadas de 70 e 80, bastante similar àquele observado para o Brasil como um todo. Isto é, crescimento nos anos 70 de 9,3% ao ano, e quase estagnação entre 1980-85, com uma expansão de 0,1%, bem menor que o crescimento populacional (Tabela 2.3.1).

Apesar de influenciar significativamente a evolução da economia nacional, o Sudeste reduziu sua posição relativa frente às demais regiões brasileiras em termos do nível de atividade econômica - de 65% em 1970 para 58,2% em 1985, como participação do produto interno - embora mantendo a posição de possuidor da maior parcela do produto regional do país. Esta característica dos anos 70, que se manteve nos anos 80, também se expressou em mudanças na participação de cada um dos estados que compõem a região na renda nacional. Verificou-se o crescimento da participação de Minas (de 8,3% em 1970 para 9,7% em 1985) e Espírito Santo (1,2% para 1,7%), em detrimento do Rio (16,1% para 12,9%) e São Paulo (39,4% para 34,1%) que tiveram reduzido seu peso relativo no produto do país, de acordo com estatísticas recentes do IBGE e conforme dados anteriormente apresentados (Ver Tabela 1.2).

A análise, mesmo sumária, dos determinantes do dinamismo do crescimento regional verificada nos anos 70, aponta, em primeiro lugar, para a expansão do setor industrial. Isto se constata tanto no que se refere à região em conjunto, como a cada Unidade da Federação que a compõe. Neste caso, deve ser dado destaque para a expansão relativa da indústria de Minas e do Espírito Santo (Tabela 2.3.2).

No setor industrial, parte da explicação do seu dinamismo na década de 70 deve ser procurada no surgimento de bens intermediários, em particular na química, papel e papelão, minerais não-metálicos e madeira. No segmento de bens de consumo duráveis e de capital é importante destacar o papel da indústria de material de transporte, não só pelo seu crescimento relativo como pela geração de efeitos multiplicadores junto a um complexo conjunto de ramos industriais e de outros setores produtivos (Tabela 2.3.3).

Além disso, a articulação cada vez maior do setor industrial da região no comércio internacional, a partir de uma agressiva política de exportação, teve influência importante no crescimento da indústria do Sudeste.

Da perspectiva espacial, o Espírito Santo e Minas Gerais, embora, entre o conjunto das Unidades da Federação, tenham participação reduzida, constituem o espaço no qual a atividade econômica mais cresceu.

Relativamente aos anos 80, as informações disponíveis revelam uma estagnação de todas as Unidades da Federação do Sudeste. O crescimento de 0,1% do produto da região, entre 1980 e 1985, traduz, de um lado, o decréscimo do produto interno de São Paulo (-0,7%), e de outro o reduzido crescimento dos demais estados: Rio (0,5%), Minas (1,6%) e Espírito Santo (3,6%) (Tabela 2.3.1). Em termos setoriais, os dados até 1985 revelam, para a primeira metade dos anos 80, que a desaceleração alcançada de fato a economia urbana da região, com a indústria expandindo-se a apenas 1% e o conjunto das atividades terciárias não chegando a esta marca.

O Sudeste Sul, nos anos 80, seguramente a região que sofreu, de perspectiva econômica, o pior impacto da crise brasileira, por concentrar os segmentos produtivos da indústria de bens de capital, que mais impacto recebem na desaceleração e crise da economia, e por concentrar a maior parcela da economia urbana do país, na qual se concentraram os efeitos da crise econômica dos anos 80.

2.3.2. AS PRINCIPAIS TRANSFORMAÇÕES

A evolução, caracterizada por um grande dinamismo nos anos 70 e uma estagnação nos anos 80, repercutiu na estrutura produtiva da região e de cada estado em particular. No que se refere à composição setorial do produto, nos anos 70, observou-se um crescimento relativo maior das atividades industriais - notadamente em Minas e Espírito Santo - em confronto com a renda gerada na atividade agropecuária e nas agrupadas no setor de serviços.

Este movimento ocorreu desigualmente, no interior da região, tanto no que se refere à indústria, na qual o Rio e São Paulo perderam posição relativa, como no tocante à agricultura, uma vez que a redução relativa do setor no produto total não se deu de forma homogênea, sendo índices de crescimento em Minas Gerais, por conta sobretudo do café, revalorizado nos anos 70.

Na indústria da região, nos anos 70, com o reforço de complementação da estrutura industrial, a evolução se dá com o aumento da participação dos bens intermediários, dos bens de consumo duráveis e de capital, no total, em detrimento do segmento

de produção de bens de consumo não-duráveis. Isto ocorreu, em particular, em São Paulo, com o deslocamento de parte importante da produção industrial para o comércio internacional, como se fez referência (Tabela 2.3.3).

Estas transformações reduziram-se significativamente nos anos 80, com a crise e a expectativa pessimista dos agentes econômicos no tocante ao retorno provável dos investimentos. A transformação estrutural mais relevante ocorrida nos anos 80, em termos setoriais, foi o aumento das taxas de crescimento das atividades terciárias relativamente aos demais setores, explicado em parte pelo crescimento do processo de intermediação financeira proporcionado pelo próprio desenvolvimento da crise econômica e da crise fiscal e financeira do Estado Brasileiro.

Ainda a respeito da agricultura, sobretudo nos anos 70, é importante ressaltar a expansão das atividades agroindustriais e a modernização ocorrida no setor, com redução significativa das culturas tradicionais e a expansão das exportáveis e processáveis industrialmente. A mecanização, expressa na relação pessoal ocupado/trator ou área de lavoura/trator, registrou uma intensificação significativa de 1970 a 1980, com uma moderada evolução, nos anos 80 (1980-85), no tocante região (Tabela 2.3.4).

Este comportamento da economia do Sudeste proporcionou na década de 70 uma grande absorção da mão-de-obra urbana e uma maior formalização das relações de trabalho, mesmo no quadro de um movimento migratório na direção do Sudeste. De fato, se em 1960 residiam no Sudeste 1,9 milhões de pessoas nascidas em outras regiões, esta cifra passa para 3,1 milhões em 1970 e 5,8 milhões em 1980. Nos anos 80, por sua vez, houve uma queda acentuada na oferta do emprego formal, de acordo com informações do Ministério do Trabalho (RAIS - Panel 100), que foi apenas atenuada pelo papel compensatório do emprego público (Tabela 2.3.5).

2.3.3. A EVOLUÇÃO DOS INDICADORES SOCIAIS

Apesar das transformações referidas e do dinamismo ocorrido sobretudo na primeira década do período analisado, persistem os níveis de concentração de renda e as desigualdades pessoais e intraregionais. Ou seja, o que se constatou em termos de expansão e transformação econômica não foi capaz, por si só, superar alguns dos problemas básicos da população da região de maior renda per habitante do país. No âmbito do saneamento básico, embora seja significativo o avanço no abastecimento de água, no que se refere ao esgotamento sanitário (rede geral e futura prevista), ainda no meado dos anos 80 1/3 dos domicílios não o possuía, e no meio rural, entre 1970 e 1980, os avanços foram praticamente nulos. A mortalidade infantil caiu significativamente, entre 1970 e a segunda metade dos anos 80, no entanto, relativamente ao nível de renda da região (de país de 1.000 dólares) e em comparação com outros países do mesmo nível ou de renda per capita menor, são insatisfatórios os indicadores sociais do Sudeste. De fato, o

Sudeste, com o nível de renda per habitante antes referido, possuía uma esperança de vida de 67 anos em 1980, que é similar à de países como Equador (66 anos e renda de 1.120 dólares), Colômbia (68 anos e 1.180 dólares), Chile (72 anos e 1.510 dólares) ou México (com 69 anos e 1.760 dólares), de acordo com as estimativas do Banco Mundial.

Com relação à educação, nas quase duas décadas cobertas pelos dados disponíveis mais recentes, percebe-se que foi significativa, relativamente à maior parte das regiões, a cobertura alcançada em relação à população de 15 anos e mais. Por outro lado, as estimativas do déficit de matrícula da população de 7 anos e mais sugerem não só uma redução em termos absolutos da população nesta idade fora do sistema escolar, como uma diminuição da pressão no total do déficit estimado para o país, salvo entre 1980 e 1985 quando aumenta a participação do Sudeste neste particular.

Em síntese, e que as informações sugerem é não só a persistência dos níveis de concentração de renda na região, nas duas décadas, como uma desaceleração do emprego formal urbano, com repercussões negativas sobre o processo de ascensão e a formalização das relações de trabalho, que viria ocorrendo nos anos 70, e sobre o nível de renda per habitante. Embora em outras áreas, os indicadores sociais revelen, de uma para outra década, um avanço das condições de vida da região, seja da perspectiva do saneamento básico, da saúde, e da educação, estes avanços ocorreram desigualmente e alguns deles foram temporariamente interrompidos nos anos iniciais da primeira metade da década de 80. Apesar de não existirem informações abrangentes disponíveis, pode-se admitir a hipótese de que o agravamento da crise nesta fase inicial dos anos 80 deve ter agravado o quadro social registrado na segunda metade dos anos 80. O nível de emprego em algumas áreas importantes, como a Região Metropolitana de São Paulo, alcançou, nessa primeira metade de 1992, níveis jamais registrados.

Mesmo abstraindo a crise dos anos 80, a partir do razoável nível de renda per habitante alcançado pelo Sudeste poder-se-ia esperar a obtenção de melhores indicadores sociais, se comparações internacionais não deixam dúvida a respeito do atraso da região mais rica do país, neste particular.

2.3.4. AS POTENCIALIDADES E OS DESAFIOS

Concentrando cerca de 40% do produto industrial Brasileiro, o Sudeste faz, sem dúvida, no espaço brasileiro, a região que mais avançou no processo de industrialização. Ao mesmo tempo que este fato constitui um grande potencial, em razão do desenvolvimento já alcançado das suas forças produtivas, e em razão das possibilidades que se abrem para a continuidade do processo de industrialização, constitui, também, um desafio quando se levam em conta as evidências que as inovações tecnológicas em

curso na economia mundial, poderão provocar, tornando obsoletos vários segmentos produtivos, no contexto de uma reestruturação industrial à qual esteja associada a abertura à competição internacional. Contraditoriamente, o Sudeste é a região de maior potencial para o reinício do processo de industrialização que caracterizou a economia brasileira no longo período a partir dos anos 30, e a que poderá mais intensamente sofrer um impacto econômico e social associado à reestruturação e consolidação que as novas ondas de inovação tecnológica, em curso, exigirão do país e da região, com vários segmentos produtivos tecnologicamente defasados.

Apesar disso, embora tenha perdido importância relativa no contexto nacional, não se pode minimizar o papel que poderão desempenhar, no futuro, a agricultura e a agroindústria da região Sudeste, tanto as voltadas para o mercado interno, como aquelas dirigidas para o mercado internacional.

O grande desafio reside na forma como a economia regional deverá vir a se inserir na reestruturação econômica e industrial que, ao longo do tempo, alcançará vários países, mais cedo ou mais tarde terá impactos significativos sobre a região, mais avançada economicamente e em termos de desenvolvimento.

2.4. REGIÃO SUL

2.4.1. AS FONTES DE DINAMISMO

O movimento da economia sulina na década de 70 e nos anos 80 acompanha de perto a trajetória da economia brasileira no mesmo período, atestando sua estreita incorporação aos demais regimes, principalmente a região Sudeste. Neste sentido, é possível observar uma grande expansão de sua atividade durante a década de 70 - caracterizada de transformações significativas na sua estrutura produtiva - seguida, nos anos 80, de uma desaceleração no ritmo de crescimento.

A expansão do produto regional nos anos 70 foi bem mais intensa do que a apresentada no primeiro quinquênio dos anos 80. Os dados apresentados na Tabela 2.4.1 registram para 1970/80 um crescimento de 10,4% ao ano, enquanto que para o período de 1980/1985 o percentual foi de apenas 1,9%.

Através da referida tabela percebe-se que a região seguiu, em linhas gerais, o movimento da economia nacional para o país na década de 70: (i) expansão acelerada na primeira metade, na qual prevaleceram as condições favoráveis do "milagre" econômico (1967-73) e (ii) a desaceleração na segunda metade. A região de Santa Catarina, em traços gerais, da economia brasileira são seguidos pelas demais Unidades da Federação: Paraná e Rio Grande do Sul, o Paraná, em particular, registra significativamente em 1975-80, as taxas de crescimento, comparativamente ao período 1970-75.

Em termos setoriais uma observação que cabe registrar é a de que enquanto o setor industrial aponta para uma desaceleração moderada nas duas metades das décadas (18,0% em 1970/75 e 16,1% em 1975/80), o mesmo portança a média do Jorênio (equivalente a 17,0%), os setores agropecuário e de serviços, sobretudo o primeiro, apresentam uma desaceleração significativa entre 1970/75 e 1975/80 (Ver Tabela 2.4.2). A agropecuária sulina praticamente estagna na segunda metade da década de 70, quando do comparados os anos extremos da série (1970 e 1980). Por sua vez, o setor de serviços cresceu a taxas mais modestas que as apresentadas anteriormente.

A partir de 1980 as economias estaduais da região alteram significativamente a natureza de sua evolução, seguindo a trajetória apresentada pela economia brasileira: a partir dos anos 80 alcança de novo semelhante as economias estaduais, interrompendo o crescimento acelerado dos anos 70.

As diferenciações setoriais no crescimento do PIB regional tornam claras as mudanças ocorridas na estrutura produtiva. A diminuição da participação da agricultura e dos serviços no produto gerado na região Sul na década de 70, correspondeu ao crescimento do setor industrial que passou a responder por mais de 1/3 do PIB regional em 1980 e em 1985 (Ver Tabela 2.4.3), quando, dez anos antes, esta participação situava-se em torno de 1/5 do total. O mesmo a agricultura, de que pese sua perda de importância relativa, sofreu transformações significativas, ampliando a produção de exportáveis, através da expansão da agroindústria ligada ao complexo soja (óleo, fardo, ração) no Paraná e no Rio Grande do Sul e ao processamento de carne suína e de aves em Santa Catarina, e restringindo a produção de alimentos. Este processo levou à mecanização da produção e à introdução de insumos modernos, proporcionando uma transição dos estímulos dinâmicos da agricultura para segmentos da indústria.

2.4.2. AS PRINCIPAIS TRANSFORMAÇÕES

Durante as duas últimas décadas, sobretudo a de 70, a economia da região Sul passou por transformações significativas na sua estrutura produtiva e na distribuição espacial de sua atividade econômica.

Para analisar a intensidade e as mudanças ocorridas na agropecuária, o que se destaca num primeiro exame da Tabela 2.4.3 é o seu declínio relativo, representando 1/4 do produto interno de 1970, a agropecuária curvou, de pouco, em 1985, 1/6 do produto da região. Sem menor, seu peso de ser expressivo, é o declínio do terciário de 50% no início da série considerada, o que reduz sua participação para 46,8% em 1985. Praticamente todos os sub-setores do terciário, à exceção dos intermediários financeiros e, em menor escala, dos transportes e comunicações e outros serviços, perderam importância relativa com o decorrer dos anos.

A distribuição do produto entre as unidades que compõem a região Sul sugere que, entre 1970 e 1980, foi o Rio Grande do Sul que perdeu em importância relativa no contexto regional.

No que diz respeito à indústria sulina, em primeiro lugar deve-se registrar que, embora cada unidade da Federação conserve suas particularidades, ocorreram transformações da maior importância na economia industrial da região, associadas a um dinamismo inusitado da produção manufatureira (Ver Tabela 2.4.4). Assim, o Paraná altera significativamente sua base econômica com a implantação de um setor que, de pouco dinâmico, passa a liderar o crescimento da economia. De uma indústria que antes da década de 70 estava constituída de atividades de beneficiamento de produtos agrícolas (cerâmica, madeira, café, óleos vegetais), com tecnologia pouco elaborada, no geral, surge um processo bem nítido de incorporação de novos ramos (material elétrico e comunicações, material de transporte) e são transformados gêneros industriais já existentes como o da química (combustíveis e lubrificantes), papel e papelão, com a incorporação de novas atividades que envolvem um maior grau de processamento da matéria-prima, além da indústria de produtos alimentares, que perde a sua característica de indústria rudimentar nas décadas anteriores. Vale ressaltar ainda que esta nova indústria não se volta para o mercado nacional, como se caracteriza por uma nova organização industrial e pela presença de frações extra-regionais do capital, inclusive estrangeira (IPARDES, 1981).

Relada à indústria e à economia nacional, a indústria paulista, através da produção de insumos e matérias-primas, peças e componentes e outros produtos, notadamente a partir dos gêneros como o de metalúrgica, material elétrico e de comunicações e material de transporte, consolida e aprofunda a sua articulação com o centro dinâmico do país nos anos 70 (FRANCO, 1984, p.17). Além disso, face às condições favoráveis do comércio internacional e à política de estímulo às exportações do Governo Federal, parte do segmento tradicional da indústria estadual (alimentos, couros, carne e subprodutos) é dinamizada e passa por transformações significativas na sua organização e nos seus processos de trabalho. A indústria de bens de capital cresce também significativamente neste período de maior dinamismo para a economia brasileira, sobretudo em razão da expansão da agricultura empresarial e moderna da região, sustentada pela política de crédito e estímulos governamentais. Ao lado disto, deve-se assinalar a complementaridade de alguns segmentos produtivos (carrocerias, reboques, semi-reboques, bem como a de equipamento para a agricultura - com fortes vinculações com a economia nacional), que recebem impactos derivados da dinâmica mais geral do país.

As poucas informações disponíveis sugerem que as mudanças na estrutura produtiva que vinham ocorrendo nos anos da década de 70 perderam seu ímpeto nos anos 80. Os dados do IBGE sobre a indústria sulina revelam que nos anos 80 o valor da transformação

industrial mantém quase a mesma distribuição percentual entre os grandes grupos industriais e seus componentes (Tabela 2.4.5).

Em resumo, as tendências tem evidentes de mudanças na estrutura produtiva da indústria da região Sul, na direção de uma produção voltada cada vez mais para os bens intermediários e bens duráveis (de consumo e bens de capital), constatadas entre 1970 e 1980, perderam sua intensidade nos anos 80, em razão da desaceleração da economia e das perspectivas pessimistas dos investidores e empresários.

Quanto à agricultura, a modernização que ocorreu, sobretudo nos anos 70, esteve associada não só às necessidades da indústria de bens de capital para o setor agrícola, recentemente instalada com capacidade de produção acima da demanda, como às grandes empresas agroindustriais, processadoras de matéria-prima, e à política de exportação e de geração de divisas imprescindíveis à continuidade do desenvolvimento agrícola e industrial do país. O crédito oficial, a participação das empresas estatais de assistência técnica e a política de preços que priorizava sobretudo as culturas para exportação, foram os instrumentos primordiais na acelerada introdução dos processos tecnológicos no Paraná, sobretudo, mas igualmente na economia rural de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

A lavoura empresarial passa a marcar cada vez mais a economia rural da região, substituindo as culturas alimentares e as unidades produtivas de tipo familiar (Ver, como ilustração desse fato, a Tabela 2.4.6), articulando produtores em torno de grandes cooperativas, e com consequências significativas sobre o processo de trabalho, sobre o nível de emprego e trazendo impactos relevantes sobre o meio ambiente. As transformações se traduzem, igualmente, na constituição de **complexos agroindustriais**, iniciada com participação do capital internacional, que agregam e consolidam seus interesses em torno da pecuária da carne, da pecuária do leite, da produção e beneficiamento dos cereais e das oleaginosas, do fumo e da produção do açúcar e álcool. As mudanças passam pela introdução de novos produtos, por novos tipos de organização da produção e por novos processos tecnológicos.

Com relação a este último aspecto, é interessante, neste exame sobre a evolução da região, verificar como se comportaram os principais indicadores da tecnificação da agricultura sulina (Ver Tabelas 2.4.7 e 2.4.8). Tal processo, de quase de início, tomou na região a forma de substituição das formas extensivas de exploração por procedimentos mais exigentes em capital por unidade de área. Na agricultura, isto se deu com a soja, o trigo e o arroz na pecuária, com a substituição de pastagens naturais por aquelas plantadas nas áreas onde ocorreu a consolidação da pecuária bovina para corte.

2.4.3. A EVOLUÇÃO DOS INDICADORES SOCIAIS

Como ponto de partida da referida análise, uma característica demográfica importante a ser considerada na Região Sul diz respeito à taxa de urbanização. Segundo dados do Censo Demográfico de 1970, menos da metade da população da região habitava em áreas urbanas (cerca de 7,0 milhões de pessoas, correspondente a 44,3% da população total). Em 1989, de acordo com estimativas da PNAD, a população urbana do Sul atinge a cifra dos 10,2 milhões de habitantes, equivalendo a 67,6% da população total da região, o que significou, no período de 1970 a 1989, uma taxa estimada de crescimento médio anual de 3,9%.

O significativo crescimento da população urbana da região, no período, se reflete numa concentração cada vez maior da força de trabalho ocupada nos setores urbanos. Dentro do setor industrial merece destaque o comércio na indústria de transformação que apresenta um crescimento de 96,7% no período de 70/80, segundo dados dos Censos Demográficos, e de 21,4% no período de 1985 a 1988, de acordo com dados da PNAD, passando de 9,2% da PEA ocupada em 1970 para 15,3% em 1988 (Ver Tabela 2.4.9), ocupação esta que recuou um setor virando grau de especialização.

Por sua vez, vale a pena salientar a acentuada diminuição da PEA ocupada na agroindústria na década de 80, chegando a apontar uma queda de 10,2 pontos percentuais no seu contingente entre 1985 e 1988, equivalentes a cerca de 300,6 mil empregos.

Os impactos sociais das transformações na região Sul se deram na direção do crescimento do emprego formal e do processo de urbanização, associados à partir das políticas sociais adotadas - a uma diminuição no índice de mortalidade infantil, a uma elevação da esperança de vida e a uma redução acentuada do percentual de analfabetos (Ver Tabela 2.4.16). A diminuição da geração de empregos formais nos anos 80 - por conta da queda do nível de atividades - foi compensada, em parte, pela absorção de emprego na administração pública federal a exemplo do que ocorreu em outras regiões.

2.4.4. AS POTENCIALIDADES E OS DESAFIOS

A região Sul é o segundo parque industrial do país, perdendo apenas para o Sudeste. Devido às transformações que estão ocorrendo a nível mundial, relacionadas com as inovações tecnológicas, um grande desafio que se apresenta é a necessidade desse parque industrial adaptar-se às novas transformações, o que poderá implicar em reajustes na sua estrutura, com impactos sobre a produção e o emprego no setor industrial e, em decorrência, em outras atividades produtivas.

A isto se acrescentam as possíveis repercussões dos acordos para a constituição do MERCOSUL, que implicam um

integração de mercados os quais, embora possam trazer benefícios à região, podem implicar em uma reestruturação com impactos negativos sobre alguns segmentos produtivos da indústria sulina.

Por sua vez, a agricultura da região, que passou por um processo de transformação através de uma modernização bastante acentuada, conforme se verificou anteriormente, a exemplo da indústria deverá se reestruturar para poder sobreviver, uma vez que terá de competir com agriculturas modernas e com vocações similares como é o caso da Argentina e Uruguai, dentre outros, que vão integrar com o Brasil o MERCOSUL.

2.5. REGIÃO CENTRO-OESTE

2.5.1. AS FONTES DE DINAMISMO

A região Centro-Oeste cresceu a um nível mais acelerado que o Brasil no período compreendido entre 1970 e 1985, quer se analisem os valores absolutos, quer se confrontem tais dados com o crescimento populacional observado.

Diferentemente do que ocorreu no Brasil, que teve sua fase de maior crescimento no primeiro quinquênio da década de 70, impulsionado pelo "milagre", a dinâmica do Centro-Oeste toma impulso a partir da segunda metade da década de 70, chegando a atingir uma taxa de crescimento correspondente a 14,2% ao ano (Ver Tabela 2.5.1). Em termos setoriais o maior dinamismo decorreu do segmento industrial, fortemente estimulado pelas atividades agropecuárias e minerais da região, quando cresceu em torno de 30% ao ano entre 1975 e 1980. Tal crescimento, contudo, não resultou em impactos importantes na economia da região, dado o pequeno peso deste setor na sua estrutura produtiva. Apesar disso, o crescimento das atividades industriais no Centro-Oeste fez com que parte da demanda por bens de consumo não-duráveis fosse atendida pela produção regional, por um lado, e que houvesse uma maior articulação inter-regional através da demanda por máquinas e equipamentos, por outro.

A pequena significância dos aportantes de produto gerado na indústria do Centro-Oeste sugere, logicamente, uma forte dependência de sua economia em relação à de outras regiões, especificamente a Sul e a Sudeste, adquirindo destas a maioria dos bens manufaturados de que precisa para atender às suas necessidades.

São as atividades agropecuárias, porém, que, por sua magnitude e dinamismo, vão proporcionar à Região Centro-Oeste um crescimento tão expressivo.

A correlação existente entre a importância da agropecuária e o dinamismo da produção global é um fenômeno generalizado por todo o Centro-Oeste - à exceção do Distrito Federal -, podendo-se

afirmar que o desempenho da economia da região vem mantendo um comportamento caracterizado pelo crescimento apresentado na atividade agropecuária, no período.

De fato, observa-se que em 1970 o PIB agropecuário do Centro-Oeste correspondia a 7,4% do PIB primário brasileiro, alcançando em 1985 a marca de 8,1%. A evolução do PIB agropecuário regional é reflexo da expansão da fronteira agrícola, que implicou tanto no crescimento das áreas cultivadas das principais culturas, fundamentalmente daquelas voltadas para a exportação e para o processamento industrial, quanto nas destinadas à pecuária. Esta expansão da fronteira agrícola se vincula diretamente à política adotada pelo Governo Federal, incentivando as culturas de exportação, como será visto a seguir.

Diante das peculiaridades do sistema econômico centro-destino - aberto e dependente das regiões mais desenvolvidas - era de se esperar um setor terciário bastante fortalecido, que é o que demonstra a Tabela 2.5.1. Nela se destaca a importância dos serviços que, em 1970, correspondiam a 69% do PIB regional e a 4,7% do PIB gerado pelo setor no país, aumentando a sua participação no PIB regional de 1985 para 82%, sem como sua parcela no PIB do setor no Brasil para 13,8%. Merece aqui um destaque para o Distrito Federal, que apresentou incrementos acentuados no período. Com a transferência da capital federal para o Centro-Oeste houve uma rápida rejeição de recursos, que contribuiu para a expansão do setor de serviços tornando até hoje a mais importante fonte geradora do PIB regional, chegando a atingir, na segunda metade da década de 70 e no primeiro quinquênio dos anos 80, taxas anuais superiores às anotadas para a agropecuária e para a indústria.

Um fato a ser destacado na análise do PIB terciário é o incremento na participação das instituições financeiras, chegando praticamente a quadruplicar o montante da sua contribuição no produto interno bruto regional no período analisado.

A indicação de evolução real do produto para a região mostra, ainda na Tabela 2.5.1, um crescimento cumulativo anual da ordem de 11,0% do PIB em termos físicos no período de 1970 a 1985. Neste mesmo espaço de tempo, o PIB nacional cresceu a um índice inferior, de 7,2%. Uma análise da tabela mostra que o crescimento dos dois índices acima mencionados, a ritmos diferentes, se deveu a dinâmicas diversas de causas comuns atuando distintamente.

No exame da renda per capita (ver Tabela 2.5.2) enfatiza a conclusão acima, quando se verifica que, nos três anos considerados, o ingresso per capita do Centro-Oeste apresenta tendências de crescimento visíveis. Enquanto nesta região a renda per capita teve um aumento no período analisado de cerca de 39%, no Brasil essa taxa correspondeu a 17,0%, o que demonstra com bastante clareza as tendências de crescimento assinalando o ritmo evolutivo regional, superando, inclusive, o apresentado pelo país como um todo. Ainda assim, o Centro-Oeste sofreu no período

analisado, à exceção do Distrito Federal, níveis de renda inferiores à média nacional.

2.5.2. AS PRINCIPAIS TRANSFORMAÇÕES

No início da década de 70 tomou vulto no país uma estratégia de modernização conservadora cujos reflexos no setor agrícola traduziram-se na consolidação do modelo de complexos agroindustriais bem como numa reformulação da política agrícola, além da criação de incentivos à verticalização da produção (MUELLER, 1992, p.19).

A existência de áreas que possibilitavam a expansão da fronteira agrícola, associada a uma série de estímulos oficiais às atividades exportadoras, levaram à dinamização das culturas processáveis industrialmente e passíveis de serem colocadas no mercado internacional em condições competitivas. Além disso, os mecanismos de incentivo do Estado também proporcionaram o aumento das atividades pecuárias na região, o que ocorreu de forma simultânea à diminuição das áreas dedicadas ao cultivo de produtos alimentares.

Estes movimentos levaram a uma maior concentração fundiária na região na década de 70 - seguida de reversão nos anos 80 - (ver Tabela 2.5.3) e, principalmente, à consolidação da agroindústria como atividade dinâmica e integradora da região. A incorporação de mão-de-obra assalariada - e, portanto, a ampliação da demanda por bens de consumo não duráveis - e a demanda por implementos agrícolas, tratores (Tabela 2.5.4) e equipamentos de beneficiamento, geraram estímulos diretos e indiretos à indústria regional. Além disso, a ampliação das atividades agroindustriais também levou a uma elevada taxa de incorporação de progresso técnico na agricultura do Centro-Oeste (ver Tabela 2.5.5), face à existência de produtividade e homogeneidade do produto destinado ao processamento industrial e à exportação.

A análise da evolução da agroindústria no período de 1970 a 1990 aponta para um crescimento acelerado e ganhos de produtividade de um grupo de produtos considerados "modernos" (MUELLER, 1992, p.11) como o milho, importante insumo para a avicultura e a suinocultura, e a soja, que receberam intensivo apoio governamental, em detrimento do grupo de culturas "tradicionais" como o feijão e a mandioca, que ficaram à margem dos incentivos (ver Tabela 2.5.6 e 2.5.7).

Sobre a pecuária deve-se salientar que esta atividade beneficiou-se de uma conjugação de ações levadas a efeito pelo Estado, dentre as quais podem ser citadas o acesso ao crédito rural, os programas especiais destinados à agropecuária, principalmente no que diz respeito à abertura de grandes eixos viários e os incentivos fiscais que, juntos, objetivavam a ampliação da fronteira agrícola, o aumento da produção e dos

níveis de produtividade, criando assim condições para que a atividade criatória se elevasse satisfatoriamente até atingir os níveis vigentes em 1985 (HESS & AGUIAR, 1990, pp.42-43).

É importante frisar que, paralelamente ao crescimento da produção agrícola da região, surgiram efeitos ecológicos negativos ocasionados pelas práticas modernas como é o caso da lavoura de soja, no cerrado, cujo cultivo requer uma elevada utilização de mecanização, corretivos do solo e fertilizantes, que causam a compactação e impermeabilização dos solos, a erosão e a contaminação por agrotóxicos, e também da agricultura irrigada no complexo do pantanal, cujo impacto ecológico se dá através da modificação de sazonalidade das inundações naturais da região, bem como pela contaminação por agrotóxicos (MUELLER, 1992, pp.22-24).

Observa-se que no período analisado ocorreram mudanças na composição da indústria de transformação regional, detectando-se uma diminuição na participação tanto do Valor da Transformação Industrial (VTI) quanto do pessoal ocupado da indústria de bens de consumo não-duráveis e um aumento bastante acentuado no grupo das indústrias de bens intermediários, e, em menor intensidade, no grupo de bens de capital e de consumo durável (Ver Tabelas 2.5.6 e 2.5.8A). Vale salientar o crescimento verificado na indústria química, cuja participação em relação ao VTI e ao pessoal ocupado da região passou, respectivamente, de 1,4% e 0,9% em 1970 para 10,4% e 4,3% em 1985, registrando-se também, na década, um aumento percentual em relação ao Brasil da ordem de 0,1% para 0,4% quanto ao VTI, e de 0,3% para 2,1% no que diz respeito ao pessoal ocupado.

O setor secundário da região apresenta, como atividades significativas, a indústria de beneficiamento de grãos (soja e milho), de café e de algodão, bem como a produção de álcool (irrigada através de canalização do PROÁLCOOL). O setor de abate de animais também evoluiu bastante na década de 70, favorecendo a instalação e a modernização de frigoríficos de grande porte, em função, basicamente, da abertura de novas atividades de exportação. Por sua vez, acompanha a tendência do crescimento da pecuária extensiva, observando-se uma relativa evolução do setor especializado na produção de leite, devendo ressaltar que parcela considerável da produção industrializada se destina às indústrias beneficiadoras das regiões Sul e Sudeste do país (Cf. BRASIL, MINTER, SUDECÓ, 1985, pp. 19 a 32).

O setor terciário, por sua vez, também apresentou grande dinamismo na região durante o período enfocado, cuja performance decorreu, de um lado, da própria dinâmica do nível de renda e de movimentos populacionais - estreitamente relacionados com o crescimento das cidades, estímulos pelos projetos federais de expansão da fronteira agrícola - e, de outro, dos gastos públicos decorrentes da administração da capital federal.

2.5.3. A EVOLUÇÃO DOS INDICADORES SOCIAIS

A crescente urbanização teve impactos sociais marcantes para o nível de vida da população da região Centro-Oeste. Os dados dos Censos Demográficos de 1970 e 1980 e da PNAD de 1989 patenteam um significativo processo de urbanização no Centro-Oeste ao se observar um rápido crescimento da população urbana, ocorrido principalmente na década de 70 quando chegou a crescer a uma taxa anual de 7,5%.

Através do aumento da população urbana verificaram-se profundas modificações no mercado de trabalho regional, implicando, por um lado na liberação de mão-de-obra do campo e, por outro, em um incremento mais acentuado na oferta de trabalho nas atividades predominantemente urbanas.

Embasaado em alguns indicadores sociais selecionados (Tabela 2.5.9), tem-se um retrato aproximado da evolução das condições de vida no Centro-Oeste, no período. No que diz respeito à esperança de vida ao nascer observa-se uma sensível melhora no nível anotado, que passa de 56 anos em 1970 para pouco mais de 68 anos em 1988 (ALBUQUERQUE & JILLELA, 1990), marca que se aproxima da média apropriada pelos países de renda média alta (que é de aproximadamente 67 anos em 1986), dentre os quais se incluem o Brasil, o México e a Argentina (BANCO MUNDIAL, 1988).

Quanto à mortalidade infantil (menores de 5 anos, nascidos vivos) o Centro-Oeste apresenta, segundo dados estimados para 1988, um decréscimo de aproximadamente 63% em relação ao padrão observado em 1970 (SCHÖLS, 1992), seguramente explicado pela melhoria dos padrões de nutrição e saúde que podem ser verificadas através das estatísticas mostradas pelos Censos Demográficos do IBGE. Sobre isto basta verificar o incremento anotado quanto aos domicílios ligados à rede geral de abastecimento de água com canalização interna, que passou de 14,1% em 1970 para 58,9% em 1989, destacando-se o índice registrado pelos domicílios urbanos (13,6% para 58,1%).

No que diz respeito às taxas de alfabetização, nota-se que no Centro-Oeste este índice aumentou de 57% em 1970 para 77,9% em 1989, superior ao percentual apresentado pelo Brasil como um todo (76,1%). Devese levar em conta que a variação relativa ocorrida na região se deve em parte à forte incidência da população alfabetizada do Distrito Federal, situação esta que garante à região os relativamente altos índices de instrução.

O indicador de melhoria das condições de vida consubstancia-se através da observação do rendimento da população economicamente ativa, de 10 anos e mais, que recebe até 2 salários mínimos mensais e que passa de 77,43, em 1970, para 84,7% em 1987.

Quanto à participação das famílias situadas abaixo da "linha de pobreza" (HOFFMANN & KAGEYAMA, 1984), observase no Centro-Oeste que cerca de 46,2% do número total das famílias em 1970 se colocavam neste patamar, índice que se reduz sensivelmente em 1987 para 10,2%.

Em referência à evolução do emprego urbano "formal" observase um crescimento no ritmo de emprego a partir de 1980 para quase todos os setores (com exceção para o comércio), chegando a atingir em 1988, na sua totalidade, um índice de 41,7% maior do que o apresentado no ano base (1979).

Desta forma, o processo de incorporação de uma parcela cada vez maior da economia regional do Centro-Oeste na dinâmica da economia nacional teve, ao contrário do ocorrido em outras regiões, impactos positivos em relação às condições de vida da sua população. A despeito disso, porém, ainda são grandes as desigualdades intra e inter-regionais existentes, seja em relação à estrutura produtiva, seja quanto à incorporação do capital e dinamismo ali observado.

2.5.4. AS POTENCIALIDADES E OS DESAFIOS

O desenvolvimento econômico ocorrido no Centro-Oeste nas últimas décadas se expressou em taxas de crescimento significativas e resultou de uma ação marcante do Estado brasileiro na implantação da infraestrutura econômica e no financiamento da produção, sobretudo a agrícola e agroindustrial.

A crise fiscal e financeira do Estado e a ausência de políticas governamentais capazes de dar continuidade ao crescimento anteriormente registrado deverão representar um desafio para a região, que vinha consolidando sua presença na economia do país, notadamente no setor primário, e que revelará seu enorme potencial no processo de modernização da economia nacional.

Se à crise do Estado se acrescenta, no contexto das propostas liberais, a tendência de redução da presença do governo no apoio e atividades como a agricultura, que depende, na sua produção e modernização, de políticas públicas adequadas, sobretudo em regiões situadas fora do pólo dinâmico do país, tem-se um quadro de dificuldades que poderá resultar em perda do dinamismo e das transformações que ocorreram nas últimas décadas.

Além disso a política recessiva do país, com sua senda danosa também para o Centro-Oeste na medida em que não se resolvem questões como créditos, em péssimas condições, armazenagem e energia precárias. A tendência da região, através da utilização cada vez mais acentuada de alta tecnologia, é para a produção de grãos, atualmente correspondendo a quase 25% do total de grãos produzidos no país.

hoje em dia não se pode discutir desenvolvimento regional, principalmente numa região como o Centro-Oeste, extremamente favorável à utilização de práticas agrícolas modernas, sem considerar a questão do desenvolvimento sustentável. Um dos elementos básicos da degradação ambiental da região refere-se à utilização cada vez mais acentuada de extração e transformação de minerais, principalmente no estado do Mato Grosso. Um outro elemento preocupante que aparece nos dados sobre a região, de modo geral, e sobre o Mato Grosso, em particular, é a questão das queimadas e da utilização irracional dos recursos minerais, fatos estes ligados a todo um processo de expansão da fronteira. Um exemplo disso pode ser visto através dos dados do IBAMA sobre a área alterada por ações antrópicas nos estados do Mato Grosso do Sul e de Goiás, cujas informações apesar de defasadas - datam de 1981 para o primeiro estado e 1983 para o segundo - são contundentes para demonstrar o fato. No Mato Grosso do Sul a área antropica correspondia a 57,8% da área absoluta estadual, e em Goiás este percentual equivalia a 72,9%.

Finalmente, no que se refere ao MERCOSUL, a médio prazo, numa economia cujo dinamismo se baseia na produção industrial, como é o caso no Brasil e a região Sudeste, deverá se beneficiar, num primeiro momento, o pólo de São Paulo e, em um segundo estágio, supostamente se beneficiarão através do exportação de grãos as áreas da periferia desse pólo. No caso do Centro-Oeste, os estados do Mato Grosso do Sul e, em menor escala, de Goiás.

3. AS TENDÊNCIAS DOS ANOS NOVENTA E A NOVA Pauta DO DEBATE SOBRE O DESEQUILÍBRIO ECONÔMICO INTER-REGIONAL BRASILEIRO

As mudanças que se verificam no cenário econômico e geopolítico mundial ocorrem com grande intensidade e atingem também o Brasil. Iverso para crise que já dura mais de uma década, o país se defronta com novas tendências e enfrenta enormes desafios.

O desafio central é o de formular um projeto de desenvolvimento nacional que permita uma inserção positiva do país num cenário mundial em mutação, ao mesmo tempo em que equacione a questão social interna, herdada do modelo de expansão dos anos recentes e das políticas de ajuste dos dias atuais. No limiar do século XXI, a maioria majoria dos brasileiros não tem acesso aos bens e serviços que lhe garantam uma vida digna.

Algumas tendências recentes devem ser ressaltadas e constituir-se na verdade numa nova agenda das discussões nacionais.

Entre elas destacamos:

- 1) A tendência a um relativo isolamento do Brasil num mundo que tende a consolidar uma organização multipolar e a estruturar grandes blocos de influência;

- 2) A tendência atual do Governo em privilegiar políticas macroeconômicas voltadas para o curto prazo, em busca da estabilização econômica;
- 3) A tendência ao agravamento da questão social nos anos silêntos e silenciosamente nos anos noventa;
- 4) A tendência à adoção de políticas de cunho neo-liberal, com implementação de propostas que tendem a reduzir enormemente o papel e a presença do Estado, relegando inclusive o papel do planejamento governamental;
- 5) A tendência à adoção de uma estratégia de integração competitiva e de uma maior abertura da economia nacional que privilegia a reestruturação da base produtiva do país com vistas a uma crescente internacionalização, visualizando apenas secundariamente o mercado interno;
- 6) A tendência de reorganização das estruturas produtivas locais face aos impactos dos padrões tecnológicos resultantes da revolução científico-tecnológica em curso no mundo e ainda muito concentrada nos países mais ricos;
- 7) A tendência a privilegiar políticas de corte nacional, com pouca ou nenhuma consideração à heterogeneidade e à diversidade das estruturas econômicas, sociais e políticas das regiões brasileiras, e também a não tratar questões específicas e locais;
- 8) A tendência à redefinição do comportamento das migrações internas no país, com efeitos regionais relevantes;
- 9) A tendência a manter o caráter compensatório das políticas regionais; e
- 10) A tendência à promoção de um redesenho institucional que responda aos desafios de um novo projeto nacional.

Essas tendências têm rebatimentos sociais e econômicos no presente e condicionarão transformações para o futuro do país, com efeitos também na questão dos desequilíbrios inter-regionais, uma das heranças mais marcantes da forma como se deu o desenvolvimento nacional ao longo do século XX.

- 1) A tendência ao relativo isolamento do Brasil em termos de cada vez mais consolidados grandes blocos de mercado coloca um grande desafio para o futuro. Desafio ampliado sobretudo porque essa tendência aparece associada a outra, a seguir referida, de reorganizar a estrutura produtiva do país para buscar

prioritariamente uma integração competitiva no mercado internacional.

O fato relevante atual que procura criar condições para reduzir as dificuldades de integração mais fortes nos grandes blocos de mercado é a criação do MERCOSUL, que envolverá também o Brasil. Embora se trate de uma experiência de caráter sub-regional, envolvendo apenas alguns países latino-americanos, merece referência. Em termos regionais, a consolidação do MERCOSUL coloca potencialidades e desafios diferenciados. Os estudos preliminares de impactos prováveis apontaram efeitos mais favoráveis para a região Sudeste e, em segundo plano, para as regiões Centro-Oeste e Sul, com diferenciações internas. Para o Norte e o Nordeste os impactos positivos esperados são menores e alguns efeitos negativos devem merecer atenção, embora aí também os resultados prováveis são também diferenciados intraregionalmente. Aprofundar esta discussão é atualmente importante:

- 2) A tendência a privilegiar políticas macroeconômicas voltadas para o ajuste e o curto prazo, prevalentemente desde a década de oitenta, tem tido na redução da demanda interna, via recessão e políticas de renda restritivas, um de seus pilares. Os efeitos setoriais e regionais têm sido diferentes. A indústria de bens de capital, bastante concentrada no Sudeste, e as atividades voltadas para o mercado interno sofreram mais que a agricultura de exportação, por exemplo. Com isso, as regiões agrícolas contínuas com melhor desempenho econômico que o Sudeste, e as sub-regiões que abrigam atividades fortemente exportadoras têm obtido resultados melhores. Como essa tendência se prolonga por vários anos, torna-se relevante verificar, no debate atual sobre as diferenciações regionais, os efeitos diferenciados do período recessivo e suas consequências para o futuro próximo;
- 3) O agravamento da questão social é uma das tendências recentes mais preocupantes. Nas últimas décadas, os indicadores de condições de vida revelam que a diversificação, ampliação e modernização intensa da economia brasileira não corresponderam melhorias igualitárias significativas nos padrões de vida da população, do que resultou, como herança, uma grande dívida social. Por outro lado, os indicadores disponíveis para avaliar as condições de vida da população mostram também que, nos anos recentes, o crescimento econômico foi menos comprometido nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste, mas que a esse melhor desempenho relativo não corresponderam reduções relevantes nos déficits sociais preexistentes.

No que se refere, por exemplo, ao abastecimento d'água e ao esgotamento sanitário, a ampliação dos níveis de atendimento domiciliar foi maior no Sudeste e no Sul que nas outras regiões, enquanto a melhoria dos níveis de instrução foi maior no Sudeste, Sul e Centro-Oeste, nas últimas décadas (FUNDAJ, 1990).

Nos anos noventa, o aprofundamento da recessão econômica tornou mais grave o problema social.

O desemprego volta a se ampliar, como registram os dados disponíveis. A taxa média de desemprego aberto estimada para as três principais áreas metropolitanas do país passa de patamares entre 2,5 e 4,0%, nos anos finais da década de oitenta, para níveis entre 4,5 e 6,5% em 1991 (IBGE/PM).

Ao mesmo tempo, os sucessivos "choques" que buscam estabilizar a economia exibem políticas salariais que reduzem cada vez mais os níveis de remuneração dos trabalhadores.

Antes do recente aumento definido para 19 de maio de 1992, o salário mínimo fora reduzido a cerca de 1/4 do valor real que tinha no momento de sua criação e representava a mais baixa remuneração percebida pelos trabalhadores brasileiros.

Em dezembro de 1991 o rendimento médio real das pessoas ocupadas nas principais áreas metropolitanas do país representava 80% do valor observado logo após o fim do choque econômico anti-inflacionário (março de 1986). Para os trabalhadores, por conta própria a redução fora ainda maior, pois a queda do poder de compra atingira 20% no mesmo período (IBGE/PM).

Em termos regionais, o quadro é muito diferenciado. As taxas de desemprego aberto, por exemplo, tenderam a ser mais elevadas em Recife e São Paulo que nas outras áreas metropolitanas do país.

A dificuldade de retomar o crescimento econômico, de obter a estabilidade dos preços, e a reduzida ação governamental em termos de políticas sociais, mesmo as de caráter compensatório, tornam a questão social também obrigatória na agenda do debate nacional contemporâneo:

- 4) A adoção de políticas de corte neo-liberal e as medidas voltadas para a privatização, desregulamentação e redução do tamanho e das funções do Estado têm também efeitos regionais diferenciados. O trajetória de um Estado cada vez menor tem resultados mais drásticos nos superespaços do território nacional onde sua presença era mais relevante. Na Região Metropolitana do Recife, por exemplo, uma das principais áreas urbanas do Nordeste, quase metade da renda gerada nos anos oitenta tinha origem no Setor Público (Federal, Estadual e Municipal). Em muitos pequenos centros urbanos do país a principal fonte de emprego e renda permanente é o Setor Público. Os efeitos de uma estratégia de desmonte do Estado tem notáveis ligares resultados muito diferentes nos que serão observados numa área como o

Sudeste, onde a atividade privada já é, desde muito tempo, a grande fonte geradora de empregos e de renda. A avaliação desses efeitos concretos diferentes tem se perdido no emaranhado do debate ideológico que cerca a questão, mas se constitui em pauta necessária numa discussão que pretenda representar o desenvolvimento futuro do país, com vistas a um melhor equilíbrio entre suas regiões:

- 5) A estratégia de integração competitiva e de uma maior abertura da economia nacional merece também ser examinada sob a ótica das diversas regiões do país. Ao modelo de industrialização ampla, diversificada e protegida pelo Estado se opõe, agora, uma proposta que privilegia a especialização, a melhoria dos padrões de competitividade, a inserção na economia mundial, a busca de mercados externos, a prevalência da iniciativa privada. Estratégias alternativas perderam espaço no debate político, embora algumas tenham merecido destaque no final dos anos oitenta.

Ja neste início de década, pelo efeito das medidas que visam implementar a estratégia de integração competitiva associadas ao aprofundamento da recessão, a Zona Franca de Manaus, por exemplo, entra numa crise profunda.

Aquela cidade urbana chegou a ser o 29º pólo nacional de produção de bens de consumo duráveis e vê-se agora ameaçado de desaparecer.

Trata-se de um caso isolado, ou o movimento de reorganização da base produtiva do país com as tendências supra referidas terá certamente rebatimentos regionais diferentes?

As análises pro-mercado disponíveis apontaram melhores chances para o tecido econômico do Sudeste, Centro-Oeste e Sul se ajustar a essa nova estratégia de crescimento econômico.

A busca de mercado externo coloca para a economia do Nordeste, por exemplo, um grande desafio. A região sempre foi, no passado recente, mais importante como produtora (medida pela participação no PIB nacional) do que como exportadora (medida pela participação nas exportações do país). O mercado interno, especialmente o do Sudeste, tem sido mais importante do que o mercado externo na dinâmica da economia nordestina dos últimos anos (salvo casos excepcionais, como o da sua agroindústria açucareira).

Como se verifica que o modelo de crescimento anterior se esauriu e as condicionantes internas, aliadas às mudanças no panorama externo levam à adoção de novas formas de crescimento, esse tema precisa constar da nova agenda do debate brasileiro, especialmente enfatando os rebatimentos regionais das opções que se tomam no presente:

- 6) Os impactos da adoção dos novos padrões tecnológicos

mundiais, resultantes da evolução científico-tecnológica em curso, precisam também ser tratados à luz dos já problemáticos cenários regionais brasileiros de produção e de renda.

A nível mundial, as novas tecnologias definem novos padrões de industrialização, de concorrência, de gerência, de organização econômica.

O reconhecimento do atraso relativo atual de diversos setores da economia nacional, face inclusive ao longo período recessivo e ao pouco investimento realizado nos últimos anos, faz convergir a atenção dos decisores do país para as consequências de uma crescente marginalização neste campo.

Algumas indagações merecem destaque: qual o padrão tecnológico a ser perseguido e quais os efeitos setoriais e espaciais de sua adoção? Esta última questão, no entanto, não tem merecido ênfase.

A base de produção de ciência e tecnologia, essencialmente pública no caso do Brasil, está muito desigualmente distribuída no território nacional.

Os investimentos, histórica e recentemente, concentram-se sobretudo na região Sudeste e sua existência condiciona hoje fortemente o desenvolvimento das atividades novas no mundo inteiro.

Nos países onde a base de produção científica e tecnológica é mais disseminada espacialmente, as atividades novas também têm surgido pouco concentradas nos espaços nacionais. Quando não, têm recebido tratamento governamental de fomento para neutralizar tendências e concentrações indesejáveis.

No Brasil, mais uma vez, corre-se o risco de persistir a um novo movimento concentrador em termos de localização das modernas atividades de produção de informática, da biotecnologia, dos novos materiais.

Estudo recente do Prof. Wilson Cano (CANO, 1989) aponta para a possibilidade de redução da tímida desconcentração ocorrida nos últimos anos e da retomada do movimento concentracionista, especialmente nos setores de ponta.

Esse é portanto um tema que não pode estar fora da agenda das discussões sobre a questão regional no Brasil.

- 7) A tendência a privilegiar políticas de corte nacional merece, por sua vez, uma atenção especial, na agenda atual sobre os desequilíbrios econômicos e sociais do país.

A tradição de tratar a questão regional apenas pelo ângulo da desigualdade, do desequilíbrio, tende a se reproduzir no presente. No entanto, a diversidade que marca as estruturas econômicas, sociais e políticas dos diversos sub-espacos do país pode ser vista sob um ângulo positivo. A heterogeneidade não é um mal em si e deve até ser considerada como um potencial,

iluminando políticas e práticas que procurem tirar proveito do diferenciado aporte que cada região tem a dar a um projeto de desenvolvimento nacional.

As regiões no passado recente foram integradas mas não completamente homogeneizadas. Maniém diferenças relevantes em suas estruturas econômicas, sociais e políticas.

Como aproveitar o enorme potencial do país, revelado em vocações distintas de diversos sub-espacos, é um grande desafio.

As políticas de corte puramente nacional abstraem este dado fundamental da realidade concreta do país: essa rica heterogeneidade. E como revela a prática recente, não abrem espaço para tratar questões locais e/ou específicas, que em certas sub-regiões ganham enorme relevância. São portanto limitadas e limitantes na sua abordagem excessivamente genérica.

No estado a que chegou o desenvolvimento brasileiro e face aos desafios que se tem para construir um futuro melhor, fica cada vez mais evidente a necessidade de dispor:

- a) de políticas nacionais/setoriais REGIONALIZADAS, que considerem e tirem proveito da rica heterogeneidade dos diversos sub-espacos do país, e
 - b) de políticas REGIONAIS que considerem os desníveis herdados, com tratamento prioritário para algumas regiões do país e que abordem questões específicas e/ou locais cuja dimensão ou natureza dificultam sua observação e tratamento a nível das políticas de cunho nacional.
- Esta é uma proposta que precisa ser aprofundada no debate sobre a dimensão regional do desenvolvimento brasileiro.

- 8) A redefinição do comportamento das migrações também merece referência particular.

Com o aprofundamento da crise econômica que atinge fortemente a região Sudeste e as transformações ocorridas na economia da região Sul (Ver FUNDAJ, 1991), os fluxos migratórios internos apresentam algumas alterações importantes.

A região Sul, que apresentava historicamente saldo migratório positivo, tem nos anos setenta alternado este comportamento: foi uma região emissora de população. Muitos brasileiros nascidos no Sul são encontrados pelo Censo Demográfico de 1990 residindo no Sudeste, Centro-Oeste e Norte.

O Sudeste também teve reduzido o grande poder de atração de migrantes, que historicamente demonstrava, e realizou um significativo envio de pessoas para a região Norte.

O Nordeste reduziu a intensidade de envio de população para o Sudeste e direcionou também seus migrantes para o Centro-Oeste e para o Norte.

Estas duas regiões funcionaram, assim, como grandes áreas de atração migratória, apresentando o agravamento de tensões sociais e, muitas das quais ligadas à disputa pela terra.

Nos anos noventa, embora não se disponha ainda dos resultados do recente recenseamento populacional, três tendências são observadas por estudiosos da questão migratória: i) a continuidade da função do Norte e Centro-Oeste como áreas de atração de população; ii) a redução (deste mesmo papel) na região Sudeste, face aos distintos efeitos da crise econômica; e iii) a ocorrência de fluxos migratórios de retorno, já detectados em estudos parciais feitos recentemente no Nordeste, principal região expulsora de população no país.

A redefinição do comportamento migratório dos brasileiros merece assim constar da pauta das discussões sobre um novo padrão para o desenvolvimento brasileiro.

- 9) A tendência a manter o caráter compensatório das políticas regionais é um dado que preocupa atualmente. Como se viu anteriormente, o desenvolvimento nacional apresentou um padrão espacial muito concentrado e, neste contexto, as desigualdades inter-regionais foram se consolidando, apesar do êxito de desconcentração observado nos últimos anos (FUNDAJ, 1990). Como as políticas nacionais resultavam na ampliação de disparidades, as políticas regionais, cujo poder estruturador é evidentemente menor, tiveram um caráter predominantemente compensatório, especialmente as desenhadas e implementadas para as regiões Norte e Nordeste (PIMES, 1984).

Atualmente, as propostas do Projeto de Reconstrução Nacional conduzidas pelo atual governo não alteram essa tendência.

A questão regional tem sido tratada nos documentos oficiais à margem das propostas centrais de reorganização da economia do país e no âmbito das medidas voltadas para redução da dívida social.

A busca de um desenvolvimento nacional mais equilibrado é incompatível com esse tipo de abordagem, visto que requer uma visão regionalizada das propostas centrais de promoção de desenvolvimento econômico, quando as diversas regiões são vistas pelo seu potencial como **potencial** e não apenas como problemas.

A discussão desse enfoque tradicional e sua alteração devem assim integrar a nova pauta do debate sobre o desenvolvimento brasileiro.

- 10) A tendência à promoção de um **redesenho institucional** começou a se esboçar com a Constituição Federal de 1988, que incluiu diversos dispositivos relacionados com o desenvolvimento regional. Cinco artigos (99, 170, 170, 170, 210 e 221) tratam diretamente da questão

regional, na perspectiva inter-regional. Outros legislam sobre os organismos, planos e programas regionais. Ao mesmo tempo, nove dispositivos constitucionais tratam dos instrumentos de desenvolvimento regional, com especial ênfase para os fundos financeiros e incentivos regionais. Finalmente, em dois artigos das disposições permanentes e em duas transitórias, a regionalização de planos e programas é regulamentada (Ver FUNDAJ, 1990, Parte III). Até o presente, o Congresso Nacional dispõe de numerosos projetos que, se aprovados, começarão a formar o conjunto da legislação infraconstitucional relacionada com o desenvolvimento regional (Ver levantamento realizado com subsídio à CEM-PIIRB, 1992). Ao mesmo tempo, para muitos dispositivos constitucionais, não se dispõe ainda de nenhum projeto de lei tramitando no Congresso.

Por outro lado, a revisão constitucional prevista para 1993 apresenta-se como oportunidade para que reformulações e novas visões possam fazer parte da Carta Magna.

Finalmente, a prática nos últimos anos em termos de base institucional do país e da organização administrativa do Governo Federal constitui rica experiência a ser avaliada e, se necessário, reformulada à luz das novas tendências e propostas para o desenvolvimento futuro. Este tema portanto não pode estar fora da agenda nacional do presente.

ANEXO I

O DESENVOLVIMENTO DESIGUAL DA ECONOMIA
NO ESPAÇO BRASILEIRO

- DADOS ESTATÍSTICOS -

TABELA 1.1
BRASIL: TAXAS DE CRESCIMENTO DO PRODUTO INTERNO BRUTO: TOTAL E POR SETORES, SEGUNDO SUB-PERÍODOS 1970/99

PERÍODOS E SUB-PERÍODOS:	TAXAS MÉDIAS ANUAIS DE CRESCIMENTO DO PIB			
	TOTAL	SETORES		
		AGRICULTURA	INDÚSTRIA	SERVIÇOS
1) 1974-86	6,7	4,7	9,4	9,0
a) 1974-73	12,5	4,6	14,3	12,8
b) 1974-86	7,1	5,4	6,4	6,9
2) 1980-94	1,5	2,5	0,4	2,6
a) 1980-83	-2,4	2,2	-3,8	-0,4
b) 1984-86	7,8	8,6	10,8	7,4
c) 1987	3,6	13,6	1,0	3,2
d) 1988	-3,1	8,8	-2,6	2,3
e) 1989	3,3	2,8	2,8	3,6
f) 1990	-4,8	-3,7	-7,4	-0,7

FONTE: IBGE - Contas Nacionais - 1991.

NOTA: Foram considerados nas estimativas das taxas apenas os anos extremos dos períodos e sub-períodos.

TABELA 1.2
BRASIL E REGIÕES: TAXAS DE CRESCIMENTO E PARTICIPAÇÃO RELATIVA NO PRODUTO INTERNO - 1970/1985

REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	PARTICIPAÇÃO RELATIVA (%)				TAXAS DE CRESCIMENTO (%)				
	1970	1975	1980	1985	1970-75	1975-80	1980-85	1970-85	1970-85
BRASIL	100,00	100,00	100,00	100,00	9,9	10,7	1,4	10,2	7,2
NORTE	2,24	2,22	1,40	1,35	9,7	21,1	6,8	15,3	12,1
ACRE	6,19	6,13	6,29	6,52	14,8	29,9	15,5	22,1	19,9
AMAZONAS	0,13	0,06	0,12	0,12	6,3	10,9	3,1	9,2	7,8
PARÁ	0,71	0,69	1,05	1,40	12,5	18,8	5,5	9,4	12,1
RORAIMA	0,35	0,34	0,34	0,35	15,2	14,7	14,8	13,4	11,5
TOCANTINS	1,14	1,11	1,62	2,02	9,3	19,6	5,9	14,3	11,4
NORDESTE	11,81	11,84	12,14	12,55	9,9	11,5	3,6	10,4	8,1
ALAGOAS	4,85	4,89	4,87	4,93	8,4	12,3	2,6	10,4	7,3
CEARÁ	0,25	0,25	0,26	0,27	10,6	10,1	5,7	10,4	8,8
PIAUÍ	1,54	1,36	1,53	1,56	7,8	10,3	1,8	10,8	7,5
PERNAMBUCO	0,56	0,62	0,64	0,96	12,4	11,3	8,3	11,9	10,7
PARANÁ	0,74	0,74	0,67	0,71	9,9	8,5	2,6	9,2	7,0
PERNAMBUCO	2,97	2,73	2,35	2,42	8,1	9,2	4,2	8,4	5,8
PIAUÍ	0,71	0,65	0,67	0,70	6,8	11,5	4,5	9,7	8,8
SERGIPE	0,45	0,42	0,39	0,71	0,1	5,5	13,9	0,9	10,0
SANTA CATARINA	3,84	3,83	4,42	5,47	9,6	13,9	4,2	11,9	9,2
SUDESTE	65,86	65,68	62,16	56,18	9,5	10,1	6,1	9,8	6,5
MATÃO GERAIS	0,34	0,25	0,58	0,67	11,2	12,4	1,6	11,8	8,3
ESPÍRITO SANTO	1,21	1,11	1,56	1,67	7,8	17,6	3,4	12,6	9,5
RIO DE JANEIRO	16,87	14,66	13,33	12,78	7,9	8,6	4,5	8,3	5,6
SÃO PAULO	39,36	39,87	37,74	34,86	9,7	9,9	-0,7	9,8	6,2
SUL	17,84	18,27	17,26	17,69	11,7	9,4	1,7	10,4	7,5
PARANÁ	5,53	4,56	5,80	6,20	13,7	8,2	2,7	10,5	8,1
SANTA CATARINA	2,77	2,92	3,41	3,51	11,1	14,2	1,9	12,6	6,9
RIO GRANDE DO SUL	9,71	10,79	7,99	7,98	10,1	6,6	1,2	9,3	6,6
CENTRO-OESTE	3,72	4,29	5,80	6,24	13,1	14,2	5,9	13,7	11,0
MATÃO GROSSO DO SUL	-	6,32	1,32	1,67	-	18,6	9,4	-	-
MATÃO GROSSO	1,12	1,44	1,61	1,29	-11,6	26,7	9,3	7,9	5,6
GOIÁS	1,57	1,79	1,75	2,19	12,9	16,6	1,3	11,4	9,4
DISTRITO FEDERAL	1,03	1,29	1,54	2,17	16,9	14,8	8,8	16,8	12,7

FONTE: IBGE - Diretoria de Pesquisa, Departamento de Contas Nacionais - Anuário Estatístico de 1991.

OBSERVAÇÃO: Este crescimento constatado para o país não coincide com as estimativas feitas a partir das Contas Nacionais, pois algumas atividades não puderam ser desagregadas.

TABELA 1.3
BRASIL: DISTRIBUIÇÃO DO PIB POR SETORES E REGIÕES (1949-85)

SETORES E REGIÕES	ANOS (1)					
	1949	1959	1970	1975	1980	1985
AGROPECUÁRIA	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
NORTE	1,6	1,7	4,1	3,7	5,6 (15,8)	5,6 (16,4)
NORDESTE	18,7	21,4	20,9	27,8	39,5	39,8
SUDESTE	34,2	43,7	34,2	30,1	34,7	35,1
SUL	22,2	20,9	33,4	36,2	25,5	27,2
CENTRO-OESTE	3,3	4,0	7,4	8,1	11,7	6,1
INDÚSTRIA	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
NORTE	1,8	1,7	1,1	1,3	3,2 (3,2)	4,8 (4,8)
NORDESTE	9,4	9,8	7,8	7,5	9,4	12,3
SUDESTE	71,4	76,5	79,8	75,3	69,4	55,8
SUL	13,5	12,3	12,8	14,8	16,2	15,7
CENTRO-OESTE	3,7	6,8	3,4	1,1	2,2	2,4
SERVIÇOS	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
NORTE	2,0	7,2	3,5	2,2	3,0 (2,8)	3,3 (3,2)
NORDESTE	13,1	13,8	12,2	11,5	12,6	12,7
SUDESTE	79,7	69,3	65,2	65,2	62,4	34,7
SUL	12,7	13,8	15,6	15,9	15,8	15,2
CENTRO-OESTE	1,3	1,5	1,7	3,2	7,6	13,6
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
NORTE	1,7	2,4	2,2	2,6	3,3 (10,1)	5,9 (10,9)
NORDESTE	14,1	14,5	11,7	11,1	12,8	13,1
SUDESTE	66,5	64,3	65,5	64,5	62,3	57,6
SUL	15,9	17,4	16,7	17,9	17,8	16,7
CENTRO-OESTE	1,5	2,4	3,9	4,1	5,4	6,7

FONTE: FGV - (1949 E 1959) e IBGE (1970, 1971, 1980 e 1985) - Diretoria de Pesquisa - Departamento de Contas Nacionais - Anuário Estatístico de 1981.
 CÍFROS: Os percentuais entre parênteses referem-se à participação da região norte no total em 1980 e 1985 sem o total de 100.

TABELA 1.4
BRASIL: VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL, SEGUNDO REGIÕES E GRUPOS DE INDÚSTRIAS (1970-85) (2)

GRUPOS DE BENS	BRASIL		NORTE		NORDESTE		SUDESTE		SUL		CENTRO-OESTE							
	1970	1985	1970	1985	1970	1985	1970	1985	1970	1985	1970	1985						
MAO-DURÁVEIS	39	28	26	37	24	16	57	29	41	38	27	36	45	29	44	42	45	
INTERMEDIÁRIOS	35	42	46	36	27	25	34	47	48	36	41	35	41	44	37	28	48	41
DURÁVEIS E DE CAPITAL	22	26	23	5	44	48	6	9	9	25	36	38	12	15	18	4	7	7
EXTRATIVAS MINERAIS	3	2	5	28	9	8	3	6	2	1	2	1	2	1	-	6	11	6
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

FONTE: IBGE - Contas Industriais - 1970, 1980 e 1985.

TABELA 1.5
BRASIL E REGIÕES: PRODUTO PER CAPITA A CUSTO DE FATORES, SEGUNDO UNIDADES DA FEDERAÇÃO - 1970/1985

REGIÕES E ESTADOS	ANO (R\$)				TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO (%)				
	1970	1975	1980	1985	1970-75	1975-80	1980-85	1970-80	1970-85
	BRASIL	0,8435	0,9629	0,8916	0,9878	7,3	8,1	-0,8	7,7
NORTE	0,0252	0,0316	0,0574	0,0699	4,6	12,7	1,2	8,8	8,1
ACONDONIA	0,0378	0,0330	0,0637	0,0727	-2,2	12,5	2,5	5,4	4,4
ACRE	0,0253	0,0219	0,0448	0,0473	-0,8	22,8	1,5	7,7	4,3
AMAZONAS	0,0303	0,0447	0,0575	0,0956	8,1	14,7	1,8	11,2	9,0
RORAIMA	0,0398	0,0463	0,0595	0,0734	3,8	7,1	4,3	5,8	5,5
PARÁ	0,0212	0,0266	0,0522	0,0557	4,6	14,4	1,3	9,4	6,7
PARANÁ	0,0462	0,0599	0,0548	0,0537	-0,2	12,3	-0,1	2,7	1,8
TOCANTINS	-	-	0,0255	0,0699	-	-	-17,2	-	-
SUL	0,0172	0,0246	0,0298	0,0413	6,8	5,6	1,7	8,2	6,8
MATOPIBÁ	0,0117	0,0157	0,0238	0,0258	5,4	5,4	6,0	7,4	4,8
PIAUÍ	0,0092	0,0133	0,0195	0,0233	8,0	7,7	3,7	7,9	6,4
CEARÁ	0,0139	0,0185	0,0215	0,0313	8,9	11,2	8,0	8,5	5,6
P. GRANDE DO NORTE	0,0146	0,0227	0,0279	0,0396	10,2	5,3	4,5	9,7	8,6
PARAÍBÁ	0,0126	0,0167	0,0264	0,0291	8,2	7,1	1,3	7,7	3,3
PERNAMBUCO	0,0233	0,0316	0,0453	0,0426	6,2	7,5	-1,2	6,9	6,1
ALAGOAS	0,0131	0,0178	0,0263	0,0419	8,6	9,2	3,6	7,4	5,8
SERGIPE	0,0202	0,0268	0,0377	0,0446	8,8	7,1	11,4	6,4	8,1
SANTA	0,0298	0,0296	0,0256	0,0267	7,3	11,5	2,1	9,4	6,5
SULDESTE	0,0661	0,0913	0,1387	0,1171	6,7	7,7	2,2	7,1	5,3
MATO GERAIS	0,0294	0,0466	0,0781	0,0737	9,8	18,9	0,1	10,5	6,8
GOIÁS	0,0318	0,0482	0,0688	0,0839	11,3	15,8	1,5	10,8	7,1
RIO DE JANEIRO	0,0724	0,0948	0,1287	0,1178	11,5	6,3	-1,1	5,9	3,4
SÃO PAULO	0,0898	0,1282	0,1642	0,1372	6,8	6,4	-3,5	6,2	2,7
SUL	0,0419	0,0672	0,0929	0,1017	9,9	8,8	0,8	9,8	5,1
PARANÁ	0,0374	0,0598	0,0837	0,0914	12,1	7,2	1,8	10,8	7,2
SANTA CATARINA	0,0387	0,0587	0,0825	0,1022	8,7	11,8	-0,8	10,2	6,7
RIO GRANDE DO SUL	0,0331	0,0797	0,1121	0,1134	8,5	7,1	-9,1	7,6	5,1
SULDESTE	0,0297	0,0447	0,0684	0,0981	9,8	17,4	2,3	10,5	7,7
MATO GROSSO DO SUL	-	0,0403	0,0874	0,1388	-	14,6	-7,1	-	-
MATO GROSSO	0,0238	0,0364	0,0586	0,0714	11,8	13,9	4,8	7,8	6,4
GOIÁS	0,0216	0,0346	0,0488	0,0697	9,9	13,5	2,8	10,9	8,1
DISTRITO FEDERAL	0,0779	0,1087	0,1429	0,1651	11,9	7,2	2,9	6,2	5,1

Fonte: IBGE - A. Lúcio de Lencastre do Brasil, 1991.

TABELA 1.6
BRASIL E REGIÕES: PRODUTO PER CAPITA DE REDE GERAL E FIBRA ÓPTICA, SEGUNDO AS REGIÕES DO BRASIL - 1970/1984 (EM MILHÕES DE REAIS)

REGIÕES	1979			1980			1981			TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO (%)				
	TOTAL	URBANO	RURAL	TOTAL	URBANO	RURAL	TOTAL	URBANO	RURAL	1970-80	1980-84	1970-84	1980-84	
	BRASIL	12,944,2	5,737,4	7,206,8	15,478,7	7,754,4	7,724,3	15,244,2	7,538,4	7,705,8	1,2	3,1	0,7	-
NORTE	513,2	219,4	293,8	514,0	278,1	235,9	458,0	-	458,0	-	0,5	5,6	5,3	-
SULDESTE	4,721,9	1,763,2	2,958,7	6,028,8	2,475,8	3,553,0	6,125,1	3,284,7	2,840,4	2,5	3,5	1,8	2,6	
SUL	2,465,6	884,8	1,580,8	2,680,5	1,027,1	1,653,4	2,371,1	1,121,6	1,249,5	0,6	3,8	-1,3	-2,4	
SULDESTE	779,4	319,4	460,0	1,328,9	799,7	529,2	1,495,5	1,485,6	473,7	5,4	9,7	4,3	3,2	

Fonte: SUDENE - Indicadores Sociais do Nordeste (1970-1980); ISGE - PLAN - 1984.
(1) Exclusivo população rural da região Norte e interior da urbana.

TABELA 1.7
BRASIL E REGIÕES: PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DOS DOMÍCIOS SEM ESGOTO NA REDE GERAL E FOSSA SEPTICA, SEGUNDO AS REGIÕES - 1970/1984

REGIÃO	1970			1980			1984		
	TOTAL	URBANO	RURAL	TOTAL	URBANO	RURAL	TOTAL	URBANO	RURAL
NORTE	91,2	81,8	99,4	89,5	65,5	95,3	-	63,2	-
NORDESTE	92,6	81,5	99,7	83,6	69,1	78,8	83,9	72,1	98,8
SUDESTE	56,1	42,2	95,3	38,6	26,5	67,6	31,3	22,6	69,1
SUL	79,9	68,3	97,8	79,5	45,2	90,5	49,6	34,5	81,3
CENTRO-OESTE	25,8	76,4	96,3	60,6	72,1	98,2	74,2	50,7	96,7
BRASIL	73,4	55,8	98,8	66,5	42,6	92,9	52,1	38,7	92,3

FONTES: SUDENE - Indicadores Sociais do Nordeste (1970-1980); IBGE - PNAD - 1984.

TABELA 1.8
BRASIL E REGIÕES: SOMENTO DOS SEM ABASTECIMENTO DIÁRIO DA REDE GERAL E DE POÇO OU NASCENTE, 1979/1999 (EM LOPB DEMOLITRO)

REGIÕES	1979	1980	1987	1988	1989	1999	TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO (%)	
	TOTAL	TOTAL	TOTAL	TOTAL	TOTAL	TOTAL	1979/80	1988/99
NORTE	576,6	281,8	-	-	-	-	4,5	-
NORDESTE	6.976,6	3.165,1	5.381,6	2.826,2	2.581,3	2.475,1	- 2,3	- 2,4
SUDESTE	1.698,5	647,3	306,5	394,2	262,5	248,3	- 3,2	- 9,1
SUL	941,2	132,2	96,9	159,4	67,6	63,9	-7,5	- 6,7
CENTRO-OESTE	426,8	145,5	66,9	71,8	49,1	32,6	-13,2	-11,1
BRASIL	7.515,8	4.280,9	5.817,9 (1)	3.461,7 (2)	3.582,8 (3)	2.825,1 (4)	- 5,8	- 4,1

FONTES: SUDENE - Indicadores Sociais do Nordeste, com base nos dados censitários dos IBGE - PNAD (1987, 1988, 1989 e 1999).

(1) Inclusive população rural da região Norte e inclusive a urbana.

(2) Exclusivo a população rural e urbana da região Norte.

TABELA 1.28
BRASIL E REGIÕES: DEMITIDOS SEM ABASTECIMENTO D'ÁGUA DA REDE URBANA E DE POÇOS OU NASCENTES, 1978/1998 (EM MILHÕES DE HABITANTES)

REGIÕES	1978		1980		1987		1989		1992		1994		TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO (%)	
	URBANO	RURAL	URBANO	RURAL	URBANO	RURAL	URBANO	RURAL	URBANO	RURAL	URBANO	RURAL	1978/79	1988/98
NORTE	87,3	282,7	35,2	352,5	55,3	-	12,3	-	25,7	-	-	-	-7,9	-3,8
NORDESTE	1.255,2	2.621,2	995,6	2.255,5	896,9	1.874,5	834,8	1.992,2	657,6	1.724,9	795,2	1.776,9	-2,2	-2,5
SUDESTE	618,4	1.468,1	375,1	272,8	216,1	128,4	206,3	193,9	125,2	132,7	152,3	116,8	-5,9	-2,9
SUL	191,8	758,3	32,7	54,5	56,6	95,2	62,9	56,5	52,5	98,8	55,5	24,4	+8,8	+6,1
CENTRO-OESTE	106,6	259,2	48,8	55,6	21,2	33,7	22,2	39,6	22,6	27,5	17,4	14,2	+7,5	+5,1
BRASIL	2.258,3	5.723,5	1.455,6	2.852,4	1.168,6	2.469,3	1.122,4	2.261,2	820,6	1.596,1	1.984,4	1.575,9	-4,1	-6,9

Fonte: IBGE - Indicadores Sociais do Nordeste, com base nos dados censitários (1980 - 1990) (1987, 1989, 1992 e 1994).

TABELA 1.9
BRASIL E REGIÕES: PARTICIPAÇÃO RELATIVA DOS COMITÊS DE ABASTECIMENTO D'ÁGUA NA REDE URBANA E DE POÇOS OU NASCENTES, % TOTAL DOS COMITÊS, 1978/1998

REGIÕES	1978		1980		1987		1989		1992		1994	
	TOTAL URBANO	RURAL	TOTAL URBANO	RURAL	TOTAL URBANO	RURAL	TOTAL URBANO	RURAL	TOTAL URBANO	RURAL	TOTAL URBANO	RURAL
NORTE	62,5	33,7	86,9	28,5	4,8	35,1	-	6,2	5,0	-	5,4	-
NORDESTE	79,2	58,1	74,7	49,7	25,8	62,8	21,1	66,5	50,8	36,7	16,4	25,1
SUDESTE	21,0	18,4	57,1	5,4	3,7	15,9	2,2	1,6	3,1	2,0	1,2	1,4
SUL	38,5	13,2	48,4	3,2	2,9	2,8	1,8	1,8	2,4	2,2	1,6	1,4
CENTRO-OESTE	45,7	23,9	67,9	2,4	4,5	18,2	3,6	1,7	6,2	3,1	1,9	6,7
BRASIL	42,6	22,8	71,0	16,2	8,6	34,4	18,1	4,8	20,6	18,4	4,7	24,1

Fonte: IBGE - Indicadores Sociais do Nordeste, com base nos dados censitários (1980 - 1990) (1987, 1989, 1992 e 1994).
Nota: Como a FAO não trabalha com a área rural da região Norte, nos percentuais relativos ao Brasil (1978/98) não se encontram incluídos os comitês rurais da referida região. Para o ano de 1994 não se obtiveram dados da região Norte após base o percentual relativo ao Brasil desta região.

TABELA 1.10
BRASIL E REGIÕES: POPULAÇÃO DE 15 ANOS E MAIS SEM INSTRUÇÃO, SEGUNDO REGIÃO - 1970/1990

REGIÃO	EM 1.000 PESSOAS						1970 = 100,0					
	1970 (1)	1980 (2)	1987 (3)	1988 (3)	1989 (3)	1990 (3)	1970	1980	1987	1988	1989	1990
NORTE	738,2	1.063,1	-	-	-	-	100,0	144,0	-	-	-	-
NORDESTE	9.184,3	16.649,3	9.143,7	8.961,3	9.524,8	9.421,3	100,0	180,6	99,6	97,6	99,3	102,6
SUDESTE	6.378,5	6.346,3	5.163,3	5.475,1	5.236,5	5.445,3	100,0	95,9	78,5	77,2	79,6	76,8
SUL	2.679,9	2.170,4	1.786,6	1.849,8	1.804,7	1.791,1	100,0	82,8	67,9	76,3	86,6	88,1
CENTRO-OESTE	1.095,5	1.716,3	1.929,9	1.845,9	1.868,7	1.101,8	100,0	151,4	91,3	95,8	97,9	101,7
BRASIL	28.222,4	29.773,4	17.123,5(4)	16.936,1(4)	17.234,7(4)	17.376,5(4)	100,0	132,7	84,7	81,7	85,4	85,9

NOTA: SUDENE - Indicadores Sociais do Nordeste, com base nos dados censitários; IBGE - CIBGE - 1970 - 1987, 1988, 1989 e 1990.

(1) Sem instrução.

(2) Sem instrução e menos de 1 ano de estudo.

(3) Não alfabetizados.

(4) Deixou-se de informar os dados da região Norte por falta de informação na população rural daquela região.

TABELA 1.11
BRASIL E REGIÕES: POPULAÇÃO DE 15 ANOS E MAIS SEM INSTRUÇÃO EM RELAÇÃO A POPULAÇÃO TOTAL DE 15 ANOS E MAIS - 1970/1990 (%)

REGIÃO	ANOS					
	1970	1980	1987	1988	1989	1990
NORTE	38,4	34,3	-	-	-	-
NORDESTE	59,6	49,6	58,8	36,5	36,4	56,4
SUDESTE	27,8	18,3	12,3	11,8	11,8	11,1
SUL	27,9	17,7	12,4	12,5	12,0	11,6
CENTRO-OESTE	39,3	27,2	17,2	16,9	16,7	16,6
BRASIL	35,3	27,9	19,7	19,1	19,0	18,6

NOTA: SUDENE - Indicadores Sociais do Nordeste, com base nos dados censitários; IBGE - CIBGE - 1987, 1988, 1989 e 1990.

NOTA: Como a PNAD não trabalha com a população rural da região Norte, deixou-se de considerar os dados dessa região nos percentuais aqui apresentados para o Brasil a partir de 1987.

TABELA 1.12
BRASIL E REGIÕES: DEFICIT DE MATRÍCULA NA POPULAÇÃO DE 7 A 14 ANOS NO ENSINO DE 1º GRAD.,
SEGUNDO AS REGIÕES - 1970/1980

REGIÕES	EM 1.000 PESSOAS				1970 = 100,0			
	1970	1980	1985	1988	1970	1980	1985	1988
NORTE	504,0	502,4	-	-	100,0	165,3	-	-
NORDESTE	3.847,8	3.565,7	2.431,7	2.671,1	100,0	117,0	79,3	67,6
SUDESTE	1.785,6	1.704,5	1.265,0	1.654,3	100,0	98,0	77,3	93,7
SUL	929,3	845,4	485,1	684,0	100,0	78,3	52,2	65,6
CENTRO-OESTE	409,2	449,6	270,9	246,9	100,0	109,9	66,2	60,3
BRASIL	6.453,9	7.091,6	4.553,5(1)	5.176,3(1)	100,0	109,6	76,5(1)	69,2(1)

NOTA: SUDENE - Indicadores Sociais do Nordeste, com base nos dados censitários; IGE - IGE - IGE - 1985 e 1988 e IEC - SIMPSE Estatística - do Ensino Regular do 1º grau - 1985 e 1988.
(1) Exclusivo Reg. do Norte.

TABELA 1.13
BRASIL E REGIÕES: MORTALIDADE INFANTIL, SEGUNDO AS REGIÕES - 1960/1980

REGIÕES	COEFICIENTES			PERCENTUAL DE EVOLUÇÃO		
	1960	1970	1980	1960/70	1970/80	1960/80
NORTE	114,2	109,1	60,9	- 4,5	-44,2	-46,7
NORDESTE	166,0	145,3	115,7	-11,9	-20,9	-30,3
SUDESTE	100,6	93,2	53,4	- 7,3	-45,7	-46,9
SUL	87,0	93,1	45,7	7,0	-48,1	-47,5
CENTRO-OESTE	101,2	92,3	53,5	- 8,8	-36,6	-42,2
BRASIL	121,1	113,6	75,0	- 6,6	-34,1	-39,1

NOTA: ISGE - Indicadores Sociais (1960-1970);
SIMOEB, D. C. da Silva - O Estudo das Diferenças na Mortalidade Infantil, Segundo Algumas Características Socio-Econômicas - IRGE (mimeo).

TABELA 1.14
BRASIL E REGIÕES: ESTIMATIVAS DA MORTALIDADE INFANTIL, SEGUNDO GRANDES REGIÕES 1981/1989

REGIÕES	TAXAS DE MORTALIDADE INFANTIL (%)									PERCENTUAL DE EVOLUÇÃO		
	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1981/85	1985/88	1981/89	
NORTE	56,7	57,7	59,5	66,8	59,1	54,8	56,4	47,8	4,2	-19,1	-15,7	
NORESTE	103,4	97,4	107,2	103,3	88,5	79,3	76,6	79,6	-11,1	-9,8	-23,8	
SUDESTE	49,5	44,3	47,2	44,3	48,7	37,2	35,2	33,9	-17,3	-16,7	-31,5	
SUL	41,1	36,8	36,1	35,9	34,4	32,6	31,5	29,9	-16,1	-13,1	-27,2	
CENTRO-OESTE	54,1	58,1	51,7	54,4	42,8	41,7	41,5	38,8	-21,1	-11,1	-30,8	
BRASIL	68,4	64,5	66,7	65,9	58,1	53,2	51,2	47,5	-15,1	-16,2	-30,3	

FONTE: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios e Estatísticas do Registro Civil.
SCHMIDT, L. T. da Silva - O Estudo das Diferenças na Mortalidade Infantil, Segundo Algumas Características Socio-econômicas - 1986 (mimeo).

TABELA 2.11.1
BRASIL E REGIÃO NORTE: CRESCIMENTO DO PRODUTO INTERNO BRUTO DO PAÍS E DA RENDA INTERNA REGIONAL NO PERÍODO DE 1970/1985

ESPECIFICAÇÃO	SUB-PERÍODOS				
	1970-75	1975-80	1980-85	1970-80	1970-85
BRASIL	9,9	10,7	1,4	10,3	7,2
REGIÃO NORTE	9,8	19,0	6,7	14,7	11,7

FONTE: FGV e SUDAM.

TABELA 2.1.2
REGIÃO NORTE: CRESCIMENTO ANUAL, SEGUNDO SETORES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO - 1976/1985

SETORES PRODUTIVOS	1976/85	UNIDADES DA FEDERAÇÃO DA REGIÃO NORTE (1976/85) (%)	
AGROPECUÁRIA	9,4	RONDONIA	1,9
		ACRE	7,8
INDÚSTRIA	19,8	AMAZONAS	10,1
		PARÁ	11,4
SERVIÇOS	9,5	APÁ	6,9
TOTA	12,1	TOTAL	12,1

FONTE: Fundação Getúlio Vargas.

TABELA 2.1.3
REGIÃO NORTE: COMPOSIÇÃO SETORIAL DO PRODUTO REGIONAL (%) - 1950/1985

SETORES PRODUTIVOS	1950							
	1950	1955	1960	1967	1970	1975	1980	1985
AGROPECUÁRIA	28,1	28,4	25,1	20,1	22,5	21,8	18,1	15,3
INDÚSTRIA	11,0	15,1	16,0	15,7	15,1	20,4	37,0	40,7
SERVIÇOS	58,8	56,5	58,8	64,2	62,3	58,2	44,9	43,9
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: IBGE (1950 - 1980).

1985 - Anuário Estatístico do Brasil - (IBGE (1985)).

TABELA 2.1.4
REGIÃO NORTE: ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS E GRÁZ DE OCUPAÇÃO DAS TERRAS - 1970-1985

UNIDADE DE REGIÃO/ESTADO	ÁREAS DOS ESTABELECIMENTOS (em mil ha)				VARIÁVELS (em %)				GRÁZ DE OCUPAÇÃO				
									ÁREA TOTAL		ÁREA DE ESTABELECIMENTO		
	1970	1975	1980	1985	1973/70	1975/80	1980/85	1970/85	1970/85	1975	1980	1985	
TOTAL	23182,1	32615,6	41339,3	44381,2	7,4	5,9	1,5	4,5	85101,2	6,5	3,3	12,9	12,1
RODRIGUES	1621,5	2052,1	3020,6	6694,5	18,5	11,1	5,1	14,2	24384,4	6,7	12,6	21,5	25,6
ACRE	4120,1	4271,3	5211,5	5726,4	6,8	5,7	3,6	3,4	15795,9	27,4	28,1	37,2	33,5
AMAZONAS	6475,9	6497,1	6721,6	5967,1	7,7	5,5	-8,2	1,9	155296,7	2,9	6,1	4,5	3,3
PARÁ	1594,4	1639,2	2163,1	2157,1	2,9	6,0	1,4	2,8	23916,4	6,9	8,6	18,7	9,4
PERNAMBUCO	18754,3	16165,7	20446,4	23532,1	3,5	4,5	7,8	5,4	102753,8	0,7	13,1	16,6	19,3
PIAUÍ	583,3	742,6	710,1	1016,5	4,3	-8,2	16,5	1,7	15986,3	4,3	5,2	5,3	6,1

Fonte: IBGE - Censo Agropecuario e Sinopse Preliminar do Censo Agropecuario.

TABELA 2.1.5
REGIÃO NORTE E BRASIL: INDICADORES DE EVOLUÇÃO DA AGRICULTURA - 1970-85

UNIDADES DE REGIÃO/ESTADO	1970	1975	1980	1985
ÁREA DE LAVOURA				
FORTE/BRASIL (1)				
PERMANENTE	1,8	2,3	3,1	6,1
TEMPORÁRIA	1,5	3,8	3,1	3,2
BOVINOS				
NORTE/BRASIL (2)	3,8	2,7	1,9	4,2
OVINOS				
NORTE/BRASIL (3)	2,7	6,5	1,2	1,0
PERCEN. CULTIVO				
NORTE/BRASIL (4)	5,3	6,9	2,4	3,6

Fontes: IBGE - Censos Agropecuarios e Sinopse Preliminar do Censo Agropecuario.
Dados extraídos de MARINI, George. Evolução ... (op. cit.).

TABELA 2.2.1
NORDESTE: TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB POR RAMOS DE ATIVIDADES ECONÔMICAS (3)

ATIVIDADE ECONÔMICA	TAXAS ANUAIS			
	1976/77	1976/84	1980/87	1979/87
AGRICULTURA, SILVICULTURA E PISCICULTURA	16,5	0,4	1,7	3,9
INDÚSTRIA EXTRATIVA MINERAL	3,2	1,3	6,9	3,6
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	3,4	16,8	9,6	9,9
ENERGIA ELÉTRICA E ABATEDOUROS	12,7	13,5	7,2	16,9
CONSTRUÇÃO	5,7	3,4	3,5	6,4
COMÉRCIO (EXCETO ALUGUEIRO, RESTAURANTES E HOSPEDAGEM)	15,1	12,8	2,4	6,4
TRANSPORTES, ARMAZENAGEM E CORREIO	4,0	6,8	7,4	6,6
ATIVIDADES FINANCEIRAS, IMÓVEIS E SERVIÇOS	10,6	12,4	2,4	11,2
SERVIÇOS SOCIAIS, SAÚDE E PESSOAL	9,7	7,5	18,6	8,2
TOTAL	10,2	9,7	5,4	7,4

FONTE: SUPERINTENDÊNCIA DE CONTAS REGIONAIS.

TABELA 2.2.2
NORDESTE: DISTRIBUIÇÃO DA RFA POR GRANDES SETORES - ANOS SELECIONADOS - (3)

ANO	PRIMÁRIO	SECUNDÁRIO	TERCIÁRIO	TOTAL
1976	62,2	19,6	18,2	100,0
1978	57,1	16,1	26,8	100,0
1980	49,1	15,8	35,1	100,0
1982	46,4	15,0	38,6	100,0
1989	39,5	16,1	44,4	100,0

FONTE: SUPERINTENDÊNCIA DE CONTAS REGIONAIS - 1990, 1989.

TABELA 2.2.3
ADPÇÕES* PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS LAVOURAS NO VALOR DA PRODUÇÃO MUNICIPAL - ANOS SELECIONADOS (2)

GRUPOS E TIPOS DE LAVOURAS	1974	1975	1980	1985	1989
I - VOLTADOS PARA O ABASTECIMENTO ALIMENTAR	66,7	49,7	44,3	24,3	35,5
FRACAS*	6,7	6,5	6,5	2,9	1,3
ARROZ	5,5	3,2	4,7	6,1	4,9
BARRA	7,9	3,6	4,3	2,5	2,1
BATATA-DOCE	1,7	1,7	0,8	0,5	0,5
CEBOLA	0,4	0,2	0,5	0,4	0,1
FEIJÃO	4,5	0,9	11,2	7,4	7,5
MAMÃO	-	0,6	0,1	1,5	0,8
MANDIOCA	15,0	19,3	16,2	9,4	13,5
MANGA	-	0,9	0,6	0,4	0,8
MELANCIA	-	0,3	0,5	0,2	0,5
MILHO	5,8	6,4	3,2	4,5	3,8
II - VOLTADOS PARA EXPORTAÇÃO E PROCESSAMENTO	36,4	33,4	31,0	42,0	24,1
ALGODÃO	12,6	3,9	6,6	7,5	1,5
BORRACHA	-	-	-	0,2	0,2
CACAU	9,6	10,4	11,2	14,7	6,2
LÁTE	1,2	1,6	2,3	4,1	1,1
CÁSCA	-	1,0	1,2	2,8	0,7
COCO-DA-BARRA	4,1	2,2	1,8	2,3	2,7
FUMO	1,8	1,5	1,3	1,1	0,6
JARANHA	2,0	1,7	1,9	3,0	2,2
MAMONA	2,1	1,1	1,1	1,4	0,4
SISAL	1,3	5,9	1,9	1,6	1,0
SOJA	0,2	0,0	0,0	1,4	5,6
TOMATE	1,1	1,4	1,4	1,7	1,5
UVA	0,0	0,0	0,1	0,2	0,3
III - CANA-DE-ÁCICAR	14,3	15,4	22,6	22,6	33,4
IV - OUTROS	0,5	1,5	1,6	1,1	2,4
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fontes: IBGE, Anuário Estatístico 1975, 1984, 1989, 1991 e Produção Agrícola Municipal, 1975.
* Para o ano de 1989 considerou-se a castanha de caju porque não há a informação sobre a frutinha.

TABELA 2.2.4
ADPÇÕES* PARTICIPAÇÃO DOS GRUPOS E RAMOS DE INDÚSTRIA NO VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL - 1970/1985 (2)

GRUPOS E RAMOS	1970	1975	1980	1985
I - BENS DE CONSUMO NÃO-DURÁVEIS	57,1	46,9	43,6	41,5
FARMACÊUTICO	0,4	0,4	0,3	0,4
PERFUMARIA	0,0	1,0	0,8	0,2
TEXTIL	12,5	11,7	11,3	10,2
VESTUÁRIO E CALÇADOS	3,5	4,5	5,4	5,9
PRODUTOS ALIMENTARES	28,2	22,1	17,1	18,9
PELEÇOS	4,5	2,7	2,4	1,7
FUMO	0,1	1,0	1,1	0,8
EDITORIAL E GRÁFICA	2,5	0,8	1,0	1,3
MOBILIÁRIO	1,9	1,4	1,4	1,1
II - BENS INTERMEDIÁRIOS	33,6	35,9	44,8	48,1
MINÉRIAS NÃO-METÁLICAS	10,0	6,7	10,0	9,5
METALÚRGICA	4,6	7,7	5,9	7,5
MADEIRA	1,6	1,3	2,0	1,0
PAPEL E PAPELÃO	0,0	1,4	1,5	1,2
CULOS E PELES	2,6	0,5	0,5	0,9
QUÍMICA	14,2	16,7	21,5	20,1
MATERIA PLÁSTICA	4,5	1,5	2,1	1,6
SERRARIA	0,5	0,4	0,7	0,4
III - BENS DE CAPITAL E DE CONSUMO DURÁVEL	5,7	7,4	9,6	8,4
MÉDICA	1,0	4,0	4,5	3,7
ARTESANAL, ELÉTRICO E COMUNICAÇÃO	2,4	2,8	2,7	2,4
MATERIA DE TRANSPORTE	1,1	1,2	1,6	0,9
BENEFÍCIO	0,4	0,6	1,3	0,4
IV - EXTRATIVAS MINERAIS	2,4	3,8	2,0	2,4
V - ATIVIDADES DE SERVIÇO	-	1,1	-	-
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

Fontes: IBGE - Censos Industriais de 1974 e 1975 e Censos Econômicos de 1985 - sua divisão - Volume 2 - Serviço Industrial.

TABELA 2.2.5
NORDESTE: COMÉRCIO EXTERIOR POR CLASSES DE PRODUTOS - VALOR EM US\$ MILHÕES - 1970 - ANOS SELECIONADOS

CLASSES DE PRODUTOS	EXPORTAÇÕES						IMPORTAÇÕES					
	1970		1976		1985		1970		1976		1985	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
PRODUTOS BÁSICOS	1.241,9	77,1	1.254,1	53,7	225,4	22,7	100,3	15,4	492,5	41,6	342,5	44,5
PRODUTOS SEMI-ELABORADOS	229,1	14,2	495,9	25,6	216,6	29,4	129,1	21,3	287,9	23,2	146,7	19,3
PRODUTOS ELABORADOS	248,7	15,5	559,1	26,6	1.104,5	46,8	240,4	41,3	587,7	41,1	375,9	35,2
SERVÍCIOS FINANCEIROS	2,0	0,1	16,6	0,7	20,5	0,7	3,1	0,5	1,3	0,1	5,1	1,3
TOTAL	1.646,6	100,0	2.376,8	100,0	2.525,5	100,0	685,5	100,0	1.321,3	100,0	794,5	100,0

Fonte: Ministério da Fazenda - CIEP.

TABELA 2.2.6
NORDESTE: INDICADORES SOCIAIS - ANOS SELECIONADOS

INDICADORES	1970	1976	1985	1987
ESPERANÇA DE VIDA (ANOS)	44,4	51,4	51,5	55,3 (***)
MORTALIDADE INFANTIL (*)	134,1	115,7	93,9	79,8 (****)
TAXA DE ALFABETIZAÇÃO (%) (**)	43,3	55,3	58,3	63,6
DEBILIDADES COM ÁGUA ENCANADA INTERIA (*)	12,4	31,5	40,4	159,8 (****)
DEBILIDADES COM INSTALAÇÃO SANITÁRIA LIGADA A REDE GERAL DE ESGOTO SÉPTICA (%)	2,9	10,3	16,3	16,1 (****)

Fonte: IBGE - Censos Demográficos e PNAU, 1987; Jélio Jaguaribe et alii, *Brasil: Relatório do Censo de Jateira, Paz e Fome*, 1989; Roberto Cavalcanti de Albuquerque e Renato Azeiteiro de Brito, *Os Censos do Nordeste da Silva e Aguiar, 2. Estudo dos Diferenciais e da Mortalidade Infantil, Segundo Algumas Características Socio-Econômicas*, Rio de Janeiro, 1992 (in prep).

(*) Menores de 5 anos por 1.000 nascidos vivos.

(**) Pessoas de 15 anos e mais.

(***) Dados relativos ao ano de 1985.

(****) Dados relativos ao ano de 1987.

TABELA 2.2.7
SUDESTE: CONDIÇÕES DE TRABALHO DA FEA OCUPADA 1970/87

INDICADORES	1970	1960	1985	1989
RENDIMENTO PTE UM SALÁRIO MÍNIMO (%)	81,4	64,4	48,1	45,2
CONTRIBUIÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (%)	16,2	26,4 (**)	26,5	29,0
DISTRIB. DE RENDIM. - COEFICIENTE DE GINI	0,365	0,571	0,569	0,587 (***)

Fonte: IBGE - Censo Demográfico, Tabelações Avançadas e PNAD, 1985 e 1989.
 (*) Dado relativo ao ano de 1975.
 (***) Dado relativo ao ano de 1989.

TABELA 2.3.1
SUDESTE: EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO RELATIVA E TAXA DE CRESCIMENTO DO PRODUTO - 1974/1985

REGIÃO E ESTADOS	PARTICIPAÇÃO RELATIVA (%)				TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL (%)				
	1974	1975	1980	1985	1974-75	1975-80	1980-85	1974-80	1974-85
SUDESTE	100,0	100,0	100,0	100,0	9,5	10,1	4,1	9,8	6,5
MINAS GERAIS	10,6	13,4	14,9	16,6	13,2	12,4	1,6	12,6	9,3
ESPERITO SANTO	1,8	1,7	2,3	2,9	7,8	17,6	3,8	12,6	9,5
RIO DE JANEIRO	25,1	23,9	22,7	21,9	7,9	8,6	4,2	8,2	5,6
SÃO PAULO	60,2	61,0	68,1	78,5	9,7	9,9	-6,7	9,8	6,2
SUDESTE/BRASIL	65,0	63,7	62,1	58,2	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE - Diretoria de Pesquisas - Departamento de Contas Nacionais.

TABELA 2.3.2
SUDESTE: PARTICIPAÇÃO RELATIVA DOS ESTADOS NO PRODUTO REGIONAL,
SEGUNDO OS SETORES - 1970/1985

SETORES E ESTADOS	ANOS			
	1970	1975	1980	1985
AGROPECUÁRIA	100,0	100,0	100,0	100,0
MINAS GERAIS	34,6	38,3	47,1	43,2
ESPIRITO SANTO	5,7	5,5	6,1	6,7
RIO DE JANEIRO	7,1	7,0	5,7	5,8
SÃO PAULO	52,6	49,2	41,1	45,1
INDÚSTRIA	100,0	100,0	100,0	100,0
MINAS GERAIS	8,7	8,7	15,9	13,2
ESPIRITO SANTO	0,6	0,8	1,8	2,4
RIO DE JANEIRO	19,5	17,3	17,1	17,9
SÃO PAULO	71,4	73,2	68,1	66,8
TOTAL DOS SERVIÇOS	100,0	100,0	100,0	100,0
MINAS GERAIS	12,7	12,5	13,4	15,7
ESPIRITO SANTO	2,1	1,7	2,4	2,8
RIO DE JANEIRO	31,6	30,2	28,6	25,5
SÃO PAULO	53,6	55,6	55,6	55,6

FONTE: IBGE - Diretoria de Pesquisa - Departamento de Contas Nacionais.

TABELA 2.3.3
SUDESTE: ESTRUTURA DO SETOR INDUSTRIAL - 1974/1985

SECTORES E CATEGORIAS DE USO	PESSOAL OCUPADO (1)			VALOR DA TRANSFORM. (2)			CRESCIMENTO ANUAL (1978/84) (3)		
	1978	1980	1985	1978	1980	1985	ESPESSO	VII	(PRODUT./VIT)/ENP. J
BENS DE CONSUMO NÃO-MANUFATURADOS	42,7	35,7	35,7	37,2	37,0	25,8	3,4	7,7	4,2
PRODUTOS ALIMENTÍCIOS	19,8	9,7	9,6	18,7	8,0	8,6	4,2	8,1	3,6
BEBIDAS	1,7	1,0	1,2	1,9	0,9	0,9	-1,8	3,3	4,3
TEXTIL	13,9	8,2	6,7	9,1	6,2	5,5	-4,2	7,1	7,2
VESTUÁRIO	1,9	0,9	10,0	3,9	4,0	3,9	9,6	14,5	4,3
EDITORAIS E GRÁFICA	3,9	3,2	3,2	3,9	3,4	2,2	3,1	8,4	5,1
MOBILIÁRIO	3,7	3,1	2,8	1,9	1,4	1,1	3,5	7,9	4,3
FARMACÊUTICA	1,5	6,5	1,2	4,0	2,1	2,2	6,2	4,5	4,3
PERFUMARIA	0,0	0,2	0,0	1,7	1,4	1,6	2,6	3,7	3,8
FUJES	0,3	0,3	0,2	1,4	0,4	0,9	-4,7	8,5	5,5
BENS INTERMEDIÁRIOS	32,1	35,4	32,7	36,2	41,2	42,7	5,7	12,5	6,4
QUÍMICA	4,2	3,4	3,7	10,7	14,8	16,7	0,3	14,1	18,5
METALÚRGICA	11,6	13,6	12,5	12,6	11,5	14,1	6,8	12,1	4,9
MATERIAS NÃO-METÁLICAS	7,8	7,4	5,4	5,4	5,3	3,8	4,7	15,6	6,0
SAPIL E PAPELÃO	2,7	2,4	2,6	2,5	2,5	2,9	4,3	13,4	8,7
MADERA	1,0	1,7	1,3	0,5	1,8	0,6	4,6	11,0	6,7
PLÁSTICO	1,9	2,9	3,0	1,5	2,3	2,3	9,7	14,1	4,4
BORRACHA	1,4	1,4	1,6	2,2	1,5	2,1	4,9	5,7	1,7
CARTOS E PELES	0,7	0,6	0,6	0,4	0,3	0,3	0,7	6,9	3,1
BENS DE CONSUMO DUR. E CAP.	23,7	29,7	30,4	24,9	36,2	28,2	7,6	13,3	5,3
MECÂNICA	0,4	13,4	11,7	7,2	13,6	9,8	10,0	15,4	4,7
MATERIAL DE TRANSPORTE	7,5	7,4	8,2	9,1	9,4	7,7	5,1	11,5	6,1
MATERIAL ELÉTRICO	5,7	5,1	6,6	6,6	6,7	7,6	6,4	12,3	5,3
DIVERSOS	2,7	2,8	3,7	2,3	2,6	3,1	5,3	12,6	6,9
EXTRACÇÃO MINERAL	1,5	1,2	1,2	5,3	1,6	3,2	3,0	12,7	9,4
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	5,3	11,2	5,6

FONTE: IBGE - CENSO INDUSTRIAL 1974, 1980 E 1985.

OBSERVAÇÃO: TABELA EXTRAÍDA DO TRABALHO DO IBGE - BRASIL: UMA VISÃO GEOGRÁFICA NOS ANOS 80. E COMPOZ INDUSTRIAL DE 1985 (REGIÃO E UF'S).

TABELA 2.3.4
SUDESTE: INDICADORES DE TECNIFICAÇÃO DA AGRICULTURA (70-85)

ANOS	PESSOAL OCUPADO/TRATOR		ÁREA DE LAVOURA/TRATOR	
	VALOR ABSOLUTO	%	VALOR ABSOLUTO	%
1970	47,98	100,0	113,49	100,0
1975	31,43	65,5	79,10	69,7
1980	21,29	44,4	59,87	52,4
1985	20,64	41,8	57,37	49,2

FONTE: SINOPSE PRELIMINAR DO CENSO AGROPECUARIO DE 1985 - IBGE.

TABELA 2.3.5
BRASIL E SUDESTE: EVOLUÇÃO DO EMPREGO URBANO "FORMAL" - 1979/1988 - (1979=100,00)

REGIÃO E PAÍS	ANOS							
	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1988
TOTAL								
SUDESTE	101,07	96,69	96,32	91,63	94,12	99,68	104,74	104,47
BRASIL	102,31	99,35	100,06	96,20	99,61	102,35	111,12	112,63
INDUST. DE TRANSFORMAÇÃO								
SUDESTE	101,35	96,82	88,99	81,94	87,32	95,32	105,94	99,59
BRASIL	102,64	92,53	92,01	85,72	98,63	98,75	109,62	104,73
COMÉRCIO								
SUDESTE	98,49	93,34	92,87	87,58	86,36	89,62	93,87	95,14
BRASIL	99,35	94,45	93,48	88,74	87,85	91,09	94,79	95,61
SERVIÇOS								
SUDESTE	102,86	101,85	102,34	98,28	101,35	106,12	107,53	107,54
BRASIL	101,75	100,29	100,18	95,54	98,84	103,89	104,27	112,85
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA								
SUDESTE	103,01	110,40	114,79	115,86	119,23	125,61	133,04	143,61
BRASIL	105,68	112,69	119,15	122,48	132,13	140,28	150,86	162,99

FONTE: ITC - RAIS - PAINEL FIXO.

TABELA 2.4.1
REGIÃO SUL: EVOLUÇÃO DO PRODUTO INTERNO BRUTO A CUSTO DE FATORES, SEGUNDO UNIDADES DA FEDERAÇÃO (A PREÇOS CONSTANTES DE 1980) - 1970/85

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO (%)				
	1970-75	1975-80	1980-85	1970-80	1970-85
REGIÃO SUL	11,5	9,4	1,9	10,4	7,2
PARANÁ	11,7	8,2	2,7	10,9	8,1
SANTA CATARINA	11,1	14,2	1,9	12,6	6,9
RIO GRANDE DO SUL	10,3	5,6	1,2	9,3	4,6

FONTE: IBGE - Anuário Estatístico do Brasil - 1991.

TABELA 2.4.2
REGIÃO SUL: TAXA DE CRESCIMENTO DO PRODUTO INTERNO BRUTO A CUSTO DE FATORES, SEGUNDO OS SETORES PRODUTIVOS (A PREÇOS DE 1980) 1970/85

SETORES	TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO (%)				
	1970-75	1975-80	1980-85	1970-80	1970-85
AGROPECUÁRIA	14,2	3,4	-0,6	6,6	4,2
INDÚSTRIA	18,6	16,1	1,8	17,0	11,4
SERVIÇOS	8,9	7,1	3,6	6,2	6,6
TOTAL	11,5	9,4	1,9	10,4	7,2

FONTE: IBGE - Anuário Estatístico do Brasil - 1991.

TABELA 2.4.3
REGIÃO SUL: PARTICIPAÇÃO DOS SETORES PRODUTIVOS NO PRODUTO INTERNO BRUTO,
E CUSTOS DE FATORES - 1970/1985

SECTORES PRODUTIVOS E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	ANOS (1):			
	1970	1975	1980	1985
AGROPECUÁRIA	25,1	23,7	17,9	13,8
INDÚSTRIA	21,9	29,1	39,1	37,4
TERCIÁRIO	53,6	47,2	43,6	48,8
COMÉRCIO	19,2	16,4	11,7	9,1
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO	4,2	3,7	4,1	5,4
INS.T. FINANCEIRAS	4,7	6,4	6,1	11,6
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	8,5	6,3	5,3	5,6
ALUGUEIS	2,9	5,8	5,7	2,8
OUTROS SERVIÇOS	6,5	8,4	10,1	8,9
TOTAL GERAL	100,0	100,0	100,0	100,0
PARANÁ	72,5	36,4	34,6	37,6
SANTA CATARINA	16,0	13,5	19,1	19,3
RIO GRANDE DO SUL	51,5	47,6	46,7	45,1
TOTAL GERAL	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTES: IBGE - Anuário Estatístico do Brasil - 1992.

TABELA 2.4.4
REGIÃO SUL: ESTRUTURA E EVOLUÇÃO DA INDÚSTRIA - 1970/1985

GRUPOS E SETORES	PESSOAL OCUPADO (10)					VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL					TAXAS (11)		
	1970		1980		1985	1970		1980		1985	TAXAS ANUAIS (12)		PRODUTIVIDADE
	(60)	(61)	(62)	(63)	(64)	(65)	(66)	(67)	(68)	(69)	(13)	(14)	(15)
GRUPO DE CARIÓTIPO NÃO-DIVISÍVEL	42,8	44,4	49,4	9,6	7,2	44,6	42,6	43,9	13,1	10,6	3,8	2,4	
PRODUTOS ALIMENTÍCIOS	15,3	15,8	14,9	3,4	6,9	20,2	17,8	20,8	12,9	10,1	4,2	3,8	
BEBIDAS	2,5	2,4	1,4	4,8	2,8	3,5	2,6	1,8	7,2	5,3	3,1	2,4	
TEXTIL	7,9	6,6	4,2	5,8	1,9	0,8	5,4	5,6	9,3	6,7	3,3	4,7	
VESTUÁRIO E CALÇADOS	6,4	13,6	28,8	13,6	12,6	5,0	9,0	10,2	20,5	15,5	6,7	2,6	
SANTOARTE E EMBRACA	2,5	3,1	1,9	6,5	4,2	2,4	1,2	1,0	1,9	3,8	-0,6	-0,4	
MOBILIÁRIO	5,1	5,2	5,2	9,1	6,4	2,9	3,5	2,7	15,7	9,7	6,0	3,1	
PRODUTOS FARMAC. E QUÍMICA	6,2	6,5	6,2	12,6	7,2	4,5	6,1	6,3	7,7	6,7	-4,4	-0,5	
PERFUMARIA, SABOES E VELAS	0,2	4,2	9,3	3,7	5,1	6,4	4,4	0,4	13,6	9,4	7,5	3,7	
PAPI	3,5	4,8	4,9	7,5	6,1	1,7	1,8	2,5	14,2	11,4	6,2	6,5	
GRUPO INTERMEDIÁRIOS	42,6	37,6	35,7	7,4	4,3	40,9	41,5	36,7	15,4	9,3	3,3	4,8	
BANCARIA	2,7	2,4	3,6	6,9	6,6	3,2	10,1	10,9	17,2	13,5	3,6	6,5	
SEGUROS	7,3	7,5	6,7	9,6	5,5	7,4	7,9	6,3	13,0	9,4	0,1	3,3	
SERVIÇOS NÃO-METÁLICOS	7,9	7,1	5,8	8,1	4,6	4,7	5,2	3,9	14,0	6,7	6,2	4,5	
PAPEL E PAPELÃO	3,2	3,1	2,4	6,3	4,9	3,7	3,4	3,7	12,9	10,6	6,2	5,4	
MADEIRA	17,7	15,6	9,2	7,4	7,7	12,5	8,7	4,3	7,6	2,7	4,9	1,8	
PLÁSTICOS	1,6	1,5	2,1	10,1	11,3	1,9	2,5	2,3	16,7	11,1	1,3	3,1	
BORRACHA	1,0	6,5	6,9	8,0	1,9	6,8	6,9	1,3	14,2	13,7	0,8	5,4	
CERÂMICAS E VIDROS	2,1	1,8	2,1	7,1	6,7	2,1	1,4	1,8	9,0	8,9	2,6	2,1	
GRUPO GARANTIA E CAPITAL	11,2	16,6	16,2	10,1	3,3	12,2	15,9	16,1	16,7	13,1	3,2	4,9	
BANCARIA	2,1	0,5	0,0	14,9	5,2	3,4	0,6	9,2	11,7	13,6	3,2	4,1	
SERV. TRANSPORTE	2,7	3,4	2,6	11,5	6,9	3,4	3,2	3,1	14,7	10,0	1,4	5,7	
SERV. ELÉTRICO	1,5	2,6	3,4	14,9	11,4	2,1	3,1	4,2	10,0	11,4	3,4	5,0	
SERVIÇOS	1,9	2,1	2,2	9,7	7,4	1,2	1,6	1,3	4,7	10,0	4,4	3,8	
GRUPO EXTRAÇÃO MINERAL	3,1	1,0	1,7	4,1	2,1	2,3	1,2	1,1	7,4	5,1	4,7	4,8	
TOTAL	100,0	100,0	100,0	3,7	6,2	100,0	100,0	100,0	13,6	10,1	4,5	3,7	
VALORES ABSOLUTOS	458.839	1.855.263	1.721.737			184.928	661.465	734.423					
						(1)	(1)	(1)					

FONTES: IBGE - Dados Econômicos de 1985 - Municípios, Volume 4 - Região Sul (1966-1985).
 IBGE - BRASIL - Uma Visão Geográfica nos anos 80 (1979).
 (1) (60), Valores expressos em Cr\$ 1.000.000 de 1980; foi utilizado o deflator aplicado ao produto interno bruto.
 (2) (1) = (7) - (8) - 1.
 (3) (1) = (7) - (8) - 1.

TABELA 2.4.3
REGIÃO SUL: COMPOSIÇÃO DO VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL
1981 E 1984 - (%)

GRUPOS E GÊNEROS	ANO	
	1981	1984
BENS DE CONSUMO NÃO-DURÁVEIS	46,6	46,7
PRODUTOS ALIMENTARES	13,8	14,9
BEBIDAS	2,5	1,4
TEXTIL	7,8	5,0
VESTUÁRIO E CALÇADOS	8,3	12,1
EDITORIAL E GRÁFICA	1,4	1,2
MOBILIÁRIO	3,5	2,3
PRODUTOS FARMAC. E VETERIN.	0,3	0,3
PERFUMARIA, SABOES E VELAS	0,2	0,3
FUFC	3,4	3,2
BENS INTERMEDIÁRIOS	46,9	41,9
QUÍMICA	14,9	15,3
METALÚRGICA	6,5	6,2
MINERAIS NÃO-METÁLICOS	5,5	4,2
PAPEL E PAPELÃO	3,2	4,5
MADEIRA	6,9	5,0
PLÁSTICO	2,7	1,6
BORRACHA	0,8	1,3
CÓRDEOS E PELES	1,3	3,0
DURÁVEIS E CAPITAL	14,5	15,3
MÁQUINAS	0,1	7,5
MAT. TRANSPORTE	3,7	3,1
MAT. ELÉTRICO	3,3	3,4
DIVERSOS	1,4	1,3
EXTRAÇÃO MINERAL	1,9	1,7
ATIVIDADES DE APOIO	6,7	1,2
TOTAL	100,0	100,0

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial - 1981 e 1982-84.

TABELA 2.4.4
REGIÃO SUL: EVOLUÇÃO DO VALOR DA PRODUÇÃO DAS PRINCIPAIS CULTURAS

PRINCIPAIS PRODUTOS	ANOS (X)					
	1960	1970	1980	1985	1988	1989
ALGODÃO	3,6	4,7	3,3	3,8	3,5	2,8
ARROZ	11,8	11,3	11,5	12,3	13,9	12,9
BATATA	0,9	3,3	2,8	1,1	1,4	2,3
CAFÉ	33,7	24,6	5,0	7,8	3,2	4,9
FEIJÃO	11,1	9,6	4,4	3,9	3,0	2,7
FUNGO	2,8	3,1	3,2	3,9	3,3	3,2
MANDIOCA	1,8	6,8	4,6	2,8	5,1	6,3
MILHO	16,9	18,6	21,5	17,5	12,6	13,3
SOLHA	1,7	6,4	35,1	39,7	24,6	21,6
TRIGO	10,2	14,2	8,6	16,5	27,0	30,6
SOMA	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: IBGE - Anuário Estatístico do Brasil, 1987, 1990 e 1991.
SUCESSO/BR95 - Estratégia de desenvolvimento para a Região Sul, Vol. 1, S/LOCAL, 1987 (MINEP).

TABELA 2.4.7
REGIÃO SUL: INDICADORES DA MECANIZAÇÃO DA ATIVIDADE AGRÍCOLA - 1960/85

ESPECIFICAÇÃO	ANOS (X)				
	1960	1970	1975	1980	1985
ESTABELECIMENTO/TRATOR	27,6	19,7	9,8	4,9	4,2
ÁREA DE LAÇURA/TRATOR	379,6	170,7	89,4	62,8	56,7
PESSOAL OCUPADO/TRATOR	148,9	64,9	33,2	18,7	15,7

FONTE: IBGE - Censos agropecuários - 1960/1985, Região Sul.

TABELA 2.4.8
REGIÃO SUL E BRASIL: USO DE ADUBAÇÃO QUÍMICA NA AGRICULTURA - 1960/85

ESPECIFICAÇÃO	% DE ESTABELECIMENTOS QUE USAM ADUBAÇÃO				
	1960	1970	1975	1980	1985
BRASIL	13,2	18,6	22,3	32,1	31,6
REGIÃO SUL	24,8	33,8	42,3	60,9	60,9

FONTE: IBGE - Censos Agropecuários - 1960/1985, Região Sul.
 OBS: Dados extraídos de KAGEYAMA, Angela. Modernização, produtividade e emprego na agricultura - uma análise regional. Campinas, 1986 (mimeo).

FLA 2.4.9
 RIO SUL: POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (PEA), OCUPADA POR SETOR DE ATIVIDADE - 1974/1980

SETORES	COMPOSIÇÃO DA PEA OCUPADA								AUMENTOS VERIFICADOS			
	1974 (1)		1980 (1)		1985 (2)		1988 (2)		1974/1980		1985/1988	
	Nº (1000 PESSOAS)	%	Nº (1000 PESSOAS)	%	Nº (1000 PESSOAS)	%	Nº (1000 PESSOAS)	%	Nº (1000 PESSOAS)	%	Nº (1000 PESSOAS)	%
AGROPECUÁRIA	2.535,36	54,1	2.503,97	34,8	2.022,94	26,2	2.161,72	31,4	-431,33	-23,4	-560,62	-43,2
SECTOR INDUSTRIAL	764,72	4,5	1.752,52	24,1	1.823,68	19,8	2.254,72	22,4	977,00	52,1	431,04	50,8
2.1. IND. DE TRANSFORMAÇÃO	457,77	9,2	1.196,59	16,2	1.276,98	13,8	1.338,86	15,3	488,62	36,7	261,96	31,4
2.2. CONSTRUÇÃO	232,98	4,3	473,53	6,5	424,67	4,6	573,55	5,7	240,57	12,8	148,88	17,9
2.3. OUTROS	53,97	1,1	162,40	1,4	121,43	1,3	142,29	1,4	40,65	2,6	20,86	2,1
SECTOR DE SERVIÇOS	1.556,49	29,9	2.830,47	38,8	3.682,64	39,4	3.295,62	40,7	1.313,96	79,0	792,98	35,1
3.1. SERVIÇOS DE PRODUÇÃO	559,96	10,3	1.606,61	19,5	1.448,87	15,7	1.723,47	17,1	588,71	26,7	274,60	15,5
A) COM. DE SERVIDORES	261,43	5,7	695,19	9,5	676,23	7,7	1.486,32	18,8	333,76	17,8	598,49	22,3
B) TRANSP. E COM. INT.	198,47	3,6	291,62	4,0	246,36	2,6	345,86	3,4	99,26	5,0	39,44	4,7
C) SERV. ADIC. NA ATIV. ECON.	-	-	73,59	1,0	246,26	2,7	291,25	2,9	73,59	3,9	45,47	5,3
3.2. SERVIÇOS CULTEIAIS	440,75	8,1	769,36	10,6	916,04	9,9	1.163,82	11,6	328,55	17,5	247,02	29,7
A) SERV. GOVERNAMENTAIS	176,37	3,2	268,56	3,7	312,84	3,4	422,51	4,3	92,13	4,9	121,19	14,5
B) SERV. COMUNITÁRIOS	264,38	4,9	500,80	6,9	603,20	6,5	738,29	7,3	236,42	12,6	126,83	15,2
3.3. SERVIÇOS PESSOAIS	555,84	9,3	1.464,50	19,7	1.227,77	13,4	1.508,35	15,9	484,72	25,8	270,56	32,1
UNIDADES NA DEFINIÇÃO	191,41	3,3	288,43	3,6	261,39	2,8	255,26	2,3	16,62	0,9	-58,13	-3,1
TOTAL	4.627,92	100,0	7.344,39	100,0	7.229,45	100,0	59.653,32	100,0	1.677,67	100,0	833,87	100,0

TC: (1) - IBGE, Censos Demográficos de 1974 e 1980.
 (2) - IBGE, PNAD - Brasil e Grandes Regiões, 1985 e 1989.

TABELA 2.4.14
 RIOGRAND DO SUL: INDICADORES SOCIAIS SELECIONADOS (1970-1989)

INDICADORES	1976	1980	1983	1985	1987	1988	1989
- MORTALIDADE INFANTIL (CENHOMES DE 5 ANOS POR 1.000 NASCIDOS VIVOS)	67,2 (1)	45,7 (2)	36,1 (2)	34,4 (2)	31,3 (2)	27,5 (2)	-
- ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER (ANOS)	68,3 (3)	67,4 (3)	-	-	69,4 (4)	70,1 (3)	-
- TAXAS DE ALFABETIZAÇÃO (PESSOAS COM 5 ANOS E MAIS NA POPULAÇÃO TOTAL DE 5 ANOS E MAIS)	70,1 (5)	79,1 (5)	-	82,7 (6)	83,3 (6)	-	84,6 (6)
- EVOLUÇÃO DO EMPREGO URBANO "FORMAL" (1979=100) (7)							
TOTAL	-	104,35	97,57	103,16	106,65	107,41	-
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	-	104,95	91,66	102,35	109,25	109,25	-
COMÉRCIO	-	100,99	99,51	99,65	98,45	98,48	-
SERVIÇOS	-	104,40	101,65	102,39	106,49	110,15	-
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	-	105,63	121,27	128,84	106,63	107,41	-
- SITUAÇÃO DOS DOMÉCIOS (8)							
DOMÉCIOS LIGADOS A REDE SEMAL DE ABASTECIMENTO D'ÁGUA COM CARACTERÍSTICAS							
INTERNA	(5)	(5)	-	163	163	-	163
TOTAL	19,9	45,3	-	60,8	61,5	-	64,9
URBANA	19,9	44,4	-	57,2	57,9	-	61,5
RURAL	0,5	0,9	-	2,8	2,6	-	4,9
- <i>Índice de qualidade (urb + rural) (8)</i>	11,7	24,0	-	-	-	-	37,6
- SITUAÇÃO DAS FAMÍLIAS	(5)	(5)	-	161	161	-	161
NÚMERO TOTAL DE FAMÍLIAS (EM 1.000)	3.176	4.487	-	5.292	5.426	-	6.428
NÚMERO TOTAL DE FAMÍLIAS MORANDO EM	(5)	(5)	-	161	161	-	161
Linha de pobreza (8)	1.246	706	-	915	958	-	1.018

FONTE: (1) IBGE, Anuário Estatístico do Brasil, 1976. O dado se refere a estatística de 1967.
 (2) Dados extraídos dos SIMES, Celso Darvaso da Silva, Estudo dos diferenciais na mortalidade infantil, segundo algumas características socioeconômicas, Rio de Janeiro, IBGE, 1992 (UNICRIO).
 (3) Valores extraídos dos ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de, & VELLEIA, Renato. A situação social no Brasil: um balanço de duas décadas. Rio de Janeiro: 1990-1991. (org.) A queda da mortalidade infantil no Brasil, 1960-1990. Rio de Janeiro, 1992.
 (4) Valor estimado para 1987, extraído dos JACOMBE, et al., Brasil: reforma ou caos. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.
 (5) IBGE, Censos Demográficos de 1970 e 1980.
 (6) IBGE, PNAD - Brasil e Grandes Regiões, 1985, 1987 e 1989.
 (7) Ministério do Trabalho, Comissão de Estatísticas Básicas da Área de Trabalho. Dados extraídos de "Evolução do emprego e dos salários no setor organizado no período 1984-1988 utilizando metodologia de painéis fixos para dados de anos consecutivos da RAIS", de abril de 1989.
 (8) Linha de pobreza e aqui definida como equivalente a 1 salário mínimo, segundo critério estabelecido por HOFFMANN, Jocelino & CABEYRA, Inêsia H. Distribuição de renda entre famílias e pessoas em 1970 e 1980. São Paulo, ABPEC, 1984.

La: Rio de Janeiro, 1990

TABELA 2.3.1
CENTRO-OESTE E BRASÍLIA: PIB A CUSTO DE FATORES TAXAS DE DESENVOLVIMENTO E COMPOSIÇÃO SETORIAL, POR SETOR, SEGUNDO SUB-PERÍODOS (1974/1985)
(A PREÇOS CONSTANTES DE 1980)

PERÍODOS E SUB-PERÍODOS	ADROPEDAGOGIA		AGRICULTURA		INDÚSTRIA		COMÉRCIO		SERVIÇOS		TOTAL GERAL
	ADROPEDAGOGIA	AGRICULTURA	INDÚSTRIA	COMÉRCIO	INDÚSTRIA	COMÉRCIO	SERVIÇOS	SERVIÇOS	SERVIÇOS		
A. TAXAS DE CRESCIMENTO											
CENTRO-OESTE											
1974 - 1975	12,8	20,8	12,4	11,5	12,6	5,7	10,8	7,8	22,7	13,1	
1975 - 1980	16,7	27,3	12,5	1,9	12,8	21,4	6,3	18,3	18,5	14,2	
1981 - 1985	-9,9	-2,4	21,4	-3,8	1,8	29,7	-4,8	4,8	-2,9	5,9	
1974 - 1980	11,7	24,0	12,6	6,6	12,8	16,9	14,4	9,6	20,1	12,7	
1974 - 1985	4,8	14,5	12,1	3,0	8,5	25,4	6,3	7,7	12,2	11,8	
BRASÍLIA											
1974 - 1975	8,7	13,8	6,4	7,5	7,8	10,2	5,6	3,8	15,6	9,9	
1975 - 1980	8,5	14,8	17,6	-16,4	15,8	22,2	18,2	4,2	11,3	19,7	
1981 - 1985	-8,6	6,0	2,3	16,7	-1,1	3,8	-8,8	10,7	4,1	1,4	
1974 - 1980	8,6	13,5	8,5	-5,2	12,5	17,1	11,8	3,6	13,4	14,3	
1974 - 1985	5,4	9,1	6,4	1,6	7,6	12,2	4,4	5,9	8,9	7,2	
B. COMPOSIÇÃO SETORIAL											
CENTRO-OESTE											
1974	24,8	7,6	68,9	15,3	4,3	12,8	19,8	5,7	7,4	100,0	
1975	23,6	9,7	66,7	14,3	4,4	7,1	19,6	8,2	11,1	100,0	
1984	28,2	16,7	63,1	8,1	4,8	17,6	13,7	6,7	12,6	100,0	
1985	9,8	11,8	96,8	5,6	3,2	46,6	18,8	6,3	9,7	100,0	
BRASÍLIA											
1976	2,5	24,3	56,9	17,8	4,4	3,5	18,8	18,1	8,9	100,0	
1975	11,6	29,2	33,8	15,9	4,8	7,2	6,2	7,3	18,4	100,0	
1984	18,3	48,7	45,8	11,1	4,1	7,8	6,5	6,9	12,4	100,0	
1985	9,7	29,7	58,6	7,9	4,6	12,8	6,7	8,4	18,2	100,0	
C DO PIB DO CENTRO-OESTE EM RELAÇÃO AO PIB DO BRASIL											
1974	7,4	8,9	4,7	3,2	3,9	7,6	7,3	3,8	3,6	3,9	
1975	6,3	1,1	5,2	3,7	4,6	5,2	9,8	4,6	4,1	4,1	
1984	18,7	2,2	7,8	3,9	5,2	11,6	11,4	5,4	5,9	5,4	
1985	6,1	2,1	12,5	5,3	6,8	31,9	13,8	6,5	7,1	8,7	

FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais - Anuário Estatístico do Brasil, 1991.

TABELA 2.3.2
CENTRO-OESTE E BRASIL: RENDA PER CAPITA (US\$) - 1974/85

DISCRIMINAÇÃO	PIB CP. (DE 1.000)	POPULAÇÃO (1.000 HAB)	RENDA PER CAPITA US\$ 2/
1974			
BRASIL	4.554.768	95.846,5	981,72
CENTRO-OESTE	176.346	5.728,7	648,95
MATO GROSSO	49.632	1.643,5	573,93
GOIAS	69.122	3.824,1	433,72
D. FEDERAL	57.592	561,1	1.975,82
1975			
BRASIL	3.148.689	169.931,7	1.451,78
CENTRO-OESTE	355.183	6.397,1	994,54
MATO GROSSO	34.826	378,1	759,49
GOIAS	124.247	3.466,3	688,16
D. FEDERAL	111.673	852,9	2.489,23
MATO GROSSO DO SUL	64.237	1.295,4	1.811,21
1986			
BRASIL	11.963.865	121.266,4	1.874,77
CENTRO-OESTE	649.122	6.936,4	1.775,75
MATO GROSSO	72.848	1.166,5	1.911,81
GOIAS	264.791	3.138,5	1.221,86
D. FEDERAL	246.140	1.179,5	5.798,36
MATO GROSSO DO SUL	136.343	1.395,8	1.785,55
1985			
BRASIL	14.851.821	135.564,4	1.901,16
CENTRO-OESTE	1.223.628	6.235,2	2.852,54
MATO GROSSO	115.689	1.486,1	1.476,84
GOIAS	281.331	3.589,9	1.487,46
D. FEDERAL	585.135	1.567,7	8.292,83
MATO GROSSO DO SUL	136.542	1.592,5	1.851,83

FONTE: IBGE - Diretoria de Pesquisas, Departamento de Contas Nacionais.

Notas: 1/Valores deflacionados a preços de 1980, utilizando-se o deflator implícito do PIB do Brasil, calculado pelo IBGE.

2/Para a conversão dos valores em dólar utilizou-se a taxa de câmbio média mensal do dólar em 1980, indicado pela Revista Conjuntura Econômica, Volume 43, no 1 de janeiro de 1989, da Fundação Getúlio Vargas, equivalente a Cr\$/us\$ 9.8527.

TABELA 2.5.3
CENTRO-OESTE: COMPOSIÇÃO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA DOS ESTABELECIMENTOS OCUPIADOS COM LAJUDIAS (1974/1985) (%)

GRUPO DE ÁREA TOTAL (ha)	1974		1975		1986		1985	
	ESTABELECIMENTO	ÁREA	ESTABELECIMENTO	ÁREA	ESTABELECIMENTO	ÁREA	ESTABELECIMENTO	ÁREA
ACRÉSC DE 10	25,2	1,4	25,5	4,4	24,5	9,2	22,8	0,3
DE 10 A MENOS DE 100	42,5	5,2	39,1	4,8	39,3	4,6	39,3	4,5
DE 100 A MENOS DE 1.000	28,9	24,1	28,4	25,7	32,6	24,3	31,5	25,9
DE 1.000 E MAIS	3,3	68,3	5,9	65,5	7,1	71,5	6,8	69,3
TOTAL	100,6	100,0	100,6	100,0	100,6	100,0	100,6	100,0

FONTE: Censos Agropecuários de 1974, 1975, 1986 - IBGE.
Síntese Preliminar do Censo Agropecuario de 1985 - IBGE.

TABELA 2.5.4
CENTRO-OESTE: INDICADORES GERAIS DE EVOLUÇÃO DA AGRICULTURA (1974/1985)

INDICADORES	1974	1975	1986	1985	TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO				
					74/75	75/80	80/85	76/86	74/85
1. Nº DE ESTABELECIMENTOS (1.000)	193,12	269,37	267,75	267,38	1,3	-4,1	-6,0 (-0,82)	6,6	2,2
2. ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS (1.000 ha)									
2.1. TOTAL	59.227,06	70.552,66	113.431,00	99.122,40	2,0	3,8	-2,7	3,5	4,2
2.2. LAJUDIAS PERMANENTES	144,18	189,34	313,40	236,64	5,6	14,7	-5,5	8,1	5,6
2.3. LAJUDIAS TEMPORÁRIAS	1.867,43	4.161,56	4.166,78	6.089,47	13,0	8,2	2,4	14,6	9,2
3. Nº DE TRATORES	6.554	29.432	63.361	46.233	22,9	14,9	6,5	19,9	19,7
4. EFETIVO BOVINHO	9.786,97	74.759,84	33.261,01	36.116,29	7,5	6,1	1,7	6,8	9,1
5. PESSOAL OCUPADO (1.000)	927,39	1.216,79	1.344,93	1.246,79	5,6	2,8	-1,5	3,8	2,8

FONTE: Censo Agropecuario de 74, 75, 80 e 85 - IBGE.

TABELA 2.5.5
CENTRO-OESTE: INDICADORES DE TECNIFICACAO DA AGRICULTURA (1970/1985)

ANOS	PESSOAL OCUPADO/TRATOR		AREA DE LAVOURA (ha)/TRATOR	
	VALORES ABSOLUTOS	%	VALORES ABSOLUTOS	%
1970	141,58	100,0	8.121,42	100,0
1975	41,91	29,6	3.234,21	39,8
1980	21,21	15,0	1.789,39	22,0
1985	14,46	10,2	1.149,47	14,2

FONTE: Censos Agropecuarios de 1970, 1975, 1980 e 1985 - IBGE,
Cálculos do Departamento de Economia da FUNDAJ.

TABELA 2.5.6
CENTRO-OESTE: TAXAS DE CRESCIMENTO DA PRODUCAO FISICA E DO VALOR DA PRODUCAO DAS PRINCIPAIS CULTURAS (1970/1989)

PRINCIPAIS CULTURAS AGRICOLAS	PRODUCAO FISICA				VALOR DA PRODUCAO			
	70/80	75/85	80/89	70/89	70/80	75/85	80/89	70/89
1. ABASTECIMENTO ALIMENTAR								
• ARROZ (t)	7,75	-8,36	-4,36	1,86	6,1	-4,2	-15,9	-6,4
• FEIJAO (t)	-6,29	3,47	2,10	0,87	6,9	0,4	-5,1	1,0
• MANDIOCA (t)	-5,66	19,42	21,62	6,43	-1,1	13,4	18,6	7,8
• MILHO (t)	7,36	6,30	14,11	10,51	11,2	13,2	1,2	6,3
2. EXPORTACAO E PROCESS. INDL.								
• ALGODAO HERBACEO (t)	-6,74	11,59	6,89	2,81	-2,7	6,5	-4,0	-3,5
• AMENDOIM (t)	-7,27	-13,77	-37,62	-23,15	-9,6	-17,4	-35,9	-23,2
• ALHO (t)	41,29	31,59	9,51	25,23	45,7	36,3	15,6	30,7
• BANANA (1.000 CACHOS)	-1,00	16,34	-	-	4,3	5,3	-0,6	2,1
• CAFE (t)	19,94	15,54	4,69	12,46	25,0	17,2	-0,5	9,8
• LARANJA (1.000 Fr.)	-5,51	4,95	9,96	1,52	-1,5	4,2	18,8	6,3
• MANGA (1.000 Fr.)	11,21	-1,71	2,09	6,81	10,3	0,7	15,0	12,5
• SOJA (t)	50,96	36,61	2,67	36,29	47,7	31,1	11,7	29,4
• TOMATE (t)	8,23	17,04	19,30	13,36	6,0	16,1	13,4	16,5
• TRIGO (t)	46,54	48,94	13,96	32,76	45,9	59,7	16,1	38,9
3. CANA-DE-ACUCAR (t)	15,57	58,42	38,67	22,22	12,6	31,6	24,0	18,0

FONTE: Censos Agropecuarios de 1970, 1975 e 1980 - IBGE, Anuario Estatístico de 1991 - 136.

TABELA 2.5.7
CENTRO-OESTE: PRODUÇÃO AGRÍCOLA (70/90)

PRODUTOS	ANOS				
	1970	1975	1980	1985	1990
ARROZ (t)	1.273.621	2.042.573	2.587.178	1.970.563	954.716
FEIJÃO (t)	121.524	107.340	118.054	150.965	107.111
MANDIOCA (t)	349.468	194.584	197.806	1.547.793	1.068.916
MILHO (t)	760.379	1.315.983	1.563.885	2.435.884	3.108.401
ALGODÃO FERRACEO (t)	114.540	81.581	106.385	244.184	190.953
AMENDOIM (t)	61.730	27.301	29.023	5.026	114
ALHO (t)	101	284	3.203	4.422	7.500
BAWANA (1.000 fr.)	30.122	19.694	27.025	53.457	41.158
CAPI (t)	7.614	28.709	47.003	86.309	107.962
LABANJA (1.000 fr.)	267.142	179.847	151.542	292.726	321.661
MAIÇA (1.000 fr.)	16.638	36.305	40.310	30.539	-
SOJA (t)	24.566	250.160	1.509.061	5.662.706	6.441.323
TRIGATE (t)	15.381	20.026	33.912	100.774	347.477
TRIGO (t)	1.713	5.933	78.207	318.540	285.250
CARA-DE-ACUCAR (t)	297.098	423.529	1.262.852	50.941.425	14.139.418

FORTE: IBGE - Censos Agropecuários, 70/75 e 80.
Anuário Estatístico do Brasil, 1991.

TABELA 2.5.8
CENTRO-OESTE: ESTRUTURA DA INDÚSTRIA SEGUNDO GRUPOS DE INDÚSTRIAS
(PESSOAL OCUPADO - 1970/1990)

GRUPOS DE INDÚSTRIAS	1970			1980			1990			CENTRO-OESTE CRESC. ANUAL 1970/90 (%)	PRODUTIVIDADE PES. OCUPADO (A) / (B)
	% EN RELAC. AO TOTAL DO PAÍS	OCUPADO (C)	EN RELAC. AO TOTAL DO PAÍS	% EN RELAC. AO TOTAL DO PAÍS	OCUPADO (D)	EN RELAC. AO TOTAL DO PAÍS	% EN RELAC. AO TOTAL DO PAÍS	OCUPADO (E)	EN RELAC. AO TOTAL DO PAÍS		
1. EXTRATIVAS GERAIS	3,7	2,1	7,6	9,8	4,9	3,7	14,2	10,4	3,4		
2. INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	96,3	97,9	92,4	2,3	95,1	2,2	33,8	8,3	4,3		
2.1. BENS DE CONSUMO	58,1	51,6	49,5	2,4	43,9	2,7	50,7	8,2	2,3		
- PROD. ALIMENTARES	32,2	31,2	24,5	4,4	28,8	4,3	10,8	7,4	3,0		
- EDITORIAL E GRÁFICA	3,0	2,2	5,6	4,7	6,1	6,0	8,5	8,9	6,8		
- TÊXTIL	2,5	6,9	1,1	6,9	1,7	6,6	7,1	3,7	2,0		
- BEBIDAS	2,1	1,9	1,8	3,5	2,2	3,5	13,5	8,6	6,6		
- MODILHARIL	4,0	1,6	3,6	2,9	4,7	3,0	19,3	9,7	1,5		
- VESTUÁRIO E CALÇADOS	3,8	6,0	2,7	6,6	5,4	1,8	15,8	13,2	1,4		
- FARMAC. E VETERINÁRIOS	4,2	6,2	6,4	1,5	1,8	2,1	25,5	20,6	3,7		
- PERFUM., SABOES E VELAS	0,1	0,3	0,1	0,3	0,6	0,6	4,0	-10,2	-6,0		
- FUNDO	9,0	6,1	3,1	6,4	-	-	-	-	-		
2.2. BENS INTERMEDIÁRIOS	40,8	1,7	44,4	2,9	37,6	2,3	23,2	7,8	14,4		
- MINERAIS NÃO-METÁLICOS	20,1	3,0	19,7	5,8	13,9	4,8	23,4	5,8	15,4		
- MADEIRA	13,6	3,7	17,1	7,2	11,9	6,8	17,4	7,5	9,2		
- METALÚRGICA	3,9	0,5	5,2	1,1	1,8	1,1	27,3	10,2	15,5		
- QUÍMICA	1,1	1,2	0,5	1,2	1,7	1,1	9,4	4,5	4,7		
- QUÍMICA	0,9	0,3	1,1	0,7	1,0	2,1	37,8	21,8	13,9		
- CUMINOS E PELES	0,6	1,1	1,0	0,9	1,3	1,1	16,2	6,8	12,3		
- NATL. PLÁSTICO	0,1	0,8	0,3	0,3	1,5	0,4	45,2	21,4	16,8		
- PAPEL E PAPELÃO	0,5	0,7	0,2	0,3	0,3	0,3	21,7	8,6	12,1		
2.3. BENS DE CAP. E DE CONSUMO	5,4	6,6	7,7	6,7	1,6	6,8	24,6	11,8	11,6		
- MECÂNICA	2,6	0,5	4,6	0,6	4,0	0,9	21,7	11,7	6,3		
- NATL. DE TRANSPORTE	1,5	0,4	1,9	0,9	1,6	0,7	19,2	9,7	8,7		
- NATL. ELET. E COMUNICAÇÕES	0,7	0,3	1,1	0,5	1,5	0,7	36,1	15,3	18,5		
- DIVERSOS	0,6	0,4	0,7	0,7	1,9	0,7	19,3	11,4	7,1		
T O T A L	100,0	1,4	100,0	2,4	100,0	2,2	20,7	6,4	16,9		
VALORES ABSOLUTOS	37.229	-	111.449	-	134.701	-	-	-	-		

FORTE: Para os anos de 1970 e 1980 os dados foram extraídos do trabalho "Brasil: uma visão geográfica nos anos 80", Rio de Janeiro, 1980, pp. 133 e 141. Para o ano de 1990 os dados são do Censo Industrial de 1990 do IBGE.

FIGURA 2.3.5a
CENTRO-OESTE: ESTRUTURA DA INDÚSTRIA SEGUNDO GRUPOS DE INDUSTRIAS
CÍCLICO DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL - 1976/1985

GRUPOS DE INDUSTRIAS	1976		1980		1985		CENTRO-OESTE CÍCLICO ANUAL 1976/85 (%)		RESOLUÇÃO Nº
	UT1	UT2	UT1	UT2	UT1	UT2	UT1	UT2	
	% EM RELAÇÃO AO TOTAL DO PAÍS BRASIL		% EM RELAÇÃO AO TOTAL DO PAÍS BRASIL		% EM RELAÇÃO AO TOTAL DO PAÍS BRASIL		% EM RELAÇÃO AO TOTAL DO PAÍS BRASIL		
	C.0		C.0		C.0		C.0		
1. EXTRAÇÃO MINERAL	2,7	3,6	11,1	6,3	5,6	1,9	14,1	59,4	3,6
2. INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	74,3	6,9	33,9	7,4	97,4	1,4	13,6	9,3	4,2
2.1. BENS DE CONSUMO DURÁVEIS	60,4	1,8	42,4	1,8	43,3	1,2	11,7	8,2	2,3
- FERR. ALIMENTARES	46,6	2,9	38,2	3,8	35,2	4,1	10,2	7,4	3,3
- ALUMÍNIO E GRÁFICA	1,2	1,2	3,1	2,5	1,5	2,5	5,9	0,9	0,3
- TÊXTIL	6,5	6,4	7,7	6,4	1,2	6,6	7,8	5,7	2,8
- SERRAÇÃO	2,1	6,7	6,5	6,3	2,5	2,5	15,8	8,6	6,5
- INDÚSTRIAS	2,6	6,8	2,8	2,6	1,4	1,4	10,1	8,7	1,5
- VESTUÁRIO E CALÇADOS	1,7	6,4	1,2	6,3	1,5	6,7	13,8	13,2	1,5
- FERR. E MATERIAIS	8,2	6,9	6,5	6,4	2,9	3,9	25,1	28,6	2,7
- FERR. FERROS E AÇOS	8,1	8,1	6,8	6,1	2,8	6,6	1,1	-16,2	-6,3
- FERR. E FERR. E	6,8	6,9	6,6	6,9	-	-	-	-	-
2.2. BENS INTERMEDIÁRIOS	27,6	6,6	39,7	1,2	46,8	1,4	23,9	7,8	14,4
- GERAIS NÃO-HEMISF. OCID.	12,8	1,8	19,7	4,3	15,8	5,3	23,1	5,3	15,4
- MADEIRA	3,4	2,8	12,5	2,8	1,9	5,5	17,7	7,1	4,2
- FERTILIZANTES	7,6	6,2	3,9	6,4	6,7	6,8	37,3	18,7	15,5
- SERRAÇÃO	1,7	6,6	6,5	6,5	5,4	6,4	9,4	4,1	4,7
- QUÍMICA	1,4	6,1	2,2	6,2	19,4	6,9	27,8	21,9	13,7
- OBRAS E PEÇAS	6,6	6,7	1,1	6,7	6,4	1,1	16,1	1,5	12,2
- MET. PLÁSTICO	6,6	6,7	6,4	6,2	6,5	6,3	45,1	24,1	16,8
- PAPEL E PAPELÃO	6,5	6,1	1,9	2,1	1,7	6,2	21,7	6,4	12,1
2.3. BENS DE CAPITAL DE CONSUMIDORES	4,1	6,2	5,8	7,3	7,3	1,4	24,3	11,8	11,6
- MÓVEIS	2,6	1,2	2,5	6,4	2,2	6,4	21,0	11,7	8,4
- MÁQ. DE TRANSPORTE	1,1	6,1	1,9	6,3	1,8	6,2	19,2	9,7	8,7
- MÁQ. ELÉTR. E COMUNICAÇÃO	6,4	6,1	1,5	6,4	3,6	6,7	26,1	15,8	18,0
- MÁQUINAS	6,4	6,1	2,2	6,1	6,5	6,2	19,3	11,9	7,1
TOTAL	100,0	1,5	100,0	1,5	100,0	1,4	100,0	8,4	58,2
VALORES ABSOLUTOS	445.758	-	1.194.926(1)	-	1.473.846(2)	-	-	-	-

NOTA: Para os anos de 1976 e 1980 os dados foram extraídos do trabalho "Brasil: um visor geográfico nos anos 80", Rio de Janeiro, 1985, pp. 133 e 134. Para o ano de 1985 os dados são do Censo Industrial de 1985 em 1985.

NOTAS: (1) Valores em US\$ 1000 de 1976. Vão na referência ao deflator utilizado no trabalho "Brasil: um visor geográfico", citação.
(2) Valores em US\$ 1000 de 1976, ajustados com o fator de inflação e índice de disponibilidade de intern. de Fundação Getúlio Vargas.

TABELA 2.3.6
CENTRO-OESTE: INDICADORES SOCIAIS SELECIONADOS (1976-1989)

INDICADORES	1976	1980	1985	1989	1997	1988	1989
- ESPERANÇA DE VIDA (ANOS)	58,8 (1)	64,7 (1)	-	-	67,7 (2)	68,4 (1)	-
- MORTALIDADE INFANTIL (MEMBROS DE 1 ANO NASCIDOS VIVOS) (%)	109,9 (3)	56,5 (4)	71,7 (4)	49,8 (4)	41,5 (4)	38,6 (4)	-
- TAXAS DE ALFAB. (PESSOAS COM 5 ANOS E MAIS NA POP. TOTAL DE 5 ANOS E MAIS)	57,6 (5)	55,7 (5)	-	75,5 (6)	76,6 (6)	-	77,9 (6)
- RENDIMENTO DA SGA DE 16 ANOS E MAIS ATÉ 2 ANOS, MENORES DEPENDENTES (%)	77,4 (5)	68,1 (5)	-	-	52,8 (6)	-	46,9 (6)
- SITUAÇÃO DAS FAMÍLIAS							
- NO TOTAL DE FAMÍLIAS (EM 1.000)	927 (5)	1.628 (5)	-	2.171 (6)	2.328 (6)	-	2.536 (6)
- NO TOTAL DE FAMÍLIAS ABAIXO DA LINHA DE POBREZA (EM 1.000) (7)	428 (5)	329 (5)	-	397 (6)	346 (6)	-	259 (6)
- SITUAÇÃO DOS QUARTIS (8)							
- QUARTIS LIGADOS À REDE GERAL DE ABASTECIMENTO D'ÁGUA DO CARILIZADO INTERNO	(5)	(5)	-	(6)	(6)	-	(6)
- TOTAL	14,1	22,3	-	48,2	49,1	-	55,5
- URBANO	13,6	21,9	-	46,9	47,5	-	52,1
- RURAL	6,5	6,4	-	1,3	1,6	-	2,8
- EVOLUÇÃO DO EMPREGO URBANO "FORMAL" (1975-1989) (9)							
- TOTAL	-	162,71	167,71	127,99	135,15	141,66	-
- INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	-	193,91	98,58	112,46	118,17	123,88	-
- COMÉRCIO	-	161,71	91,21	96,79	76,26	95,11	-
- SERVIÇOS	-	162,46	165,39	126,42	121,59	135,29	-
- ADMINISTRATIVO	-	188,65	117,74	154,19	169,72	182,93	-

NOTAS: (1) Valores Extraídos de: M. B. M. FERREIRA, Roberto Cavalcanti de. S. UTI-EL, Renato. A situação social do Brasil: um balanço de duas décadas. Rio de Janeiro, 1986 (mimeo).
(2) Valor estimado para 1987, extraído de: JAGUARIBE, Helio et alii. Brasil: reforme ou caos. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.
(3) IBGE, Anuário Estatístico do Brasil, 1976. O dado se refere a estatística de 1967.
(4) Dados Extraídos de: DÍAZES, Celso Cardoso da Silva. Estudo dos diferenciais na mortalidade infantil, segundo algumas características socio-econômicas. Rio de Janeiro, 1982, 1992 (GENEIO).
(5) IBGE, Censos Demográficos de 1976 e 1980.
(6) IBGE, PRAD - Brasil e Grandes Regiões, 1980, 1987 e 1989.
(7) Linha de pobreza é aqui definida como equivalente a 1 salário mínimo, segundo critério estabelecido por HOFFMANN, Rudolf e RAGOYAN, Anela N. Distribuição de renda entre famílias e pessoas em 1970 e 1980. São Paulo, APEC, 1984.
(8) Ministério do Trabalho, Comissão de Estatísticas Básicas da Área de Trabalho, Dados extraídos de "Evolução do emprego e dos salários no setor organizado no período 1970-1989 utilizando metodologia de vínculo empregatício para o setor econômico da RBS", 1995.

ANEXO II

O DESENVOLVIMENTO DESIGUAL DA ECONOMIA
NO ESPAÇO BRASILEIRO

- BIBLIOGRAFIA BÁSICA -

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de & VILLELA, Renato. A situação social no Brasil: um balanço de duas décadas. Rio de Janeiro, 1990 (4 vols.).
2. ALMEIDA, Pedro Fernando de, et alii. A indústria gaúcha de bens de capital na década da economia brasileira. Porto Alegre, FEE, 1986.
3. AMPARO, P. de & ZORIO, E. Breve descrição e apreciação de alguns programas na Amazônia. In: COSTA, J.H. M. Crise ambiental: artigos e perspectivas da Amazônia: impactos e perspectivas. CADERNOS NACA, No. 5. Belém, NAEA/UEPA, 1987.
4. ARAUJO, Ysara Bachelier de. La division interregionale du travail au Brésil et l'exemple du Nordeste. Paris, Université de Paris, 1979 (outubro).
5. AZZONI, Carlos Roberto. Indústria e reversão da polarização no Brasil. São Paulo, IPE, 1986.
6. BACHA, Edmar & KLEIN, Herbert. A transição incompleta. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.
7. BANCO MUNDIAL. Relatório sobre o desenvolvimento mundial, 1988. Rio de Janeiro, FGV, 1988.
8. -----, Relatório sobre o desenvolvimento mundial, 1989. Rio de Janeiro, FGV, 1989.
9. BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A. Nordeste: análise conjuntural. Fortaleza, 29(1): Jan/Jun, 1991.
10. BANDEIRA, Pedro Silveira. O Rio Grande do Sul e as tendências da distribuição geográfica do desenvolvimento da economia brasileira: 1940-1980. Porto Alegre, FEE, 1988.
11. BARROS, Alair Ferreira. Pequenos produtores rurais: implantação da indústria leva à marginalização do campo. Econômica e Desenvolvimento, Belém, no. 22, 1997.
12. DAUMANN, Renato & HOFFMANN, Heloísa C. Os impactos da exportação brasileira de produtos manufaturados, 1947-85. 2ª Edição e Tradução: Econômica, 17 (2). Rio de Janeiro, IPEA, 1987.
13. DELLUZO, Luiz Gonzaga de & COUTINHO, R. Desenvolvimento capitalista no Brasil, 2 Vols. São Paulo, Araceliense, 1989 (Vol. 1) e 1989 (Vol. 2).
14. BENCHIMOL, Samuel. Análise fiscal: uma análise da arrecadação tributária e seus efeitos sobre o desenvolvimento regional. Manaus, IPEA, 1988.
15. BERTRAN, Paulo. Uma introdução à história econômica do Centro-Oeste do Brasil. Brasília, CODEPLAN, 1988.
16. BRANDÃO, Maria de Azevedo. A regionalização da grande indústria do Brasil: Recife e Salvador na década de 70. In: Estudos de Economia Política, 5(4), outubro/dezembro - 1985.
17. BRASIL. Constituição República Federativa do Brasil. Brasília, Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.
18. BRASIL. FIBGE. Anuário Estatístico do Brasil. Rio de Janeiro, diversos anos.
19. BRASIL. FIBGE. Brasil: uma visão geográfica nos anos 80. Rio de Janeiro, FIBGE, Departamento de Geografia, 1986.
20. BRASIL. FIBGE. Censos agropecuários do Brasil. Rio de Janeiro, diversos anos.
21. BRASIL. FIBGE. Censos demográficos do Brasil. Rio de Janeiro, diversos anos.
22. BRASIL. FIBGE. Censos industriais do Brasil. Rio de Janeiro, diversos anos.
23. BRASIL. FIBGE. Estatísticas Industriais do Brasil. Rio de Janeiro, 1987.
24. BRASIL. FIBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio. (PNAD). Rio de Janeiro, diversos anos.
25. BRASIL. MINISTÉRIO DO INTERIOR. SUDAM. Avaliação da política de investimentos do FENAM: perspectiva macroeconômica. Brasília, 1989.
26. BRASIL. MINISTÉRIO DO INTERIOR. SUDAM. II Plano de Desenvolvimento da Amazônia - Detalhamento do II PDA (1975-1979). Belém, 1976.
27. BRASIL. MINISTÉRIO DO INTERIOR. SUDAM. Plano de desenvolvimento do Centro-Oeste: organização territorial e funções econômicas do Centro-Oeste. Diagnóstico/Síntese. Compendio das atividades produtivas. Brasília, 1985. Vols. 2A e 2B.
28. BRASIL. MINISTÉRIO DO INTERIOR. SUDAM. Comércio exterior - Exportações do Nordeste. Recife, 1982.
29. BRASIL. MINISTÉRIO DO INTERIOR. SUDAM. Condições de acesso às commodities do Nordeste. Recife, SUDAM, 1988.

30. BRASIL. MINISTÉRIO DO INTERIOR. SUDENE. Endividamento dos estados da região Nordeste originar, situação atual e proposta para sua adequação e saneamento. Recife, 1988. (Versão Preliminar).
31. BRASIL. MINISTÉRIO DO INTERIOR. SUDENE. Indicações sociais do Nordeste (1979-86). Recife, 1983.
32. BRASIL. MINISTÉRIO DO INTERIOR. SUDENE. Nordeste em dados. Recife, 1984.
33. BRASIL. MINISTÉRIO DO INTERIOR. SUDENE/DPE/PSE/LUR. O desempenho da economia do Nordeste em 1987. Recife, 1988. (mimeo).
34. BRASIL. MINISTÉRIO DO INTERIOR. SUDENE. Produto e formação bruta de capital Nordeste do Brasil: 1965-86. Recife, 1987.
35. BRASIL. MINISTÉRIO DO INTERIOR. SUDENE. Seminário sobre o desenvolvimento regional e a nova Constituição. Relatório. Recife, SUDENE, 1989.
36. BRASIL. MINISTÉRIO DO INTERIOR. SUDENE. Subsídios para a regionalização dos investimentos setoriais. Recife, SUDENE, 1989. (Xerox).
37. BRASIL. MINISTÉRIO DO INTERIOR. SUDISUL. BRDE. Estratégia de desenvolvimento para a região Sul (local). SUDENE, 1987. (mimeo).
38. BRASIL. MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA. ELETROBRAS. Panorama do setor de energia elétrica no Brasil. Rio de Janeiro, 1988.
39. BRASIL. MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA. Plano Nacional de Energia Elétrica 1987/2001. Plano 2010. Relatório Executivo. Brasília, 1987.
40. BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO. Evolução do emprego e dos salários no setor organizado no período 1960-1986. Utilizando a metodologia de salário fixos para bases de anos consecutivos da BNIS. Brasília, MTB, 1988.
41. BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do NORDESTE - GTDN. Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste. Recife, SUDENE, 1987. 2a. Edição.
42. BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. III Plano Nacional de Desenvolvimento. 1982/90. Rio de Janeiro, 1984.
43. BRITO, A.S. & LUI, M.Y. A evolução da agricultura na região Norte na década de 70. In: REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. Rio de Janeiro, 49(1), 1987.
44. BUARQUE, Sérgio C. O Estado no processo de integração e desagregação do Nordeste. Anais do VII Encontro Nacional de Estudos Demográficos. Olinda, 1980.
45. CARO, Wilson. Desequilíbrios regionais e concentração setorial no Brasil - 1930/1970. Campinas, Global Editora, 1980.
46. -----, Restauração internacional e reapropriações internacionais nos países subdesenvolvidos: reflexões sobre o caso brasileiro. Campinas, 1989 (mimeo).
47. CARNEIRO LEÃO, Igor Zanoni Bonfanti. O Nordeste nos anos setenta. Campinas, 1984 (mimeo).
48. CASTRO, Antônio Barros de & SOUZA, Francisco Lourenço Pires de. A economia brasileira em marcha forçada. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
49. CASTRO, Fernando de & GARIÃO, Jorge. Um projeto para o Nordeste. Fortaleza, C. P. P., 1987. (Serie Novo Nordeste, 9).
50. CEPA/AMAZONAS. PROI-Amazonas: diagnóstico e metas. Manaus, 1982.
51. CHAAD, José Paulo Z. & DOMINI, Rubem (organiz.). A crise e a conjuntura do Sertão - o impasse das políticas de ajustamento econômico. São Paulo, UNICENT/IPC-USP, 1988.
52. CONFESSÃO PASTORAL DA TERRA. Relatório sobre condições de campo. Belém, 1988.
53. COSTA, Achiles Barcelos da & PASSOS, Maria Cristina. Crescimento e crise na indústria gaúcha 1959-80. In: Espaço Geográfico, 3-24. Porto Alegre, 1987.
54. COSTA, J. M. Crises dos grandes produtores e trabalhadores do Açúcar. In: COSTA, J. M. (coord.). Os grandes produtores da Amazônia: impactos e perspectivas. Manaus, NÓIA, Vol. 9. JPPA/NOIA, Belém, 1987.
55. -----, Tecnologia e articulação dos setores de crescimento nacional e amazônico. In: HEBETTE, J. (coord.). Ciência e tecnologia para a Amazônia. Cadernos NOIA, No. 7. JPPA/NOIA, Belém, 1985.
56. COSTA et alii, Roberto Augusto da. Sprays vitícolas e a pequena produção de alimentos. Para desenvolvimento. Belém, 22: 43-45, 1987.

57. CUTRIM CARVALHO, P. J. Os padrões da ação planejadora do Estado na Amazônia de 1975 - 1980. NAEA/LFPA. Belém, 1983. Dissertação de mestrado (mimeo).
58. DE CARLI, Dileza. O setor sucro do açúcar. Rio de Janeiro, 1982.
59. DELGADO, Guillermo da Costa. Capital financeiro e agricultura no Brasil, 1965 - 1985. São Paulo. Icone Editora, 1985.
60. DINIZ, Flávio Campolina. Capitalismo, recursos naturais e espaço: análise do papel dos recursos naturais e dos transportes para a dinâmica geográfica da produção agropecuária e mineral no Brasil e seus efeitos no padrão nacional brasileiro. Campinas, UNICAMP, 1987.
61. DINIZ, Flávio Campolina. O paradoxo mineiro: fortalecimento econômico e empobrecimento político. UFLA, s. l. (mimeo).
62. DUARTE, Renato. Dinâmica e transformação da economia nordestina na década de 70 e nos anos 80. 80ª ANUACONÓMICA do Nordeste. 23(4):339-378, out./dez., 1989.
63. DUBOIS, J. C. L. Animal and vegetal "extractivism" - Extractive exploitation of animal and vegetal natural resources in the Amazon. In: USP/INPA. Amazonia: facts, problems and solutions. Anais, vol. 1. São José dos Campos/São Paulo, 1987. mimeo.
64. FEARNSIDE, Philip H. Causas do desmatamento na Amazônia brasileira. Pará Desenvolvimento. Belém, 23: 29-33. Jan./jun., 1986.
65. -----, Os planos antropológicos de desenvolvimento para quem e por quanto tempo? Em: ALMEIDA, J. de S. (coord.). Caridade: desafio político, ecológico e desenvolvimental. São Paulo, Ed. Brasiliense/CNSP, 1986.
66. FERREZ, Sara e CASTRO, Eduardo Viveiros da. Projeto Caridade e os povos indígenas: expectativas e realidade. Pará Desenvolvimento. Belém, 26/27: 30-34, out./dez., 1987.
67. FLEISCHFRESSER, Vanessa. A modernização tecnológica da agricultura paranaense na década de 70: difusão, contrastes, regional e consequências sócio-econômicas. Rio de Janeiro, 1984. (mimeo).
68. FONSECA, Pedro Dutra. BRDE: da hegemonia à crise do desenvolvimento. Porto Alegre, BRDE, 1980.
69. FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA - FEE. Indústria setorial da indústria de transformação, 1964-1984. 2 Tomos. Porto Alegre, FEE, 1984.
70. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Conjuntura Econômica. 2.º de Janeiro. diversos números e anos.
71. -----, Regionalização das despesas governamentais no Brasil (1970-1975). Relatório. Rio de Janeiro, FGV, 1979. (xerox).
72. -----, Regionalização das despesas governamentais no Brasil (1980). Relatório. 2.º de Janeiro, FGV, 1986. (xerox).
73. FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO. Desigualdades regionais no desenvolvimento do Brasil: década de 70 e anos 80. Relatório final. Recife, FUNDAJ/INPES/RECÓNE, 1990 (mimeo).
74. FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO/SECRETARIA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL - STAS. - SINE/PE. Investigação sobre o setor informal na RNEI em situações de baixa renda (Segundo relatório). Recife, 1986. (mimeo).
75. FUNDAÇÃO SEADE. Produto Interno Bruto, formação de capital e consumo. Estado de São Paulo, 1945-84. S. 1., s. s. (mimeo).
76. FUNDAÇÃO SEADE/INTCOMP. A reorientação do desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo, 1980-1988. São Paulo, FUNDAÇÃO SEADE, 1988. Vol. 1, nº. 2.
77. FURTADO, Celso. O Brasil pós-"milagre". Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1981.
78. GALVÃO, Olimpio Arruda. Regional Development in Brazil: a study of economic integration in a unevenly developed country. London, University College London, 1987 (mimeo).
79. GASQUES, José Garcia, & YOKOMIZO, Cláudio. Resultados de estudos sobre de incentivos fiscais na agropecuária da Amazônia. XII Encontro Nacional de Pesquisa do ANPEC. Brasília, dezembro de 1988. Vol. II.
80. GONZ, Gustavo Kain. Da recessão de 1981-83 aos impactos do Plano Cruzado no Brasil e no Nordeste em direção para o presente. Boletim Sociológico do Nordeste, Recife, 3 (1987): 21-26, março de 1987.
81. GUIMARÃES NETO, Leonardo. A economia da Amazônia: tentativas de caracterização das transformações na produção nas últimas décadas. Belém, SBC/Associação Porto e Consultoria, 1989. Versão preliminar, mimeo.
82. HEBETTE, J. P. Uma sindicalização recente e a agressão dos grandes projetos. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE AMERICANISTAS, Amsterdam, 1988 (mimeo).

83. HESS et alii, Dora Rodrigues. A evolução da agricultura na região Centro-Oeste na década de 70. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, 49 (1): 197-207, Jan./mar., 1987.
84. HESS, Dora Rodrigues, & AGUIAR, Yvessa Opi. A apropriação do espaço agrícola pela pecuária no Centro-Oeste. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, 39 (1): 41-60, Jan./mar., 1985.
85. HOFFMANN, Rodolfo. Pobreza e prosperidade no Brasil: o que está mudando? In: *ÉPOCA*, Edmar, S. (LEIN, Roberto F. (orgs.)), A transição incompleta: Brasil desde 1945. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.
86. HOFFMANN, Rodolfo. Evolução da distribuição de renda no Brasil no primeiro ardo da década de 80. Rio de Janeiro, 1984, 1987 (mimeo).
87. -----, Evolução da distribuição de renda no Brasil: entre pessoas e entre famílias, 1979/86. In: *SEDLER*, Guilherme I. & BARROS, Ricardo Pires, (edit.), Mercado de Trabalho e distribuição de renda: um coletânea. Rio de Janeiro, FEAZ/FEPEX, 1989.
88. HOFFMANN, Rodolfo, & KAGEYAMA, Anália. Distribuição de renda entre famílias e pessoas em 1979 e 1986. São Paulo, FNEC, 1984.
89. IDESP. Agricultura e siderurgia: uma região integrada - os primeiros resultados para a fase de implantação do pólo siderúrgico na Amazônia Oriental brasileira. Relatório de Pesquisa, No. 11. Belém, outubro de 1986.
90. -----, O impacto na ocupação do solo siderúrgico na estrutura produtiva e no desenvolvimento agrícola em Paragará. Relatório de Pesquisa, No. 12. Belém, julho de 1986.
91. -----, Ocupação do solo e subsolo: terras indígenas. Belém, 1988-1989.
92. IPARDES. FUNDAÇÃO EDSON VIEIRA. Evolução dos principais gêneros da indústria paranaense na década de setenta. Curitiba, 1982.
93. -----, O Paraná: economia e sociedade. Curitiba, 1981.
94. -----, -----, Produto bruto do Paraná, 1970-85. Curitiba, 1987.
95. JAGUARIBE et alii, Helio. Brasil: reforma do país. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.
96. JATOBÁ, Jorge. Desenvolvimento regional, crise e mercado de trabalho: o caso brasileiro com especial atenção para o Nordeste, 1961-1986. *Revista Brasileira de Geografia*-Fortaleza, 16 (1): 545-99, out./dez., 1986.
97. JORNAL DO ECONOMISTA, Número 14, São Paulo, maio de 1989.
98. JORNAL GAZETA MERCANTIL. Diversos números e datas.
99. KAGEYAMA, Anália. Modernização, produtividade e emprego na agricultura - uma análise regional. Campinas, 1986 (mimeo).
100. KELLER, Elza Cecília de Souza, & MADRANINI, Ruth. 1984, os Cruz. *População*, 22: 681-988, São Paulo (coord.). *Geografia do Brasil: região Centro-Oeste*. Rio de Janeiro, FINE/GERGRAF, 1977, Vol. 4.
101. LADA, Flávio Wanderley. Reflexões sobre o impacto sócio-econômico do Projeto Ferro - Carajás nas localidades do Estado do Ferro Carajás-Itaituba. *Revista Desenvolvimento*, Belém, 20/21: 40-45, 1986/87.
102. LONGO, J. A. & BRUNER, A. Impacto regional das Finanças Federais. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, 11-D: LIIII-12 (1), 1980.
103. LÓPEZ, Fábio Severina. Estão brasileiro de desenvolvimento amazônico. Belém, FUNDAPOLA, 1988. (Associação de Negócios).
104. MAIA GOMES, Guayana. Da recessão de 1981-83 aos impactos do Plano Cruzado no Brasil e no Nordeste: um alerta para o presente. *Boletim Econômico do Nordeste*, 11(1): 91-94, mar., 1987.
105. MAIA, Rosana, & SALDANHA, Rosângela. Abrindo a caixa preta ... Estudo sobre a evolução do emprego na administração pública, estadual e municipal. Texto para Discussão No. 12. Brasília, Ministério do Trabalho, 1986.
106. MACHALHÃES, Antonio Pedro. Impacto nos grandes projetos na Amazônia. In: COSTA, L. N. V. (coord.), Os grandes projetos da Amazônia: impactos e perspectivas. *Revista FEAZ*, no. 9, Belém, FEAZ/FAEA, 1987.
107. -----, Industrialização e desenvolvimento regional: a nova indústria do Nordeste. Brasília, IBRA/IBAM, 1986.
108. MACHALHÃES, Antônio Pedro. Relocação de populações - a intervenção estadual numa experiência fundiária específica. *Revista Desenvolvimento*, Belém, 20/21: 34-36, 1986/87.

109. MARTINE, George. A evolução recente da estrutura de produção agropecuária. Algumas notas preliminares. In: 1966. Coordenação de Agricultura. Dados conjuntural de agropecuária. No. 143. Brasília, maio de 1967.
110. -----, A política social, o crescimento e a pobreza: o passado, o presente (e futuro?). Versão 2. São Paulo, 1968 (mimeo).
111. -----, Tecnologia, ciência agrícola, política agrária e políticas em geral. In: MARTINE, George & GARCIA, Ronaldo Coutinho. Os impactos sociais da modernização agrícola. São Paulo, Caeats, 1967.
112. MARTINE, George & GARCIA, Ronaldo Coutinho. Os impactos sociais da modernização agrícola. São Paulo, Caeats, 1967.
113. -----, A modernização agrícola e a fadela do povo. In: MARTINE, George & GARCIA, Ronaldo Coutinho. Os impactos sociais da modernização agrícola. São Paulo, Caeats, 1967.
114. MARX, Karl. O capital. Vol. II. São Paulo. Abril (Cultura). Coleção Os Economistas, 1964.
115. MEDICI, André César. Estado social e infraestrutura social do Nordeste. Recife, FUNDAC, 1987 (mimeo).
116. MELO, Fernando Homen de. Prioridade agrícola: sucesso ou fracasso? São Paulo, FIP/UFPA, 1985.
117. MELO, Mário Lacerda de & MOURA, Hélio Augusto de (Coordenadores). Agradecimentos e homenagens. Recife, Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massaranga, 1996. (Série Estudos e Pesquisas, 78).
118. MELLO, João Manoel de SILLIG, João Benedito de Sá. Notas sobre o processo de industrialização recente no Brasil. In: SELLIG, Luiz Donato & COULINSO, Renato. Desenvolvimento capitalista no Brasil. Vol. 1. São Paulo, Brasiliense, 1982.
119. MENDES, Armando Dias. O mito e o erro. Vol. 6. Brasília, 1987.
120. MOLLON, Luis Carlos R. A Amazônia e o clima do globo terrestre. Pará Desenvolvimento, 61ém. 23: 53-59, outubro, 1988.
121. MOREIRA, Raimundo. Uma política de industrialização: O Nordeste brasileiro. Buenos Aires, Ediciones Suramericanas, 1976.
122. MOURA, Hélio A. de & SÉLIG, João. Dinâmica demográfica recente em estados e municípios do Nordeste - 1960/1980. Recife, FUNDAC, 1988.
123. MUELLER, Charles Don. Dinâmica, condicionantes e impactos socioambientais da evolução da fronteira agrícola no Brasil. Brasília, Instituto SPM (Instituto, População e Natureza), 1992 (mimeo).
124. MULLER, Geraldo. A economia gaúcha dos anos 20 aos anos 40. In: DACAMÁ, José H. & SOUZA, Carlos (organiz.). RS: economia e política. Porto Alegre, Mercaderes Aberto, 1979.
125. NEBRT, Barjas. A interiorização da indústria paulista (1920-80). In: FUNDAÇÃO SEADE/UNICAMP. A interiorização do desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo: 1920-1980. São Paulo, FUNDAÇÃO SEADE, 1988. Vol. 1, No. 2.
126. OLIVEIRA et alii. Clonito. Análise de ação do Governo Federal sobre a economia do Nordeste. Fortaleza, BNOC/UFCE, 1991.
127. OLIVEIRA et alii. Evangelina Gouveia de. Indústria: uma visão geográfica dos anos 60. In: FIBROR, Brasil: uma visão geográfica dos anos 80. Rio de Janeiro, 1981, 1988.
128. OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma revolução. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
129. PASTORE, José; ZILBERSTEIN, Hélio. & PAGOTTO, Carmo. Silva. Mudança social e pobreza no Brasil, 1970-1980. São Paulo, Pioneira/UFPA, 1983.
130. PINES, UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. (aplicação) regulação do desenvolvimento brasileiro: a política de desenvolvimento regional. Recife, BUNUC, 1984. 4 volumes.
131. PRANGE, Yara Saldanha (coord.). Panorama setorial da indústria de transformação brasileira e gaúcha. Porto Alegre, Fundação de Economia e Estatística - FEE, 1984. Tomo 1.
132. RATTNER, J. & JURY, O. Colonização na fronteira Amazônica: expansão e conflitos. São Paulo, FAPESP, 1987.
133. REBOUÇAS, Oswaldo. Efeitos espaciais da política social. In: PINES, Universidade Federal de Pernambuco. Desigualdades regionais do desenvolvimento brasileiro. Recife, PINEB-UFPE, 1984. Vol. 1.
134. REDWOOD III, J. & BARRETO, F. Avaliação dos programas de desenvolvimento rural: regiões Norte e Centro-Oeste. In: PINEB/UFPE. Desigualdades regionais no desenvolvimento brasileiro. Recife, 1984.

135. REICHSTUL, Napoleão-Filipe, & COUTINHO, ILCIANO D. Investimento estatal: 1974-1980: ciclo e crise. In: BELLUZZO, Luiz Gonzaga M. & COUTINHO, Renata. Desenvolvimento capitalista no Brasil. Vol. 2. São Paulo, Brasiliense, 1983.
136. ROSA, Ynezza Coelho Calvo. Aspectos da industrialização da Amazônia: abordagem sobre o perfil da indústria. Belém, UFPA/Unia, 1987 (mimeo).
137. Sá, P. Caracas: a proposta de desenvolvimento regional integrado. In: ROSA, José Marcelino K. (coord.). Os grandes projetos de Amazônia: impactos e perspectivas. Cadernos SÓCIS - 9. Belém, 1987.
138. SANTANA, Jorge Fernando de. Política regional em programas partidários. Brasília, Câmara dos Deputados, 1987. (xerox).
139. SANTOS, Admar de O. & ANDRADE, Idcir N. A. de (orgs.). As técnicas do Xingu e os povos indígenas. São Paulo, Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1988.
140. SANTOS, N. de. Lapaço e métodos. São Paulo, Nobel, 1905.
141. SANTOS, Vanderlei Gullacra. Cidadania e justiça social. In: ABREU DE, Sérgio Henrique. Os desenvolvimento econômico e pobreza no país. São Paulo, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1985.
142. SEDLECK, Guilherme Luís, & BARROS, Ricardo Paes de. Mercado de trabalho e distribuição de renda, uma colchante. Rio de Janeiro, IPEA, 1989.
143. SERRA, José. Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira do pós-guerra. In: BELLUZZO, Luiz Gonzaga M. & COUTINHO, R. Desenvolvimento capitalista no Brasil. Vol. 1. São Paulo, Brasiliense, 1982.
144. SINGES, Celso Cardoso da Silva. Estudo dos diferenciais na mortalidade infantil segundo algumas características sócio-econômicas. Rio de Janeiro, IEGP, 1990 (mimeo).
145. SOUTO, Paulo Sérgio. A questão do desenvolvimento regional e a legislação complementar à Constituição. Recife, SUDENE, 1989. (xerox).
146. SOUZA, Aldeair de Vale. Política de industrialização, emprego e infraestrutura regional. O caso do Nordeste do Brasil. Recife, dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Mestrado em Economia do PNEB/UFPE, 1986.
147. STERNBERG, H. G. capitalist classing and the Brazilian Amazon: a backdrop to contemporary security and development issues. OAS YEARBOOK, Vol. 13, 1987.
148. STRAICH, et alii. Lourdes Marília de Mattos. Educação e desigualdades regionais. In: 1982. Brasília: uma visão geográfica dos anos 80. Rio de Janeiro, FINEP, 1988.
149. SUPERINTENDÊNCIA DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES - SEPLAN-RG. Agregados regionais: produto interno bruto. Belo Horizonte, 1987. (mimeo).
150. TARTAGLIA, José Carlos, & OLIVEIRA, Osvaldo Luiz. Agricultura paulista e sua dinâmica regional (1920-1980). In: FUNDAÇÃO SEADE/UNICAMP. O interior paulista: desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo: 1920-1980. São Paulo, FUNDAÇÃO SEADE, 1988. Vol. 1, No. 2.
151. TAVARES, José Roberto F. Os incentivos fiscais e o desenvolvimento do Nordeste. Rev. Fed. SUDENE, 1985.
152. TAVARES, Maria da Conceição, & ASSIS, J. Carlos de. O grande salto para o céu. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, Zetoc, 1986.
153. TAVARES, Maria da Conceição, & BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mattos. Notas sobre o processo de industrialização recente no Brasil. In: BELLUZZO, Luiz Gonzaga M. & COUTINHO, Renata. Desenvolvimento capitalista no Brasil. Vol. 1. São Paulo, Brasiliense, 1982.
154. VALVERDE, Orlando. Conflitos e conflitos econômicos no povoamento em expansão da faixa próxima à Estrada de Ferro Carajás. Fanz Desenvolvimento. Belém, 89/90, 1989.